

День Советской Пропаганды.



# ESTUDO E MILITÂNCIA na sociedade de classes

Alejandro Iturbe  
Antonio Rodrigues Belon  
Aurea de Carvalho Costa  
Daniel Henrique Rodrigues  
Jean Paulo Pereira de Menezes (Org.)

Marcelo Ribeiro de Mendonça  
Natalia Estrada  
Nataly Batista de Jesus (Org.)  
Tamara Cardoso André  
Vitor Wagner Neto de Oliveira

Φ<sup>Φ</sup>hilos

# ESTUDO E MILITÂNCIA na sociedade de classes

A construção de uma coletânea não é apenas a junção física de vários textos. Trata-se de uma tarefa desafiadora a apresentação ao público de leitores um trabalho como esse. É preciso deixar claro o objetivo de um livro com este perfil. Aqui, todos os capítulos possuem um sentido, pois cada um deles dialoga com tema central: estudo e militância na sociedade de classes.

Socializamos assim, parte de um conjunto de preocupações, onde cada autora e autor pode desenvolver suas contribuições sobre diversas questões na sociedade de classes, repleta de contradições. Todos os capítulos foram escritos a partir de um lugar da sociedade, não há neutralidade alguma neste trabalho, pois todos aqui reivindicam o socialismo revolucionário, todos são militantes. Esta característica é central para o leitor localizar o trabalho que tem em mãos agora: trata-se de um livro escrito por trotskystas, com suas virtudes e limites, nos honramos disso.

ISBN 978-855296298-4



  
www.editoraphilos.com



# **ESTUDO E MILITÂNCIA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank

**DIAGRAMADORES:** Nataly Batista de Jesus | Jeamerson de Oliveira

**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira

**IMAGEM DA CAPA:** Autor desconhecido. Litografia colorida. Gosizdat, Moscou, 1917/1925(?). Tradução Russo-Português: República Socialista Federativa Soviética Russa. Proletários de todo o mundo, uni-vos. Dia da propaganda soviética.

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia-GO

[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)

[editoraphillos@gmail.com](mailto:editoraphillos@gmail.com)

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S198p

Menezes, Jean Paulo Pereira de. | Jesus, Nataly Batista de

Estudo e militância na sociedade de classes. [recurso digital] / Jean Paulo Pereira de Menezes, Nataly Batista de Jesus (Org.) . – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2019.

ISBN: 978-65-5071-003-3

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Formação política. 2. Materialismo histórico dialético. 3. Militância.
4. Sociedade de classes. 5. Crítica. I. Vários autores. I. , . II. Título.

---

CDD: 100

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES  
NATALY BATISTA DE JESUS (Org.)

**ESTUDO E MILITÂNCIA  
NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Goiânia-GO  
2019

Editora  
*Philos*

# Direção Editorial

---

Willames Frank da Silva Nascimento

## Comitê Científico Editorial

---

### **Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

### **Dr<sup>a</sup>. María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

### **Dr. Arivaldo Sezyshta**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

### **Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

### **Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

### **Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

### **Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

### **Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

Dedicamos este livro  
às trabalhadoras e aos trabalhadores que se dedicaram/dedicam  
na construção de uma sociedade socialista igualitária, livre de  
toda opressão e exploração do capitalismo

# SUMÁRIO

---

**APRESENTAÇÃO.....10**

## **CAPÍTULO I**

DA LEITURA À LUTA... EM UM CAMINHO DE DUAS VIAS.....14

*Natália Estrada*

## **CAPÍTULO II**

A QUESTÃO DAS MULHERES: OPRESSÃO VERSUS EMANCIPAÇÃO.....19

*Nataly Batista de Jesus*

## **CAPÍTULO III**

DESEMPREGO: TRAÇO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO.....27

*Alejandro Iturbe*

## **CAPÍTULO IV**

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO, SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A TAREFA DA PROPAGANDA.....45

*Áurea de Carvalho Costa*

## **CAPÍTULO V**

ALIANÇA TERRA-CAPITAL: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA.....67

*Marcelo Ribeiro de Mendonça*

## CAPÍTULO VI

ETNOCÍDIO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NA HISTÓRIA DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA TRADIÇÃO MARXISTA PARA UMA ANÁLISE MILITANTE.....	85
--	----

*Vitor Wagner Neto de Oliveira*

## CAPÍTULO VII

O PRESENTE EM MARX: PRIMEIRO ESTUDAR, DEPOIS MILITAR? .....	112
---	-----

*Jean Paulo Pereira de Menezes*

## CAPÍTULO VIII

LEITURAS ÍTALO-BRASILEIRAS; OS INTELECTUAIS EM ANTONIO GRAMSCI E ALFREDO BOSI .....	122
---	-----

*Antonio Rodrigues Belon*

## CAPÍTULO IX

A DITADURA DO PROLETARIADO E O PARTIDO: A CRISE DO CAPITAL E A CRISE DE DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA .....	140
--	-----

*Daniel Henrique Rodrigues*

## CAPÍTULO X

ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA: TEORIA E PRÁTICA FUNDAMENTADAS EM VYGOTSKI .....	163
--	-----

*Tamara Cardoso André*

<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	195
------------------------------	-----

# APRESENTAÇÃO

---

A construção de uma coletânea não é apenas a junção física de vários textos. Trata-se de uma tarefa desafiadora a apresentação ao público de leitores um trabalho como esse. É preciso deixar claro o objetivo de um livro com este perfil. Aqui, todos os capítulos possuem um sentido, pois cada um deles dialoga com tema central: estudo e militância na sociedade de classes.

Socializamos assim, parte de um conjunto de preocupações, onde cada autora e autor pode desenvolver suas contribuições sobre diversas questões na sociedade de classes, repleta de contradições. Todos os capítulos foram escritos a partir de um lugar da sociedade, não há neutralidade alguma neste trabalho, pois todos aqui reivindicam o socialismo revolucionário, todos são militantes. Esta característica é central para o leitor localizar o trabalho que tem em mãos agora: trata-se de um livro escrito por trotskystas, com suas virtudes e limites, nos honramos disso.

Vivemos no momento de maior decadência da sociedade capitalista. A crise mundial do capital avança de forma destruidora sobre as vidas da classe trabalhadora e não descansa um só minuto para tentar nos afastar da luta revolucionária contra a burguesia. O assédio do capital tenta colocar os trabalhadores em uma posição de subserviência aos ditames dos interesses da classe dominante. Nós, não aceitamos este comportamento!

A burguesia e suas colaterais reformistas, insistem em um falatório que há muito tempo diz que estudar e militar são coisas separadas. Supostamente se faz uma coisa ou outra. Nós respondemos aqui neste livro: Isso não é verdade! A história

demonstra totalmente que a realidade é outra, pois os intelectuais da burguesia, desde seu período revolucionário ao reacionário de hoje, jamais pensaram e agiram assim. A verdade é que essa mesma classe burguesa prega a separação entre estudo e militância apenas para os trabalhadores e seus filhos.

A tradição revolucionária que defendemos também não separa a formação teórica da ação política prática. Acreditamos que teoria e prática se fundem, assim como ferro e o carbono que dá vida ao aço. Chamamos isso se práxis, ou seja, ação transformadora da vida. Para nós, não há o tempo de ficar estudando e o tempo de ficar militando. Estudo e militância fazem parte da mesma via, como o caro leitor verá logo no capítulo primeiro deste livro.

Este livro é uma ferramenta, as ferramentas são fundamentais para os trabalhadores. Imaginem um mecânico sem sua caixa de ferramentas... para trabalhar, teria que pedir emprestado e assim mesmo nem sempre conseguiria todas as ferramentas para fazer determinadas tarefas. Pensem ainda um trabalhador da construção civil, um pedreiro... como poderia nivelar a parede sem um prumo, uma mangueira, etc? Teria que fazer no olho... e a probabilidade de ficar tudo torto é elevada. As ferramentas são tão importantes que durante a história do capitalismo, a burguesia desde o inicio tratou de retirar elas das mãos de toda classe trabalhadora. Sem ferramentas nos resta a força de trabalho para vender.

Assim como fez com os instrumentos de trabalho durante toda história do capitalismo, ainda hoje, a burguesia e suas colaterais reformistas, continuam tentando tirar da classe trabalhadora todo tipo de ferramenta, do martelo ao livro!

Estamos aqui para oferecermos uma ferramenta aos trabalhadores e trabalhadoras. Um tipo de ferramenta diferente de uma trena ou capacete, mas tão importante quanto eles.

A classe dominante tenta, mas não consegue totalmente, nos oferecer porcarias, livros de autoajuda, livros que prometem 7 passos para o sucesso, ou ainda, 14 formas de ficar rico...tudo balela. Neste caso, não são livros ferramentas como este aqui, mas mercadorias vazias de conteúdo que realmente contribuem para que o trabalhador entenda a crise, a reforma trabalhista já aprovada, o salário, a reforma da previdência que estão tentando aprovar e o principal, que é o fato de que apenas a classe trabalhadora organizada pode mudar a sua vida.

Diante disso, os capítulos foram sistematizados para que o leitor pudesse acessar um debate lógico que atravessa constantemente o tema estudo e militância e sua importância na sociedade que vivemos.

No capítulo I, Natália Estrada nos apresenta um importante relato, juntamente com problematizações sobre a importância de estudar e militar, que estes dois aspectos andam sempre juntos. Para isso a autora aborda a partir da Argentina a luta da classe trabalhadora e a compreensão do mundo que vive e luta. No capítulo II, Nataly Batista de Jesus aborda o tema apresentando-nos um debate que a tradição revolucionária por muito tempo se negou a fazer, principalmente após o desenvolvimento do stalinismo na URSS. A questão das mulheres, a opressão e a necessidade de emancipação humana é desenvolvida a partir de considerações históricas fundamentais. No capítulo III, Alejandro Iturbe apresenta um debate sobre a questão do desemprego como elemento central do capitalismo. No capítulo IV, o leitor se deparará com a contribuição de Áurea de Carvalho Costa, sobre a questão do partido revolucionário e a sua importância na organização da luta dos trabalhadores. O capítulo V, escrito por Marcelo Ribeiro Mendonça, aborda a questão da aliança da terra-capital e o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a revolução socialista. O capítulo VI, escrito por Vitor Wagner

Neto de Oliveira, o leitor tem acesso ao debate sobre o etnocídio e resistência indígena na história do Brasil, na perspectiva socialista revolucionária, como leitura militante e não dilettante. Jean Paulo Pereira de Menezes, no capítulo VII, apresenta algumas palavras sobre o tempo presente em Marx e a importância de estudar e militar, como é abordado no capítulo I: uma estrada de duas vias. O capítulo VIII, desenvolvido por Antonio Rodrigues Belon, trata de apresentar dois intelectuais importantes, estabelecendo uma relação entre Itália e Brasil: Gramsci e Alfredo Bosi. Daniel Henrique Rodrigues apresenta ao leitor o conceito de ditadura do proletariado, assunto negado pela esquerda reformista, colocando ao leitor um acesso sobre o tema tão importante para a esquerda revolucionária. Finalizando a coletânea, Tamara Cardoso André nos apresenta Vygotski com uma leitura sobre alfabetização e diversidade linguística enquanto práxis, mais uma vez afirmando a importância de um livro como este, que se preocupa em apresentar que teoria e prática não são separadas. Estudo e militância devem acontecer ao mesmo tempo que nos organizamos para mudar a vida. Agora, nosso leitor deve seguir e conhecer o conteúdo deste livro escrito para ser uma ferramenta de luta.

Boa leitura!  
Jean Menezes

# CAPÍTULO I

## DA LEITURA À LUTA... EM UM CAMINHO DE DUAS FAIXAS

*Natália Estrada*

Quando os camaradas pensaram em fazer esta coletânea, eu achei que era uma boa ideia, que poderia servir para que muitas outras pessoas, militantes ou não, vissem a importância do estudo para levar adiante a militância, e também para fazer o caminho inverso: da luta ao estudo.

Depois pensei: e sobre quê vou escrever eu, que não tenho estudos universitários, que não sou acadêmica, que apenas acabei o ensino secundário? Mas, aí, meu companheiro e nossa filha disseram que seria bom que pudesse contar minha experiência de vida, meu “acordar” para a luta de classe, minhas lembranças de aqueles tempos em que meu pai deu para mim os primeiros livros que me ligaram despois à militância.

Então, camaradas, vou contar isso. Por que foi isso que marcou minha vida desde muito cedo e até hoje.

Meu pai era um operário comunista, de quando esse partido foi de massas no meu país. Tinha nascido no mesmo ano que se fez a Revolução Russa e repetia isso com orgulho. Apenas tinha conseguido ir para escola porque devia trabalhar para ajudar na casa primeiro, e para se sustentar, depois. Mesmo assim, ele amava os livros e a música. Portanto, aprendeu a ler, escrever e fazer música de forma autodidata até que já com mais de vinte anos conseguiu estudar com amigos comunistas que lhe ensinaram.

Quando minha irmã e eu tínhamos apenas oito anos de idade, e queríamos ler quadrinhos e revistas como todo mundo

faz, meu pai deu para nós *O Manifesto Comunista* e disse: Vocês têm de ler alguma coisa útil, que sirva para lhe fazer frente à vida. Por que é disso que vão precisar.

Bom, pode-se dizer que ele era rígido nessas questões, mas muitos anos depois compreendemos o que ele queria nos transmitir. Assim, eu li o *Manifesto* uma e outra, e outra vez – e cada vez perguntava para meu pai o que significava “luta de classe”, “classe operária”, “burguesia”, “meios de produção”, e um interminável etcetera... que ele com muita paciência me explicava— sentados em um balanço do pátio, confesso que sem entender quase nada.

Mas a vida se encarregou de me dar a oportunidade para compreender aquilo que uma vez tinha sido apenas uma leitura quase obrigada. Assim, anos depois, e para poder completar o ensino secundário que eu queria fazer a qualquer custo porque gostava de estudar, e até porque achava o estudo um meio para sair da situação em que estávamos, fomos as duas –minha gêmea e eu— trabalhar em uma fábrica de roupas, onde se costuravam calças jeans. A jornada e as condições de trabalho eram esmagadoras, os ritmos de produção impostos faziam quase impossíveis cumprir as metas que permitiriam ter um complemento sobre o magro salário e também a concorrência era feroz. Aí, recém aí, comecei a compreender uma pequena parte daquele *Manifesto* que meu pai colocou nas minhas mãos aos oito anos. Comecei a entender a alienação imposta ao trabalhador, que fazia com que uns e outros brigassem entre si para benefício do patrão; ficou claro para mim a questão dos meios de produção, a diferença entre as “classes sociais”... O mundo de pronto começava a me mostrar uma realidade que fugia dos livros e se fazia carne nas minhas entradas, com toda sua bagagem de dor, de cansaço, e também de injustiças e desigualdades. O *Manifesto* não era mais só um livro, mas uma realidade palpável e sofrida.

Pensei então na necessidade de nos organizarmos para lutar contra isso, mas o meu pequeno povoado era por vezes grato de ter essa fábrica e esse emprego, e muitos achavam que os patrões eram bons porque davam trabalho e isso fazia possível nos sustentar. Tal a “alienação” que se tinha, e tão necessário que teria sido para todos conhecer esse texto que meu pai tinha dito que serviria para “fazer frente à vida”.

Assim passavam os dias, os anos, eu saía correndo do trabalho e ia para a escola, estudava, fazia teatro amador, acho que para diminuir essa sensação de opressão que sentia cada vez que transpassava as portas da fábrica, porque era aí que o mundo deixava de nos pertencer.

Mas, em 1975, soube de uma luta que encheu minha cabeça e meu coração: os metalúrgicos de *Villa Constitución*, uma cidade perto do meu povoado, tinham começado uma greve! Eu não sabia muito bem o que era isso, mas alguma coisa em mim fez acender uma luz vermelha... eu queria estar lá, participar disso. Falei com o meu pai, ele explicou para mim a situação e concordou que podia-se organizar a solidariedade com aqueles operários em greve. Finalmente, conseguimos ir até lá com outros companheiros de trabalho e fazer parte de essa jornada de luta. A greve foi derrotada, com muita repressão, tanques do exército nas ruas, gás lacrimogêneo e todo um arsenal bélico que deixou a cidade e aos trabalhadores e suas famílias devastados. E foi aí, com 16 anos, que eu comprehendi, no meio desse confronto, o que significava a luta de classes. E entendi qual era minha classe!

Na beira da calçada fiquei, sem perceber, sentada ao lado de um operário por cujo rosto descia uma lágrima silenciosa que dava conta da derrota. Senti nesse momento um imperioso desejo de abraçá-lo, mas fiquei sem me mexer. Então, chegou até ele um outro operário, de uns 50 e tantos anos, e, passando um braço pelo ombro de seu colega disse: “*Qué le vamos a*

*hacer, hermano, habrá que seguir luchando!*”. Sua fortaleza, sua integridade me convenceram de que a luta é uma necessidade, que nada vamos conseguir sem lutar, mesmo que muitas vezes não consigamos ganhar.

Aí também conheci por primeira vez o partido no qual logo depois ingressei, o “glorioso PST”, que estava no meio da luta com seu jornal que dizia: “Solidariedade com os operários metalúrgicos. Todos a Villa Constitución”.

Ao voltar à fábrica formamos com esse companheiros, e mais outros que se somaram, uma nova direção que ganhou o sindicato, e desde aí tentamos não só dar curso (continuidade) às nossas reivindicações cotidianas, mas também explicar a divisão da sociedade em classes e a importância das lutas, das greves, da unidade entre nós para conseguir qualquer coisa que nos propuséssemos.

Pouco tempo depois, em 1976, começou a ditadura na Argentina e isso obrigou à clandestinidade dos nossos quadros e militantes, por vários anos. Muitos dos nossos, lutadores honestos de diversas correntes, perderam a vida, mas a luta continuou, continua sempre para quem tem consciência da necessidade de mudar o mundo, ainda que as condições não sejam as melhores.

Após sair da clandestinidade, nossa corrente política fundou em 1982 a LIT-CI, e eu – que tenho hoje mais idade da que tinha aquele operário que no meio da derrota falou que deviam continuar–, ainda hoje, milito nela.

Não fui médica, como queria ser quando me perguntavam de pequena, nem sequer um destacado quadro político ou teórico do Partido nem da Internacional, mas também nunca mais depois disso senti que era inferior a alguém, porque eu tinha uma causa pela qual lutar e viver. E tinha, além disso, orgulho de pertencer a essa classe que um dia irá mudar os destinos da humanidade.

Porque eu aprendi, primeiro com o meu pai e depois na luta e no partido, que só a classe operária organizada em um partido revolucionário que atraia detrás dele o conjunto dos explorados e oprimidos, pode fazer a revolução socialista internacional e acabar de vez com este sistema que nos consome e só traz para nós mais miséria, desigualdades, injustiças... de essas que aprendi que existiam com *O Manifesto* e que a vida encarregou-se de me mostrar.

Eu sou e seguirei sendo sempre uma operária, ainda que já não esteja em uma fábrica. Mas estudar e aprender é um direito que todos nós temos (ou deveríamos ter), para sermos capazes de compreender o mundo no qual vivemos e, sobretudo, para sermos capazes de nos organizarmos e transformá-lo, como Marx e Engels colocaram há 171 anos nesse maravilhoso *Manifesto Comunista*.

# CAPÍTULO II

## A QUESTÃO DAS MULHERES: OPRESSÃO VERSUS EMANCIPAÇÃO

*Nataly Batista de Jesus*

Sabemos que as mulheres são oprimidas e exploradas há séculos, mas afinal, devemos acreditar que isso é natural e imutável? Neste artigo trabalharemos exatamente a questão das mulheres e como essas condições podem e são mudadas, demonstradas por uma breve contextualização histórica das sociedades de classes até os pontos de emancipação. Conhecer esse movimento histórico nos possibilita organizar a classe em busca de um desenvolvimento social e individual em suas máximas potencialidades, ou seja, um desenvolvimento que não se restrinja ao nosso gênero, sexo biológico, classe social, raça, etnia, dentre outras questões biológicas que hoje são marcadas socialmente.

### **A origem da opressão das mulheres: breve contextualização histórica**

O trabalho (atividade produtiva) é fundamental para garantir a sobrevivência, sabemos também que no capitalismo (atual modo de produção vigente) há classes sociais antagônicas, ou seja, classes divididas entre os donos dos meios de produção (burgueses) e os indivíduos que vendem sua força de trabalho (trabalhadores). Podemos dizer que no capitalismo a produção é social e fragmentada pela classe trabalhadora, mas a apropriação não ocorre por aqueles que produzem, sendo majoritariamente por uma classe individual, os burgueses. Esse

modo de produção e apropriação não é exclusivo do capitalismo, pois a existência de classes sociais antagônicas existe desde o período escravocrata (cerca de 4000 a.C. a meados do séc. V).

O período escravocrata, composto por duas classes sociais (senhores e escravos), modificou significativamente as relações sociais dos indivíduos, dividindo socialmente o trabalho. Inclusive Engels (1884/2009) aponta dois momentos dessa divisão: sendo do âmbito privado destinado às mulheres, e público aos homens; e a classe de explorados e exploradores. Ou seja, essa divisão social do trabalho refletiu diretamente na atividade dos indivíduos, inclusive no modelo de organização familiar predominante (que passou de união de grupos à união de pares) e o “lugar” de cada um na sociedade segundo o seu sexo biológico.

Acerca dessas questões, Lessa pontua:

[...] a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Caberão, assim, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade (LESSA, 2012, p. 27).

Com o desenvolvimento social dos grupos e comunidades no decorrer da história e com o triunfo da propriedade privada, foi constatada pela classe dominante a necessidade de um herdeiro legítimo, garantindo que a riqueza passaria de uma geração a outra. Consequentemente, foi necessário sacrificar a liberdade sexual das mulheres, restringindo-as a apenas um parceiro sexual e à vida privada para garantir que não iriam praticar a poliandria (união de uma mulher com dois ou mais homens). Ou seja, a propriedade privada advinda do modo de produção escravagista destinou aos homens as funções públicas

ou trabalhos intelectuais e às mulheres restou a vida privada, de cuidados, pois somente assim é possível garantir a fertilidade das mulheres e o herdeiro legítimo dos senhores da classe dominante. Este processo denomina-se de patriarcalismo, sistema no qual os indivíduos são submissos ao “chefe da família”. Segundo Engels:

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado (ENGELS, 1884/2009, p.75).

A partir disso, pode-se afirmar que a submissão das mulheres na sociedade não é imutável ou natural, a opressão e exploração são historicamente construídas e estão diretamente engendradas na sociedade de classes sociais antagônicas, advindo da propriedade privada. Além disso, a mulher será rebaixada socialmente enquanto servir de mecanismo para manutenção da classe dominante, atendendo assim aos interesses do capital.

Nesta seção o foco foi abordar brevemente a gênese da opressão das mulheres, por isso deu-se atenção ao período do escravismo, no qual consta a primeira sociedade de classes. Os modos de produção foram modificados, assim como a organização e o desenvolvimento social, todavia, mantiveram-se as classes antagônicas: escravismo (senhores e escravos), feudalismo (senhores e servos) e capitalismo (burgueses e

trabalhadores), impossibilitando igualdade e emancipação. Como a organização social composta por duas classes, (uma explorada e outra exploradora), permanece vigente, faz-se importante enfatizar que a luta das mulheres deve ser em conjunto com a classe explorada, pois é contra uma classe dominante e não exclusiva contra um gênero ou sexo. Aliás, toda opressão e exploração seculares das mulheres advêm da classe dominante, com a ascensão da propriedade privada.

### **Mulheres e a luta de classes**

Compreender o processo histórico e a origem das opressões é fundamental para identificar quem são e aonde estão nossos inimigos, pois sabendo que a opressão e exploração estão engendradas no modo de produção (e reprodução) da vida humana, podemos identificar que nosso inimigo é a classe dominante, no caso, a burguesia. Desta forma, temos que nos organizar, enquanto classe trabalhadora, contra toda escravidão secular e opressão, tanto das mulheres, quanto dos homens. Aliás, é através de uma organização partidária e revolucionária que temos possibilidades de lutar e organizar um novo modo de produção sem explorações e sem classes dominantes, onde a produção seja social e a apropriação também. Com isso, segundo a revolucionária Armand:

Quanto mais forte o Partido Comunista, quanto maior o número de trabalhadores e trabalhadoras que ele unir em torno da sua bandeira revolucionária, mais forte, mais ameaçadora é a classe operária, mais rápido e fácil ela vencerá seus inimigos, mais rápido construirá o comunismo. Não se pode protelar. O inimigo se ergue contra nós por todos os lados (ARMAND, 1919/2017, p. 230).

Isto é, somente com a construção e a direção de um partido revolucionário organizado internacionalmente pela classe trabalhadora podemos caminhar para a libertação das mulheres. E quando nos referimos à liberdade, estamos contando tanto com-machismo sofrido todos os dias por conta de uma sociedade patriarcal, quanto com a submissão ao contexto familiar, como se as mulheres fossem biologicamente destinadas aos cuidados da casa e dos filhos. A sociedade de classes precisa da mulher submissa em seus mais diversos papéis, pois gera capital para a classe dominante e garante a riqueza entre os burgueses; e exatamente por isso, mesmo com muita luta, as mulheres conseguem alguns direitos no capitalismo (sufrágio universal, acesso aos estudos básicos ou superiores, etc.), mas, mantêm-se submissas, com salários mais baixos que homens, com jornada dupla ou tripla de trabalho, pois o burguês a contrata, mas suas “obrigações” como mãe e esposa não cessam na lógica capitalista. Com base nisso, Krúpskaia afirma que:

[...] ainda há muitas dificuldades no caminho da libertação feminina em relação à opressão familiar. A maior delas é o fato de que as mulheres estão soterradas até o pescoço pelo trabalho em casa, pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com as crianças; a mulher está fortemente amarrada ao lar por infinitas tarefas e cuidados que não lhe permitem nem em pensamento deixar o fogão, a pia, os filhos. É por isso que o programa do Partido Comunista trata de necessidade da abertura de creches e jardins de infância, lavanderias e refeitórios comunitários, locais que façam reparos etc., tudo que alivie o trabalho da mulher e que dê a ela a possibilidade de participar da vida social (KRÚPSKAIA, 1924/2017, p. 103).

A luta deve ser contra a classe dominante, pois em nenhuma lei burguesa a mulher será totalmente liberta das opressões historicamente acumuladas. Pelo contrário, a burguesia, para manter-se como classe dominante, criará outros mecanismos para assegurar a manutenção do modo de produção capitalista, isto é,

[...] em seus discursos, a burguesia democrática promete a igualdade e a liberdade, mas, de fato, até mesmo a república burguesa mais avançada não deu à metade feminina do gênero humano a plena igualdade jurídica com o homem, nem a libertou da tutela e da opressão deste último (LENIN, 1919/2014, p. 132).

Em resumo, a atividade produtiva (trabalho) é primordial para a sobrevivência dos indivíduos e por meio deste há desenvolvimento individual e social. Com o avanço da agricultura foi possível produzir excedentes (produzir além do necessário para sobrevivência), possibilitando a exploração do homem pelo homem e, para garantir essa linhagem de explorações – ainda que primitivas – criou-se a propriedade privada. A propriedade privada começou a consolidar-se desde o período escravocrata, marcando o início das sociedades de classes sociais antagônicas (classe explorada e exploradora) e é caracterizada pela apropriação dos meios de produção e terras por uma única classe. Além disso, para manter entre os exploradores toda riqueza gerada, foi necessário que os donos dos meios de produção tivessem herdeiros legítimos, porém somente com a restrição sexual da mulher era possível garantir isso. Esses elementos marcaram o início de muita opressão e exploração da classe trabalhadora, principalmente das mulheres que tiveram seus “destinos” traçados e restritos ao ambiente do lar, pois somente o cárcere era a saída dos exploradores para garantir a riqueza por gerações a fio.

Contudo, a opressão e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras se manterão presentes nas sociedades de classes, pois gera capital, sendo de total interesse à classe dominante. A organização e luta da classe tem de ser contra os burgueses, contra a propriedade privada, contra a apropriação individual sendo que a produção é social, contra a privação das mulheres à família. Nosso inimigo é a classe dominante e precisamos nos organizar para por fim ao massacre que a classe trabalhadora sofre. Desta forma, somente com uma revolução socialista, dirigida por um partido revolucionário e organizada pela classe trabalhadora, poderemos pôr fim a toda opressão que as mulheres são submetidas.

## **REFERÊNCIAS**

**ARMAND, Inessa Fiódorovna [1919]. *O Partido Comunista e a trabalhadora.*** In: Schneider, Graziela (org.). *A Revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

**ENGELS, Friederich. [1884] *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.*** São Paulo: Editora Escala, 2009.

**KRÚPSKAIA, Nadiéjda Konstantínovna [1924]. *O Partido Comunista e a trabalhadora.*** In: Schneider, Graziela (org.). *A Revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

**LENIN, Vladimir Ilich [1919]. *O poder soviético e a situação da mulher.*** In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo.* São Paulo: Sundermann, 2014.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl [1867] **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: O Capital – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

# CAPÍTULO III

## DESEMPREGO: TRAÇO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO<sup>1</sup>

*Alejandro Iturbe*

O desemprego é, sem dúvida, um dos problemas mais graves que os trabalhadores enfrentam em todo o mundo. Os economistas burgueses fazem intrincadas discussões entre si sobre a forma de resolver ou atenuar este problema. Mas sempre acabam, por uma ou outra via, aconselhando os trabalhadores a se "capacitarem", como forma de competir em um mercado de trabalho cada vez mais difícil, e a aceitarem uma maior flexibilização trabalhista, o que impulsionaria maiores investimentos e a criação de empregos. O pior de tudo é que muitos quadros e teóricos de organizações de esquerda acabam aceitando essas premissas e transformando-se em correias de transmissão dessas propostas.

---

<sup>1</sup> Esse material foi escrito no ano 2000 quando eu integrava o Comitê Executivo da Frente Operária e Socialista (FOS) da Argentina, então organização argentina da LIT-QI. É a primeira parte dum trabalho mais extenso voltado a orientar à militância da organização no sector de desempregados e, especialmente, nas organizações de luta que estes estavam formando (os "piqueiros"). Completa-se com uma segunda parte que analisa a evolução do desemprego na Argentina e uma terceira que formula uma proposta do programa e da política para a intervenção da FOS em "piqueiros". Quer dizer: desenvolve as elaborações de Marx mas não com um fim acadêmico senão militante. Algumas organizações piqueteiras adotaram esse material para cursos de formação dos seus quadros e militantes. Como artigo independente foi publicado na Revista Marxismo Vivo Número 2, São Paulo, Brasil, outubro 2000-janeiro 2001.

Mas depois de décadas de capacitação e flexibilização, o desemprego vem numa tendência de crescimento e o saldo neto da "globalização" tem sido um importante aumento do desemprego, a nível mundial, inclusive em períodos de crescimento econômico, independente de algumas idas e vindas.

Para entender o porquê disso, temos de retomar à análise básica do modo de produção capitalista feita por Marx em *O Capital*, acerca do desemprego, que ele denomina *população operária sobrante ou exército industrial de reserva* e, ao mesmo tempo, produto e condição do processo de acumulação capitalista. Da análise de Marx surge uma clara conclusão: o problema do desemprego só poderá ser resolvido estruturalmente com uma revolução operária e socialista. Conclusão que, por outro lado, foi demonstrada, por bem ou por mal, pelos baixos ou nulos índices de desemprego que tiveram, durante décadas, os chamados estados operários, e pelo impressionante salto em suas porcentagens depois da restauração do capitalismo no começo da década de '90.

Este trabalho também aborda, ainda que de modo mais secundário, o debate sobre se os desempregados fazem parte ou não da classe operária, que se trava atualmente entre as organizações sindicais e de esquerda.

## A composição orgânica do capital

Em sua análise do sistema capitalista, Marx atribui grande importância ao tema do desemprego, ao qual dedica praticamente todo o capítulo XXIII do primeiro volume de *O Capital*<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Salvo indicação em contrário, todas as citações de *O Capital* foram extraídas da edição do Fondo de Cultura Económica (México, 1973). Por um problema de espaço, não desenvolvemos neste trabalho a teoria marxista do valor-trabalho, nem a análise do processo de

Estudaremos neste capítulo a influência que o incremento do capital exerce sobre o destino da classe operária. O fator mais importante, nesta investigação, é a composição do capital e as mudanças provocadas por ela no transcurso do processo de acumulação (MARX, 2014, p. 517).

Em sua análise, Marx ressalta que o investimento capitalista se divide em duas partes: *c* (capital constante, destinado à compra de maquinarias, tecnologia, matérias primas etc.) e *v* (capital variável, destinado ao pagamento de salários ou compra de força de trabalho). Ele denomina composição ou composição orgânica do capital a relação ou proporção em que se dá esta divisão. Por exemplo, caso se dê em partes iguais, a composição orgânica será  $lc/lv$ ; caso se invista o dobro em *c*, a relação será 2/1, e assim por diante. Quanto maior é a proporção de *c* em relação a *v*, se diz que *aumenta a composição orgânica do capital*.

A própria dinâmica do processo de acumulação capitalista faz com que aumente o volume de capital investido em cada ciclo produtivo em relação ao anterior. Marx analisa que, se a composição do capital não varia, aumenta de maneira constante o número de operários ocupados:

O incremento do capital leva consigo o incremento de sua parte variável, ou seja, da parte investida em força de trabalho. Uma parte da mais-valia investida tem, necessariamente, que voltar a converter-se em capital variável ou em fundo adicional de trabalho. Suponhamos que, não se alterando as demais circunstâncias, a composição do capital permanece

---

reprodução ampliada do capital que são a base teórica do aqui exposto. MARX, Carlos. *El Capital: Crítica de la economía política*, Tomo 1, Libro 1, El proceso de producción del Capital. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

invariável, e evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos operários crescerão em proporção ao capital e com a mesma rapidez com que este aumente. A acumulação do capital supõe, portanto, um aumento do proletariado (MARX, 2014, p. 518).

Em seguida, Marx ressalta as consequências que este crescimento constante da demanda de força de trabalho tem sobre os salários:

Nestas circunstâncias, como todos os anos entram no mercado de trabalho um número maior de operários que no ano anterior, chega forçosamente, mais cedo ou mais tarde, um momento em que as necessidades da acumulação começam a exceder a oferta normal de trabalho e, portanto, os salários sobem (MARX, 2014, p. 518).

Este tipo de processo ocorreu de fato durante períodos de grande expansão do capitalismo.

O aumento de salários gera, ao mesmo tempo, uma redução na taxa de lucro, ou seja, a relação entre o lucro obtido e o capital investido. Esta situação dá lugar a duas alternativas.

Na primeira, *"pode ocorrer que o preço do trabalho continue subindo, porque seu aumento não atrapalha os progressos de acumulação... ainda que o lucro diminua, os capitais podem continuar crescendo, e crescer inclusive mais rapidamente que antes..."*. Ou seja, os capitalistas continuam investindo porque o volume global de lucros obtido compensa a redução percentual da taxa de lucro.

O outro termo da alternativa é que a acumulação se amortiza ao subir o preço do trabalho... A acumulação diminui. Mas, ao fazê-lo, desaparece a causa de sua diminuição, isto é, a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável. Ou seja, o próprio

mecanismo do processo de produção capitalista se encarrega de vencer os obstáculos que ele mesmo cria. O preço do trabalho volta a cair ao nível que corresponde às necessidades de exploração do capital... (MARX, 2014, p. 523).

Em outras palavras, a redução do investimento capitalista iniciaria um ciclo descendente da economia, um excedente de trabalhadores e, finalmente, uma queda dos salários e uma recuperação da taxa de lucro. Em resumo, na medida em que não varia a composição do capital, as crises são o "mecanismo próprio" do capitalismo para gerar desemprego transitório e assim baixar os salários e manter os lucros<sup>3</sup>.

### **O aumento do capital variável e a "população operária sobrante"**

Mas o processo de acumulação capitalista não se limita a reproduzir uma determinada relação *c/v* (ou seja, um certo nível de composição orgânica do capital) em uma escala maior. A concorrência entre os capitalistas os leva a buscar o barateamento das mercadorias. Isto se consegue obtendo *uma maior produtividade do trabalho*, ou seja, um volume maior de produto final obtido no mesmo tempo de trabalho.

Mas já vimos que, se a relação *c/v* permanece igual, as novas inversões geram pleno emprego e favorecem as

---

<sup>3</sup> Além desse "mecanismo natural", o capitalismo buscou outras alternativas que lhe permitiram obter um resultado similar sem necessidade de diminuir o processo de acumulação. Um deles foi o de promover ou favorecer processos imigratórios para ter assim mão-de-obra adicional nos momentos de alto nível de emprego. Mais recentemente, também se deu a transferência de indústrias, ou partes delas, a países com níveis salariais mais baixos e com piores condições de trabalho, como é o caso das maquiladoras mexicanas e dos "tigres asiáticos".

condições da classe operária para lutar por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, o que determina que a produtividade possa inclusive cair. Este é um dos fatores que leva os capitalistas a investirem de forma crescente em  $c$ . Ou seja, em tecnologia, novos e melhores equipamentos, métodos mais modernos de produção etc. Em outras palavras, a busca de que a maior produtividade seja alcançada, de algum modo, com certa autonomia da força de trabalho. Isto provoca uma mudança quase que permanente na composição orgânica do capital.

A acumulação do capital, que antes parecia uma dilatação quantitativa, se dá, como vimos, em uma constante mudança qualitativa de sua composição, fazendo com que aumente incessantemente o capital constante às custas do capital variável... Assim, ao progredir a acumulação, muda a relação entre  $c$  e  $v$ . Se originariamente era de 1/1, agora se converte em 2/1, 3/1, 4/1, 5/1, 7/1 e assim por diante (MARX, 2014, p. 532).

Estas mudanças na composição orgânica do capital fazem com que, ao contrário da análise anterior, agora o processo de acumulação não gere um aumento proporcional na demanda de trabalho, mas sim uma redução progressiva.

Como a demanda de trabalho não depende do volume de capital total, mas somente do capital variável, diminui progressivamente a medida em que aumenta o capital total, ao invés de crescer proporcionalmente em relação a este, como antes suponhamos (MARX, 2014, p. 532).

Em seguida, Marx ressalta que, apesar do aumento do capital total supor também um crescimento do capital variável, - e a demanda de força de trabalho que este representa-, este

ritmo de crescimento começa a ser menor que o da população operária e, portanto, surge um excedente ou sobrante de trabalhadores, que tende a ser maior quanto maior for o ritmo de acumulação capitalista.

Este descenso relativo do capital variável, acelerado com o incremento do capital total e que tende a ser mais rápido que este, se revela, por outro lado, invertendo os termos, como um crescimento absoluto da população operária, mais rápido que o capital variável ou o dos meios de ocupação que este fornece ... a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e a sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades medias de exploração do capital, quer dizer, uma população operária excedente ou sobrante (MARX, 2014, p. 533).

Esta população operária sobrante é gerada por duas vias: a demissão de operários que antes tinham trabalho e a impossibilidade de conseguir trabalho por uma parte dos novos contingentes de trabalhadores.

"Assim, por um lado, os novos capitais formados no transcurso da acumulação atraem um número cada vez menor de operários, em proporção a sua magnitude. Por outro, os antigos capitais... vão repelindo um número cada vez maior de operários que antes tinham trabalho".

4

É importante destacar que não se trata de uma situação de crise, mas de uma resultante do processo natural de acumulação

---

<sup>4</sup> Pág. 532. Este mecanismo de desemprego fez com que, em primeira instância, os trabalhadores considerassem a tecnologia e as máquinas como suas inimigas. Por isso, um dos primeiros movimentos organizados pelos operários, na Inglaterra no século XVIII, foi o *ludismo* (piquetes destinados a destruir as novas máquinas instaladas nas fábricas), ao qual Marx se refere no *Manifesto Comunista*.

capitalista. E como os novos capitais investidos são, em última instância, resultado do trabalho acumulado, é a própria classe operária, com seu trabalho, a que gera as condições para seu futuro desemprego:

Portanto, ao produzir a acumulação de capital, a classe operária produz também, em proporções cada vez maiores, os meios para seu próprio excesso relativo. Esta é uma lei de população peculiar do sistema capitalista... (MARX, 2014, p. 534).

Em outras palavras, no capitalismo, para os trabalhadores, as épocas de “vacas gordas” são o prenúncio inevitável de uma época de “vacas magras”.

## O exército industrial de reserva

Marx denomina essa população operária sobrante de exército industrial de reserva. A analogia militar não é casual: trata-se de um contingente humano à disposição absoluta dos capitalistas, disponível para ser mobilizado quando necessitem. Por isso, sendo um produto do processo de acumulação, transforma-se em uma condição de seu desenvolvimento e expansão.

Assim, se a existência de uma superpopulação operária é um produto necessário da acumulação capitalista, esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca dessa acumulação. Mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção. Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se se criasse e mantivesse as suas custas. Lhe brinda o material disposto sempre a ser explorado a medida em que assim o exijam suas necessidades variáveis de exploração... (MARX 2014, p. 535).

O capitalismo utiliza este exército industrial de reserva em dois sentidos. Em primeiro lugar, para pressionar sobre os salários, a Jornada de trabalho e as condições de trabalho dos operários ativos, aumentando, com este mecanismo, sua produtividade e, ao mesmo tempo, as condições para o próprio aumento do setor desempregado.

O excesso de trabalho dos operários ativos engrossa as fileiras de sua reserva ao mesmo tempo que a pressão que esta exerce sobre aqueles, pelo peso da concorrência, obriga os operários empregados a trabalhar ainda mais e a submeter-se as imposições do capital (MARX, 2014, p. 538).

Em segundo lugar, o exército industrial de reserva funciona como uma massa de força de trabalho potencial que, nos períodos de expansão (especialmente nos mais rápidos), amortiza os efeitos que esta súbita expansão da demanda de força de trabalho pode ter sobre o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, lhe permite satisfazer esta demanda adicional sem desmantelar a produção existente. Resumindo ambos os aspectos, Marx afirma:

Durante os períodos de estancamento e prosperidade média, o exército industrial de reserva exerce pressão sobre o exército de operários ativos e durante as épocas de expansão e superprodução põe um freio em suas exigências. A superpopulação relativa e, portanto, o fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da procura. Graças a ela, o raio de ação desta lei se encerra dentro dos limites que convém em absoluto a ganancia e ao despotismo do capital (MARX, 2014, p. 540).

Outro fator que contribui para a criação do exército industrial de reserva é que na acumulação de capital ocorrem dois processos: a concentração e a centralização. Não

analisaremos aqui os mecanismos desses processos, mas apontaremos seu resultado combinado e que um número cada vez menor de capitalistas acumula um volume cada vez maior de capitais. Isto contribui para diminuir a demanda de força de trabalho por duas vias. Por um lado, os capitalistas podem produzir em uma escala cada vez maior, obtendo assim um aproveitamento máximo da força de trabalho que contratam, tanto na produção quanto nas áreas de planificação, administração, manutenção etc. Por outro, dispõem de uma massa de capital cada vez maior para investir em desenvolvimento tecnológico e na incorporação desta tecnologia em novas maquinarias. Finalmente, o terceiro elemento que intervém nesse processo geral que analisamos são alguns mecanismos que o capitalismo utiliza para contrabalançar a lei da tendência à queda na taxa de lucro<sup>5</sup>.

Esta é, então, a análise marxista básica sobre o problema do desemprego.

Sem exagero, podemos afirmar que é genial. Por um lado, é absolutamente coerente com o conjunto de sua teoria. Por outro explica perfeitamente os fatos da realidade. Despojando-a de seus aspectos mais matemáticos, podemos resumi-la dizendo que os processos naturais da acumulação capitalista (o surgimento de grupos econômicos cada vez mais fortes e a inversão em tecnologia) criam inevitavelmente desemprego e os capitalistas se aproveitam dele em seu

---

<sup>5</sup> Marx demonstra que, ao aumentar a composição orgânica do capital, chega um ponto do processo de acumulação em que a taxa de lucro tende a baixar. Além de ser o fator desencadeador das crises capitalistas, esta tendência leva os burgueses a buscar mecanismos alternativos. O mais importante deles é o aumento da extração de mais-valia absoluta obtida com o aumento dos ritmos de trabalho ou, diretamente, por meio da redução salarial. Outro mecanismo estudado por Marx é a substituição dos trabalhadores mais qualificados por outros de menor qualificação.

benefício. Quer dizer, o desemprego é um fato estrutural, inerente ao modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx, é ao mesmo tempo produto e condição de vida do regime capitalista de produção.

## As formas de superpopulação operária

Sobre a questão de se os desempregados são parte ou não da classe operária, é evidente que a resposta de Marx é afirmativa. Todo o conceito do capítulo, e os termos que utiliza, vão nesse sentido: exército industrial de reserva, população operária sobrante, superpopulação operária, operários sem trabalho etc.

Relacionada a isso, é interessante incluir a análise sobre as diversas formas como se manifesta a superpopulação operária. Marx assinala três tipos: *a flutuante, a latente e a intermitente*. *A flutuante* é a dos operários industriais que são contratados ou expulsos conforme as flutuações próprias da economia capitalista. *A latente* é a superpopulação que cresce nas zonas rurais, a medida em que avança o capitalismo na agricultura. *A intermitente* se dá no trabalho domiciliar contratado pelas empresas, submetido não só aos ciclos mais profundos do capitalismo como também às variações conjunturais.

Ao mesmo tempo, Marx estuda as consequências dessa superpopulação ao dar origem a setores diferenciados na classe operária, as camadas mais baixas e miseráveis do proletariado e o *lumpenproletariado* (ou proletariado mendigo).

São os setores mais indefesos do exército industrial de reserva, com ingressos muito baixos ensejando condições de vida que não permitem sequer possuir roupa inteira e limpa para vestir.

Uma parte deste *lumpenproletariado* são as *massas transeuntes*, setores provenientes do campo e das cidades que se movem constantemente em busca de trabalho, seja na colheita, seja colocando trilhos em obras ferroviárias ou escavando uma nova mina. Seu lugar de moradia habitual são os acampamentos miseráveis ou as não menos miseráveis barracas em que são alojados enquanto trabalham.

### **A lei da miséria crescente**

Marx enquadra esta análise em um marco mais geral: a lei da miséria crescente. Assinala como, na medida em que se acumula a riqueza em um polo cada vez mais reduzido da sociedade (a burguesia), cresce a miséria no outro polo, cada vez mais numeroso (os trabalhadores e o povo). Marx define este processo como "*a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*" (MARX, 2014, p. 546).

Esta foi e é uma das leis mais criticadas pelos inimigos do marxismo. Inclusive houve períodos em que pareceu perder vigência, ainda que parcialmente. Mas os fatos e dados atuais da realidade mundial mostram que sua vigência é, pelo contrário, cada vez maior.

O capitalismo nos mostra assim sua mais aguda contradição. Por um lado, foi capaz de transformar, quase literalmente, o barro em ouro, permitindo um gigantesco avanço das forças produtivas e a produção de uma riqueza nunca antes vista na história mundial. Por outro, transforma o ouro em barro: o impressionante desenvolvimento da tecnologia e o crescimento da produção, ao invés de beneficiar o conjunto da humanidade, produz cada vez mais miséria e sofrimento.

O problema do desemprego, então, é insolúvel no capitalismo, assim como as outras consequências desse sistema econômico. O problema só poderá ser resolvido por uma

revolução operária e socialista. Nesse mesmo capítulo, Marx coloca como uma planificação econômica racional eliminaria imediatamente esse problema, por meio da distribuição das horas de trabalho:

E não obstante, se amanhã se reduzisse o trabalho, com caráter geral, a um tipo racional, graduando-se de acordo com as diversas camadas da classe operária, segundo o sexo e a idade, se veria que a população operária existente não bastava sequer para manter a produção em seu nível atual. A maioria dos operários 'improdutivos' tornar-se-iam forçosamente 'produtivos' (MARX, 2014, p. 539).

### **A época imperialista e a subclasse dos desempregados**

Já dissemos que a análise de Marx e seus prognósticos são geniais. Mas muitos deles, de certa forma, se adiantaram a seu tempo. O capitalismo ainda tinha "chão pela frente": ainda podia jogar um papel relativamente progressivo no desenvolvimento das forças produtivas e na melhoria do nível de vida da humanidade. Dessa forma, por algumas décadas mais, a lei da miséria crescente se aplicou, não de modo absoluto, mas de modo relativo. É o que explica que, sobre a base de duras lutas, os trabalhadores dos países mais desenvolvidos fizessem conquistas, como a limitação da Jornada de trabalho, o descanso semanal e a melhoria das condições de trabalho e de segurança industrial. Todas estas conquistas amorteceram e limitaram o crescimento constante do exército industrial de reserva. Ao mesmo tempo, o capitalismo ainda estava em condições de concedê-las. Justamente por isso, Lenin e Trotsky (e também Nahuel Moreno) definiram essa época capitalista como reformista e não como revolucionária.

No início do século XX, a transformação do capitalismo em capitalismo imperialista praticamente eliminou todas as tendências progressivas desse regime de produção e, ao mesmo tempo, levou ao extremo todas as suas tendências negativas. Entre elas, precisamente, a do crescimento do desemprego e a tendência ao crescimento absoluto da miséria. A realidade se "normalizava" segundo as previsões de Marx e assim ficou claramente demonstrado pela crise econômica mundial de 1929 (conhecida como a "Grande Depressão").

Esta crise, ao mesmo tempo que expulsava de seus postos de trabalho milhões de operários industriais, do transporte e dos serviços em todo o mundo, provocou a quebra de milhões de produtores agrícolas, gerando uma massa de desempregados nunca antes vista, nem em quantidade, nem em porcentagem da população.

Analizando este processo, especialmente nos EUA, Trotsky disse em 1939 (dez anos depois do início da crise):

O atual exército de desempregados já não pode ser considerado como um 'exército de reserva', pois sua massa fundamental não pode ter mais esperança alguma de voltar a empregar-se; pelo contrário, está destinada a ser engrossada por uma afluência constante de desempregados adicionais. A desintegração do capital trouxe consigo toda uma geração de jovens que nunca teve emprego e que não tem esperança alguma de conseguir. Esta nova subclasse entre o proletariado e o semiproletariado está obrigada a viver às custas da sociedade<sup>6</sup>.

Aqui Trotsky introduz uma mudança na definição de Marx sobre os desempregados: já não podem ser considerados apenas como *exército industrial de reserva* e parte do

---

<sup>6</sup> León Trotsky, 1939, *La crisis de la economía imperialista*

proletariado. O fator central é que a grande maioria não conseguirá trabalho (muitos nunca o tiveram). Quer dizer, na medida em que esses altíssimos índices de desemprego se tornavam permanentes, origina-se um novo setor social (diferente do proletariado) que ele denomina a nova subclasse dos desempregados.

Com relação ao semiproletariado do qual fala Trotsky, Nahuel Moreno assinala que é um setor chave tanto no surgimento do capitalismo como em seu desenvolvimento posterior. Ele define que:

"(...) trabalha parte do ano ou algumas horas todos os dias como assalariado, mas não ganha o suficiente para subsistir e então tem uma pequena horta ou sua família no campo e assim obtém alimentos (...) Hoje em dia, o semiproletariado abarca muitos milhões de trabalhadores no mundo todo, são muitos mais que os operários ..."<sup>7</sup>

Finaliza assinalando que esse setor "*tem um pé em cada lugar*", ou seja, um no campo e outro na indústria. Esta definição é parte de uma análise mais extensa que Moreno faz sobre *as modernas classes populares*, não segundo o conceito burguês de *cidadão*, mas como os setores que são oprimidos e empobrecidos sob o capitalismo. O primeiro setor é o proletariado ou classe operária, que Moreno define, de acordo com Marx, como o *conjunto dos assalariados*. Depois inclui o semiproletariado (ao qual já nos referimos), aos setores mais

---

(Ediciones El Trabajador -Argentina). Sublinhados nossos.

<sup>7</sup> Nahuel Moreno. "Una definición de clase" (*Correo Internacional* N° 20, junio de 1986 - Argentina). Versão corrigida de uma intervenção de Moreno na II Conferência da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores), explicando a base social de direções como o sandinismo nicaraguense, a Frente Farabundo Martí de El Salvador e outras organizações similares.

baixos da pequena-burguesia (os pequenos comerciantes, os artesãos, os autônomos, os vendedores ambulantes), o campesinato mais pobre e, finalmente, os setores marginais das grandes cidades. Para Moreno, esta análise sociológica tem um objetivo político:

Temos de ganhar muitos desses setores, impedir que o fascismo se consolide entre eles, para o qual são decisivos. São setores instáveis porque não tem um trabalho permanente. Na psicologia, são o oposto ao proletariado. Às vezes o operário desempregado começa a oscilar entre estas duas categorias (ídem).

Com estas citações de Trotsky e Moreno, não pretendemos encerrar o debate sobre a questão de os desempregados pertencerem ou não à classe operária. Mas sim resumir algumas conclusões: 1º) o caráter crônico dos altos índices de desemprego dá origem a setores sociais que excedem o "exército de reserva" definido por Marx, tais como a subclasse dos desempregados, os setores marginais das grandes cidades, os vendedores ambulantes e autônomos etc. 2º) Os desempregados operários oscilam entre estes setores e o proletariado. Desta forma se amplia e se torna mais complexa a composição do "povo" ou as "classes populares"<sup>8</sup>. 3º) É imprescindível que o proletariado lute para ganhar a direção desses setores contra a burguesia e o fascismo, mas sabendo que são "instáveis" e que sua psicologia (e suas reações políticas) são, em muitos casos, opostas às da classe operária.

---

<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, é necessário recuperar o verdadeiro significado que, na sociologia marxista, tem termos como "lumpenização", marginalização, pequeno-aburguesamento etc., para descrever fenômenos sociais e para livrá-los do sentido pejorativo com que são utilizados, muitas vezes, na polêmica.

## A globalização "normaliza" o capitalismo

Para completar este texto, é preciso dizer que, por uma combinação de fatores políticos e econômicos que não analisaremos aqui, depois da II Guerra Mundial se deu o *boom* econômico do post-guerra. Entre 1945 e 1975, os EUA, a Europa Ocidental, o Japão e também alguns países dependentes e semicolonais (como a Argentina) tiveram um grande desenvolvimento econômico. Houve situações de pleno emprego e uma melhoria nas condições de vida da classe operária desses países. Pelo menos para eles, a história parecia entrar novamente em um intervalo em que não era necessário fazer a revolução para melhorar as condições de vida. Os países do Leste e a China também viveram essa bonança. Reapareceram velhas concepções reformistas e outras novas foram criadas, em meio a duras polêmicas entre marxistas sobre o significado e a duração do que acontecia<sup>9</sup>.

Mas em meados da década de 70, "a festa acabou". A globalização trouxe novamente o rosto mais duro e regressivo do capitalismo. O pleno emprego e a melhoria das condições de vida se transformaram, em poucos anos, em seu oposto. O desemprego, a fome e a miséria crescem inclusive nos períodos de prosperidade econômica<sup>10</sup>. Novamente o capitalismo se

---

<sup>9</sup> Para conhecer uma parte desses debates aconselhamos a leitura de "Un documento escandaloso" (conhecido no trotskismo como *El Morenazo*), escrito em 1973 por Nahuel Moreno em resposta a Ernst Mandel. E para uma análise global do processo capitalista nos séculos XIX e XX, *Actualização do Programa de Transição*, do mesmo autor.

<sup>10</sup> Esta afirmação parece ser desmentida pela situação atual dos EUA que, nos últimos quatro anos, combina boas taxas de crescimento econômico anual, aumento da produtividade e redução do desemprego a 4,1% (o mais baixo do último quarto de século). A análise dessa realidade excede as possibilidades deste artigo. Mas, como primeira resposta, temos de ressaltar que a economia norte-americana atua

"normalizou" e o marxismo se reafirma como o único capaz de explicar cientificamente os processos atuais. Para os trabalhadores, os pobres e os desempregados, a revolução socialista é a única alternativa possível de melhoria.

---

como um "aspirador" de lucros e capitais do mundo todo. Isto permitiu à burguesia americana fortes inversões nas novas tecnologias de telemática e bioengenharia, aumentando a produtividade e criando novos empregos nesses ramos e no de serviços. Podemos dizer que o requisito para este crescimento foi o aumento do desemprego c da miséria na maior parte do mundo. Ao mesmo tempo, a própria burguesia americana já está discutindo a necessidade de aumentar o desemprego em seu próprio país, para evitar "tendências inflacionárias".

# CAPÍTULO IV

## O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO, SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A TAREFA DA PROPAGANDA<sup>11</sup>

*Áurea de Carvalho Costa*

*Todas as frações do proletariado, todas as camadas, profissões e grupos devem ser levados ao movimento revolucionário. O que distingue a época atual não é o fato de ela libertar o partido revolucionário do trabalho cotidiano, mas o de permitir conduzir essa luta em união indissolúvel com as tarefas da revolução (Leon Trotsky).*

### INTRODUÇÃO

O partido revolucionário é um dos produtos do desenvolvimento do Estado moderno e, nesse âmbito, propomos a analisar a hipótese de que ele tem como função precípua a organização da classe trabalhadora para a luta pela superação do *status quo* capitalista, pela via da ditadura do proletariado, portanto, numa perspectiva inexistente em outras organizações ou instituições capitalistas. Assim, buscamos apreender a concepção de partido sistematizada no pensamento de Lenin e Trotsky, que foram os principais teóricos da temática do partido revolucionário, e em Gramsci, um dos mais importantes sistematizadores de uma pedagogia socialista no início do

---

<sup>11</sup>Esse artigo é parte de uma pesquisa institucional da docente intitulado: “Contribuição para a análise da crítica gramsciana à Educação capitalista”, com dados parciais publicados em BIANCHI, A. et all (org.). Anais do Colóquio Internacional Antonio Gramsci.

século XX, com ênfase na propaganda como estratégia de organização da classe trabalhadora para a revolução socialista.

O regime da democracia burguesa representativa desenvolveu-se a partir dos quatro pilares do liberalismo, quais sejam: a propriedade, a liberdade, a competição e a meritocracia. Assim, nesse regime, os grupos sociais organizam-se livremente em partidos políticos para disputarem cargos eletivos, na estrutura estatal, bem como organizam, representam e sintetizam a essência do pensamento e da ação de grupos sociais de cada classe. Desse modo, a nossa primeira indagação refere-se às mediações nas relações dialéticas do partido com o Estado, construindo-se uma institucionalidade burguesa, no modo de produção capitalista; a segunda versa sobre como se dá a gênese do partido na modernidade.

Após apreendermos a concepção de partido, no modo de produção capitalista, na particularidade do contexto moderno, propomo-nos a contribuir com a resposta a uma terceira indagação – partindo-se da premissa de que a função de formar a classe trabalhadora para a luta direta pelo socialismo, sob a mediação da revolução, seria peculiaridade do partido revolucionário (COSTA, SILVA, 2017), pode-se considerá-la como função primordial no contexto do capitalismo, tendo em vista que a propaganda é aspecto substancial do processo de organização da classe produtora para a luta, ao lado das formas de organização, sendo o momento em que a teoria do partido revolucionário e as práticas se imbricam como práxis revolucionária? Pretendemos, portanto, aprofundar nossas reflexões sobre a importância da propaganda no partido revolucionário.

O Estado, sob o regime democrático representativo, apresenta-se à sociedade como neutro, suprapartidário e guardião do contrato social, provedor de direitos sociais, com vistas à preservação do bem comum (ENGELS, 1984). Trata-se aqui de uma herança burguesa, do século XVIII, que, apesar de transformar as relações sociais numa conjuntura de desenvolvimento de forças produtivas, impôs a ideologia de que o Estado seria o garantidor, o fomentador e o fiscalizador das políticas para a consecução dos direitos individuais, políticos e sociais de todos os cidadãos, mas ainda não foi capaz de cumprir as tarefas democráticas que se atribuíra, pois após da consolidação da revolução burguesa tais direitos se realizaram antes, no nível formal, do que no concreto (COSTA; ROCHA, 2016).

No processo de constituição como classe dominante, a burguesia utilizou-se tanto de mecanismos de produção de consenso, como as ideologias, os ordenamentos jurídicos, os preceitos éticos e estéticos, os costumes, quanto de mecanismos coercitivos para impor o novo modelo de Estado democrático, como os aparelhos policial, o Estado Maior e as instituições manicomiais, por exemplo, para impor a ordem burguesa como valor universal, sob a promessa de liberdade, propriedade, limitação do poder do Estado, apresentado como o guardião do contrato social, para a segurança e o progresso de todos. Hobsbaum (1997, p. 19) comprova isto, ao analisar os limites da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pois “Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto em favor de uma sociedade democrática e igualitária”.

O Estado burguês consolida-se, até hoje, como o mediador mais complexo das relações sociais desde os modos de produção precedentes. Mesmo que este estado tenha colocado na ordem do dia o debate sobre direitos individuais,

políticos e sociais, superando os modelos de Estado absolutistas, como as monarquias e os impérios, bem como as sociedades estamentais, desde a primeira hora, o aparelho de Estado moderno nacional foi ocupado pela classe burguesa, sendo objetivado e apropriado como instrumento de dominação dessa classe sobre as demais (Cf. HOBSBAUN, 1997).

Para fins de estudo, destacamos que os direitos políticos sistematizados na obra de Locke (1963) só se podem realizar no Estado, conduzido por governos consentidos pelos governados, diante da autoridade constituída para salvaguardar os direitos naturais como a vida, a liberdade e a propriedade. Contudo, a concepção de sociedade lockeana constitui-se numa abstração, um ente, produzido a parir da ideia de um coletivo de indivíduos vivendo simultaneamente num espaço comum, tendo como consequência uma oposição entre sociedade e indivíduo que naturalizaria o individualismo, a competição, a meritocracia do naturalmente mais forte, mais apto, em algum aspecto. Nisso se constitui a naturalização de desigualdades que são sociais (ELIAS, 1994).

No segundo tratado sobre o governo, Locke delineia sua teoria política da sociedade civil, baseada no direito natural e no contrato social, sustentando a tese de que nem a tradição nem a força, mas apenas o consentimento expresso dos governados é a fonte do poder político legítimo. Entende-se a tirania como exercício do poder para além do direito, visando o interesse próprio e não o bem público ou comum; por isso, Locke defende o direito de resistência, mediante um governo degenerado e ilegal, no Primeiro Tratado Sobre o Governo. A violação da propriedade coloca o governo em estado de guerra contra a sociedade, configurando a dissolução do estado civil e o retorno ao estado de natureza. Então, o contrato social deve garantir ao Estado a captação da confiança – na forma de prerrogativa – e do consentimento – na forma de investidura de

poder, pelo povo – com vistas a preservar os direitos naturais à vida, à liberdade individual e à propriedade privada desse mesmo povo.

Para a edificação de um modelo de Estado forte, provedor, nacional, guardião do contrato social, os contratualistas operam com conceitos como “povo”, “bem comum”, “contrato”, “sociedade”, “ética”, apresentados como categorias universais e abstratas, durante o século XVIII, momento em que nasce a grande indústria, especialmente no que concerne à revolução industrial inglesa, em que o antagonismo de interesses entre a burguesia e o proletariado ganha contornos de uma luta incessante e inconciliável; contudo, não compreendem o Estado como instrumento de dominação econômica e de orientação política da burguesia sobre o proletariado, na base de relações de exploração e opressão violentas, que demandaram intervenção do Estado burguês, de modo a garantir a reprodução física da força de trabalho, ameaçada pelo trabalho mórbido (MARX, 1998).

Ocorre que nas democracias representativas burguesas, o povo, ao delegar aos quadros que ocupam o aparelho de estado prerrogativas para exercer o poder, incorre na renúncia de sua liberdade – em troca de uma sociedade mais segura – mas também do poder deliberativo, na medida em que tais representantes são investidos de poder, durante o período determinado de um mandato, para agir e falar pelos representados sem que suas ideias, opiniões e vontades sejam diretamente ouvidas. Assim, o poder dos representados se restringe à escolha dos representantes, no pleito.

A ideia de representação derivada do sufrágio universal, na aparência, garante que as vontades de todos os grupos sociais estejam representadas no parlamento. Porém, na essência, isso não ocorre, na medida em que, nas sociedades de classes, o Estado, ao mesmo tempo em que é apresentado como arauto da

manutenção do bem comum, realiza-se concretamente como expressão política da classe que detém o domínio econômico. Enquanto Estado educador, ele produz “[...] consensos que justifiquem a necessidade de os homens serem governados por uma instância que estaria acima dos interesses privados, capaz de arbitrá-los em uma esfera que é a pública” (COSTA; ROCHA, 2016, p. 374).

Segundo Engels (1894), o Estado não é uma força exterior imposta, tampouco a ideia de “instituição racional” e ou “moral”, mas é a expressão de um determinado nível de evolução da sociedade e de suas tramas de (in)conciliação de classes, mediante a diversidade de interesses de cada um dos grupos sociais. Para a conciliação de classes, mantendo o contrato social na dinâmica da participação em sociedade, os homens criaram o Estado para a preservação do bem comum, financiado pelo conjunto dos cidadãos, e com poder de coerção, por meio de forças do Estado Maior, e sob seu controle, dentro dos princípios da Ética e da ordem legal burguesas, como bases da democracia (LENIN, 1987).

Para Lenin (1987), o próprio fato de o Estado surgir para arbitrar os conflitos entre as classes já revela a existência de correlação de forças desiguais entre os grupos sociais, em desequilíbrio, tornando impossível tal arbítrio. Se há conflitos de interesses, o Estado, enquanto estrutura fundada e mantida pela classe hegemônica, deverá ser ocupado por uma das classes fundamentais, de modo que esta exercerá um poder opressivo sobre a outra.

Isso não se dá sem a resistência, denúncia e exigência da classe trabalhadora, organizada em prol do cumprimento das promessas feitas pela burguesia de ampliação dos direitos democráticos, bem como por espaços de atuação para as diversas frações das classes sociais. No entanto, a concessão de direitos e liberdades realiza-se formalmente, embora com

ganhos sempre minimizados para a classe produtora; por isso, tal concessão só serve para conferir um estatuto de legitimidade ao poder da classe que domina economicamente e que detém a direção política da sociedade, produzindo nesta o consenso de que seus interesses representam os interesses universais.

Portanto, a essência do Estado, em qualquer modo de produção, é de instrumento da classe hegemônica, e sua gênese coincide com o surgimento das classes sociais, assumindo como função precípua a de legalizar os interesses da classe hegemônica, sendo esta um produto da sociedade de classes (LENIN, 1987).

O caráter formal da democracia burguesa revela-se no fato de que, se todos nascem tendo seu corpo como primeira propriedade, com a função natural de domínio do mundo – como preconiza Locke (FRANCO, 1993), e vivem sob o mesmo contrato social, todos são iguais e, ao mesmo tempo, diferentes, em naturezas e talentos. Por isso, não é possível a igualdade de direitos, senão formalmente, a qual se realiza na preservação do bem comum, do qual todos podem desfrutar, e dos deveres, distribuídos igualmente. Nesse contexto, o direito à participação política, bem como sua efetivação, pelo Estado, só se dá pela instituição dos partidos políticos.

## **1) Notas para a compreensão de partido no modo de produção capitalista**

Sob o Estado democrático de direito, regido pela democracia representativa, as definições de partido podem variar entre o polo dos que o entendem como uma extensão de um grupo social, expressão de uma classe; no outro, há os que o interpretam como organizações criadas por grupos dominantes, no poder, mediados por políticos profissionais, com o objetivo de manipulação das massas, para impor interesses próprios (Cf.

LAMONIER; MENEGUELLO, 1986). Os autores destacam ainda que, no Brasil, há uma tradição de instituição de partidos a partir dos grupos hegemônicos no poder.

Neste texto, assumimos que partido não se confunde com siglas partidárias, podendo haver situações em que várias siglas venham representar interesses convergentes, por exemplo. Isso se deve ao fato de que o partido é a expressão concreta de cada classe social, que se apresenta fragmentada em blocos, os quais partilham interesses comuns, mas têm, também, interesses diversos entre si, e por vezes antagônicos. Nos governos **eleitos** por democracias, as frações de classes se organizam por meio de partidos, ou de grupos de legendas partidárias, para pleitearem o poder estatal, por meio do sufrágio universal. Nesses governos, partidos são apresentados socialmente como instrumentos de canalização da vontade popular, de modo que se instituem como o novo princípio, o *condottiero* moderno (GRAMSCI, 1980). Para tanto, neles se formam os políticos profissionais, a serem escolhidos por meio do pleito, e estes, por sua vez, são eleitos e passam a gozar de direitos especiais, como investidura, prerrogativas, imunidade parlamentar, mandatos fixos, privilégios financeiros e jurídicos.

Gramsci denomina o partido como “mito-príncipe”, porque ele serve à reafirmação da crença de que se vive numa sociedade mais democrática, na qual a vontade coletiva é reconhecida e celebrada, concretizando direitos universais, pois, no capitalismo, a figura que centraliza o poder “[...] não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade, no qual já tenha se iniciado a concretização de urna vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 1980, p. 6).

Na prática, a democracia representativa burguesa é um modelo limitado, pois não logra êxito em contemplar as

necessidades antagônicas de uma sociedade dividida numa classe social que produz toda a riqueza, tendo de seu somente a força de trabalho, e na outra, que, por possuir os meios de produção, avoca-se o direito de apropriar-se da riqueza, do conhecimento, da cultura, produzidos pelo conjunto da sociedade, privativamente.

Do ponto de vista formal, os partidos são organizações da sociedade civil, com programas próprios, reconhecidos legalmente no âmbito do ordenamento jurídico liberal. Tais organizações políticas são imprescindíveis para realizar a mediação dos interesses das classes sociais, bem como para atualizar os princípios democráticos burgueses. Na verdade, cada partido, ou conjunto de partidos, busca aglutinar e detectar os interesses de determinados grupos e seus comportamentos políticos gerais, para materializá-los em um programa de ação política, com vistas a satisfazer as necessidades que se alojam em suas bases de apoio ou áreas de influência, em relações complexas.

Um caso exemplar é o brasileiro, em que Lamounier; Bolivar (1986) analisam, no período do Império, à década de 1980, que o Brasil organizou seus partidos reconhecidos pela ordem burguesa, a partir de sete tipos de formações partidárias: conservadores e liberais – até a proclamação da república; republicanos; pluripartidarismo embrionário – após a revolução de 1930; pluripartidarismo propriamente dito – no período de 1945 a 1964; bipartidarismo – durante a ditadura militar; restabelecimento do pluripartidarismo – na conjuntura da redemocratização e ampliação do pluripartidarismo, a partir de 1985, com a legalização dos partidos de orientação marxista. Assim, os autores caracterizam os sistemas partidários brasileiros como descontínuos e desorganizados, identificando-se uma debilidade partidária histórica, o que pode indicar um desenvolvimento débil da própria democracia representativa

burguesa.

Gorender (1987, p. 7) historiciza o percurso dos partidos de orientação marxista, desde 1935, no Brasil, partindo do pressuposto de que se podem considerar como partidos de esquerda aqueles que acolhem “[...] movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda [...]”.

Parte-sendo pressuposto de que os grupos de interesse se organizam em blocos históricos, no modo de produção capitalista, compostos por três grupos fundamentais: a classe hegemônica, detentora do domínio econômico e do poder político na sociedade; a base social da classe hegemônica e as classes subalternas, do ponto de vista abstrato. Os partidos, na democracia burguesa representativa, têm a função de promover o equilíbrio e a arbitragem entre seus interesses e os dos adversários, “[...] na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos” (GRAMSCI, 1980 p. 22).

Em sendo o sustentáculo do conjunto da sociedade ampla e policlassista, as diferentes classes deverão ser a base de partidos diversos, pois, “[...] os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção” (MARX; ENGELS, 1984, p. 99).

Nesse âmbito, destacamos que a classe proletária é o grupo mais importante na composição social dos partidos revolucionários, porque, a despeito de terem como propriedade somente a força de trabalho e estarem destituídos do capital, das terras, da renda, do lucro, são os únicos com o poder de levar a produção a termo, impulsionando uma organização partidária de

tipo peculiar, que ao mesmo tempo em que pode ou não participar da democracia representativa, por meio do estatuto da legalidade ou na clandestinidade, também pode se apresentar como *lócus* de formação e organização da classe para a luta, denunciando os limites da democracia burguesa e preparando esse setor da classe para dirigir a luta direta pelos direitos, sem o intermédio do Estado burguês, sempre distanciado de seus interesses mais prementes (SILVA, 2018).

No capitalismo, os partidos políticos organizam as vontades coletivas de diferentes grupos sociais, que se colocam em disputa pelo domínio econômico e pela direção política da sociedade – em uma palavra, a hegemonia. Sob o regime democrático, os partidos podem acolher diferentes grupos sociais, para disputar o governo, assim como um mesmo bloco pode estar presente em diferentes legendas partidárias. Entretanto, o fato de o poder ser diluído entre os diferentes grupos sociais não significa que a hegemonia passou a ser da totalidade social, mas ela permanece no âmbito da classe burguesa, que jamais abriu mão de controlar o aparelho de estado, determinando as políticas, os consensos e impondo coerções nos momentos em que falham aqueles consensos. Independentemente de tratar-se de partidos da ordem democrática burguesa, no modo de produção capitalista, ou de partidos revolucionários, a função do partido será a de aglutinação, de formação, de amálgama de classes sociais e de frações de classes que lhe dão origem:

[...] embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las (GRAMSCI, 2014, 203-204).

O partido revolucionário, sua função na sociedade capitalista  
e a tarefa da propaganda

Assim, o partido político possui uma dupla funcionalidade, a de gerir os interesses de uma fração de classe, e de outras frações, e o de produzir tais interesses. A síntese e a organização dos interesses coletivos, assim como a proposição de uma moral não podem, contudo, estar desligados de um programa econômico. No que tange ao partido da classe que não detém os meios de produção, ele deve orientar a luta da classe produtora, organizando-a de modo que se mobilize para disputar a hegemonia e dar a ela uma direção política, com vistas à construção de uma sociedade igualitária, onde todos possam desfrutar da possibilidade de sua plena realização humana, em sua integralidade:

Os partidos que visam organizar os despossuídos em torno de um programa revolucionário influenciam cada vez mais largas massas populares e garantem-lhes que o estado de miséria em que se debatem não é nem uma fase temporária nem um mal inevitável, mas correspondem a uma necessidade objetiva: é o momento inelutável de um processo dialético que tem de transbordar numa violenta conturbação, numa regeneração da sociedade (GRAMSCI, 1977, p. 111).

Dentre os partidos revolucionários de diferentes matizes da chamada esquerda revolucionária, o Partido Comunista possui potencial para tornar-se, a cada dia, o mais importante instrumento histórico da libertação interior e exterior do homem, em que o trabalhador passa de executor ao estatuto de intelectual, quando concebe o próprio trabalho. Enfim, esse partido tem um caráter de fomentador do processo de construção da consciência *em si e para si*, devendo proporcionar que os trabalhadores se compreendam como gênero humano, sendo esta a peculiaridade do partido revolucionário perante os partidos da ordem democrática representativa burguesa (GRAMSCI, 1977).

O Partido Político é a síntese científica de todo o movimento da luta de classes e deve intervir junto aos movimentos sociais e nos sindicatos, com vistas à politização e ao fortalecimento de tais organizações da classe operária, que nascem dentro dos limites da democracia burguesa, promovendo a ampliação de suas pautas, táticas e estratégias, com vistas à indução da luta por transformações sociais, para além das conquistas imediatas de direitos, benefícios e políticas, circunscritas à democracia burguesa, limitadas ao âmbito da concessão e da racionalização dos gastos do erário público, para tudo que signifique a concretização das mais fundamentais necessidades da classe produtora (SILVA, 2018).

## **2) A propaganda no Partido Revolucionário**

É consenso entre os mais importantes intelectuais orgânicos do partido revolucionário que a propaganda, entendida como formação revolucionária do proletariado, é a tarefa mais importante na conjuntura do modo de produção capitalista, por constitui-se em seu aspecto substancial, o que significa dizer que todos os partidos têm tarefas formativas, que os partidos da ordem podem sobreviver prescindindo desse aspecto, ou tomando essa tarefa formalmente; entretanto, o partido revolucionário não pode proceder da mesma maneira, sob pena de extinguir-se como tal, devido à relação dialética inseparável entre a teoria e a prática revolucionárias, em que ambos os aspectos são motivadores da militância ativa, responsável, duradoura e comprometida em que:

De imediato, o partido deve conservar totalmente as suas características fundamentais: coesão ideológica, centralização, disciplina, e correlativamente, combatividade. Mas, precisamente, essas inestimáveis qualidades de “espírito de partido” comunista não

podem manter-se e desenvolver-se se não satisfazem as exigências e as necessidades econômicas e culturais de forma mais completa, mais hábil, mais exata e mais minuciosa. Em conformidade com essas tarefas, que devem desempenhar hoje um papel preponderante na nossa política, *o partido reagrupa, distribui as suas forças e educa a jovem geração* (TROTSKY, 2006, p. 16, grifos nossos).

A educação que se processa no partido é peculiar em relação a qualquer outro tipo de instituição no modo de produção capitalista, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo, uma vez que esse processo educacional não se completa apenas pelo acesso às obras doutrinárias, mas pela prática de relações políticas de caráter novo, demandando uma educação distinta daquela que proporciona o contato com objetos de saber, pois, “Lenin, explicaria sinteticamente no que consistiria a educação política e o papel pedagógico do partido: criticar a burguesia (czarismo); desenvolver a consciência de classe; unir as forças do proletariado contra a burguesia, incitar o ódio à burguesia; derrubar a burguesia [...]” (OYAMA, 2010, p. 90).

Isso não prescinde da necessidade da formação teórica, do estudo, mas demanda uma apreensão diferenciada de tais conteúdos, o que caracteriza o partido como sujeito político da revolução, pelo fato de ser o único capaz de articular a teoria e a prática revolucionárias, sintetizadas num programa, tendo em vista que “[...] só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda é capaz de cumprir a missão de combatente de vanguarda.” (LENIN, 2006).

Lenin e Gramsci destacam o papel do partido revolucionário na propagação de uma educação política – para a emancipação humana da subordinação ao modo de produção capitalista – articulada imediatamente à prática revolucionária.

Ainda que tal educação possa ser minimamente contemplada em espaços diversos de apropriação da cultura, sendo sujeita aos efeitos da luta de classe, é no partido que essa educação política é apresentada à classe trabalhadora, como um conteúdo revolucionário articulado às formas revolucionárias de transmissão, imbricando a teoria e as práticas revolucionárias cotidianas. A condição primordial para o partido ser o sujeito político da revolução é ele atuar em favor da formação do operariado – sujeito social da revolução.

A educação é um processo cujo objeto é a cultura. Gramsci, em 1916, define a cultura como “[...] organização e disciplina do “eu interior” e conquista de consciência superior, propiciando aos homens a apropriação do ser histórico (GRAMSCI, 1976). Tal disciplina não é espontânea, mas resulta de um processo educativo de aquisição de uma herança cultural. O partido não pode, portanto, ser um *lócus* de desenvolvimento de uma cultura enciclopédica, dogmática, mas de forma integral, que rompa com a perspectiva iluminista do conhecimento, por um lado, e com o relativismo pós-moderno, bem como com a concepção de conhecimento como negociação de significados na perspectiva subjetivista, por outro. Ademais, as práticas pedagógicas no interior dele não podem reproduzir àquelas baseadas no lema do aprender a aprender, em que se abandona o educando à própria sorte, para que ele empreenda uma aventura pelo conhecimento solitariamente. É necessário que o partido se ocupe em preparar quadros com experiência e domínio da teoria para proporcionarem aos simpatizantes, contatos, aspirantes e militantes, de diferentes níveis de escolaridade, uma formação revolucionária sólida. Trotsky (2006, p. 15), em 1923, avança ao propor, no âmbito do partido, “Para robustecer a ditadura do proletariado é necessário desenvolver um militantismo cultural quotidiano, o único a garantir um conteúdo socialista para as conquistas fundamentais

O partido revolucionário, sua função na sociedade capitalista  
e a tarefa da propaganda

da revolução. Quem não tenha compreendido isso, representa um papel reacionário na evolução do pensamento e do trabalho do partido.”

Para os comunistas, educar-se é uma tarefa revolucionária do proletariado, na medida em que isto se institui em condição *sine qua non* para sua libertação e como estratégia para o controle operário dos dirigentes (GRAMSCI, 1976). Ademais, os conteúdos são conspirativos contra o capitalismo, tornando esse processo educativo substantivamente peculiar

Dentre os partidos operários, destacamos o bolchevique, como sujeito político da revolução russa, que se constitui na fração do Partido Social Democrata Operário Russo e que apresenta o programa revolucionário máximo, incluindo-se as tarefas educativas como motivação, combate ao reformismo no movimento de massas, recomposição das forças revolucionárias e empreendimento do projeto revolucionário: “[Lenine] Pôde converter o seu pensamento em força operante da história. Suscitou energias que não morrem mais. Ele e os camaradas bolchevistas estão convencidos que é possível realizar o socialismo a todo momento. Estão nutridos de pensamento marxista.” (GRAMSCI, 1976, p. 144-145, grifos nossos).

Assim, os quadros do partido devem assumir a tarefa de intelectuais orgânicos, que materializam o papel pedagógico da organização, ao evidarem a tarefa de mobilizar sua formação marxista, com a finalidade de promover a elevação da consciência das massas, para que internalizem a necessidade de empreender ações revolucionárias organizadas, ou seja, converter o pensamento revolucionário em força revolucionária.

Do ponto de vista da prática, o partido busca reproduzir o modelo dos sovietes, os quais

[...] reúnem representantes de todos os grupos em luta. Ninguém propôs, até agora, outra forma de organização, e é duvidoso que se possa inventá-la. Os conselhos não estão unidos por nenhum programa *a priori*. Abrem as suas portas a todos os explorados. Por essa porta, passam os representantes de todas as camadas que são levadas na torrente geral da luta (TROSKY, 2017, p. 76).

Isso se deve à forma diferenciada como circula o poder no modelo de gestão socialista, com integração do fluxo vertical e horizontal.

Nesse sentido, uma das tarefas partidária é combinar as lutas dos diversos movimentos sociais, dando-lhes um recorte classista e internacionalista contra a burguesia, orientando a luta da classe produtora, de modo a organizá-la para que se mobilize para a disputa da hegemonia e da direção política da classe trabalhadora, com vistas à construção de uma sociedade igualitária, na qual todos possam desfrutar da possibilidade de sua plena realização humana, em sua integralidade, compreendendo que as relações capitalistas não têm nem caráter irremovível, por um lado, nem uma fase temporária, do outro, mas trata-se de uma realidade instituída que só pode ser transformada por meio da luta organizada e incessante, luta esta que é mundial e atravessa gerações (GRAMSCI, 1977, p. 111).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O partido, enfim, deve ser, cada vez mais, um instrumento histórico da libertação interior e exterior do homem, em que o trabalhador passe de executor ao estatuto de intelectual, concebendo o próprio trabalho e intervindo no processo de construção da consciência *em si e para si*, devendo proporcionar que os trabalhadores se compreendam como

gênero humano, sendo esta sua peculiaridade perante os partidos da ordem democrática representativa burguesa, ou seja, ele é um órgão de educação comunista, não só no sentido de divulgação da doutrina, mas no da instituição de uma disciplina permanente, para:

[...] dar uma forma e uma disciplina permanentes a essas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, compô-las e potencializá-las, fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que experimente, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que atingem o poder de Estado (GRAMSCI, 1976, p. 338).

Tomando-se o partido como órgão educativo, é possível propor um projeto político pedagógico para a proposição de novos valores, uma nova ética, a da valorização da vontade coletiva, de propagação de uma cultura livre dos interesses imediatos do capitalismo na formação de sua mão de obra, pois:

A associação política, o Partido Socialista, é o órgão de educação, de elevação; por ele sentir a coletividade, despir-te-ás dos teus egoísmos pessoais, aprenderás a trabalhar desinteressadamente para o futuro que é de todos, portanto também teu e dos teus. Por ele juntas o teu sacrifício e o teu trabalho ao dos outros, multiplicando-lhe o valor para o valor do comum sacrifício (GRAMSCI, p.214, 1976).

Ante o exposto, é primordial, no partido, não rebaixar o debate teórico com o operariado, caso se pretenda elevar a compreensão da classe operária, na medida em que a humanidade luta constantemente pela libertação do domínio de um só homem, de uma classe social ou de um povo dominantes (GRAMSCI, 1976; 1977).

A educação pública estatal burguesa tem como finalidade a produção da consciência *em si*, alienada na classe trabalhadora, embora não tenha o controle total do sentido que a classe atribui aos conteúdos apreendidos. Mas, o espaço privilegiado para uma educação que produza nos sujeitos a consciência *para si*, pode ser o partido revolucionário, ao tomar como objeto do ensino o classismo, o internacionalismo, a ditadura do proletariado e a formação de quadros para a difusão da cultura socialista (GRAMSCI, 1976; 1978).

Ao delimitar a escola de partido, consiste-se, enfim, no espaço onde se formam os intelectuais organizadores da revolução e da sociedade socialista, que se constituem nas estratégias mais importantes do próprio partido:

Somos uma organização de luta e nas nossas fileiras estuda-se para aumentar, para afinar as capacidades de luta de cada um e de toda a organização para compreender melhor quais são as posições do inimigo e as nossas, para melhor poder adequar, a partir delas, a nossa ação de cada dia. Estudo e cultura não são, para nós, outra coisa senão consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo como poderemos conseguir traduzi-los na prática (GRAMSCI, 1978, p.18).

Gramsci não deixou de enfrentar críticas e persistir na tese de que à classe trabalhadora era necessário prover a melhor formação para a elevação de seu nível de consciência, para a organização coletiva no partido e para a compreensão do socialismo, como uma estratégia permanente de luta, enquanto perdurar o modo de produção capitalista.

Concluímos, portanto, que se, por um lado, todo partido é educador, embora nem sempre seja revolucionário, o partido revolucionário só poderá ter esse adjetivo se for educador.

## REFERÊNCIAS

COSTA, A. C. C.; ROCHA, J. A. Cidadania e participação social: dois conceitos que não se confundem. **Cadernos de Direito**, Piracicaba: v. 16 (31), jul - dez, 2016. P. 1-24.

\_\_\_\_\_. SILVA, A. M. O partido como instrumento pedagógico no pensamento de Gramsci In: BIANCHI, A. et all (org.). **Anais do Colóquio Internacional Antonio Gramsci**. Campinas, IFCH/Unicamp, 2017. ISBN 978-85-86572-7777.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 (Perspectivas do Homem, 99, Série Ciências Sociais).

FRANCO, M. S. “All World was America.” John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico.

**Revista USP: DOSSIÊ Liberalismo/Neoliberalismo**. Mar/abr/mai, nº 17, 1993, P. 30 – 53.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Vol. 1 Lisboa: Seara Nova, 1976.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. Vol. 2 Lisboa: Seara Nova, 1977.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. Vol. 3 Lisboa: Seara Nova, 1978.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_ **Cadernos do Cárcere.** V. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

**GORENDER, J. Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

**HOBSBAUN, E. J. A revolução francesa.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

**LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática:** o caso brasileiro. São Paulo: brasiliense, 1986.

**LENIN, V. O Estado e a revolução:** a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Global, 1987.

**LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil.** [S.l.]: Vozes, [1963?]. Disponível em: [http://www.xr\\_pro.br/IF/LOCKE-Segundo\\_Tratado\\_Sobre\\_O\\_Governo.pdf](http://www.xr_pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf)  
Acesso: 22 mar. 2013.

**MARX, K. ENGELS, F. O manifesto comunista.** 4.ed. rev São Paulo: paz e terra, 1984.

\_\_\_\_\_ **O capital.** Livro 1º, v. II. 16. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1998.

**OYAMA, E. R. Lenin, educação e revolução na construção da República dos Soviетes.** Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. 170f.

O partido revolucionário, sua função na sociedade capitalista  
e a tarefa da propaganda

SILVA, A. M. Partidos políticos na concretização dos direitos políticos na democracia representativa burguesa. In: **O programa para educação básica dos partidos que elegeram presidente no período de 2002 a 2018**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Instituto de biociências/Departamento de Educação: Rio Claro, 2018, mimeografado, 49 f.

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida**. 2.ed. Produções Liga Bolchevique Internacionalista. 2006.

\_\_\_\_\_ **Programa de transição**. São Paulo: Sundermann, 2017.

# CAPÍTULO V

## **ALIANÇA TERRA-CAPITAL: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

*Marcelo Ribeiro de Mendonça*

### **1. INTRODUÇÃO**

O Brasil historicamente vem sendo apresentado como país do futuro e nunca o do presente, reflexo do desenvolvimento desigual e combinado do capital no país. A estreita relação entre latifúndio e capital promoveu a formação de um sistema político, social e econômico atrelado ao atraso. Atualmente o sistema é comandado pela aliança entre ruralistas, que historicamente detêm o poder político em suas mãos, e por banqueiros e empresários que detêm o poder econômico.

Dessa forma, o papel do Estado brasileiro como instrumento de dominação de classes é claramente percebido. O Estado dominante é o Estado da classe dominante. Por outro lado, a classe trabalhadora sucumbe mediante essa lógica atrasada, até mesmo para os parâmetros capitalistas. A propriedade privada da terra, antes compreendida como um empecilho para o desenvolvimento das forças produtivas, nos países coloniais e semicolonais se ajustou à lógica capitalista, conformando seu status na divisão internacional do trabalho e tomando a forma das características do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Com isso, pretende-se discorrer algumas considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, assim como da delimitação da classe dominante nacional, da revolução permanente e o papel do proletariado como sujeito revolucionário.

## 2. ALIANÇA TERRA CAPITAL NO BRASIL

O Brasil, em pleno século XXI, mantém a reprodução de formas arcaicas de produção herdadas do período colonial, baseada na exportação de produtos primários como principal atividade econômica<sup>12</sup>, influenciando diretamente no projeto de sociedade aqui desenvolvido pela classe dominante, objetivamente, em detrimento da classe trabalhadora. A concentração de terras nas mãos de poucos, conforme Mitidier (2010), “adquiriu a característica de ser um estatuto social porque é garantido historicamente pelas instituições e pela sociedade civil”. Com isso a desigualdade no acesso à terra se tornou elementar na construção e desenvolvimento deste país.

Na Ditadura Militar, o projeto de integração nacional promoveu o adentro do grande capital sobre o interior do território nacional, estabelecendo uma aliança entre o latifúndio nacional e o capital norte-americano. A repressão foi institucionalizada pelo Estado de forma a garantir os interesses das empresas globais no país, fazendo o uso do monopólio da violência, principalmente contra os trabalhadores do campo.

---

<sup>12</sup> Os produtos primários correspondem a 47,33% das exportações brasileiras, em 2017, segundo dados são do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Disponível em: <<https://www.dci.com.br/economia/industrializado-perde-participa-na-balanca-1.708040>>. Acesso em: 05 nov.2018.

Portanto,

[...] o Estado nasce da necessidade de reprimir as contradições das classes, mas como nasce ao mesmo tempo, no seio do conflito dessas mesmas classes, ele é, em regra, o estado da classe mais poderosa, da classe que domine economicamente e que, com ajuda dele, se torna também a classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida (LENIN, 1917, p.15).

De acordo com Relatório Final – Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988, produzido pela Comissão Camponesa da Verdade (2014), foram considerados mortos ou desaparecidos um total de 1196 camponeses e apoiadores, entre os anos de 1961 e 1988, segundo o acesso e usufruto dos direitos da justiça de transição definidos pela lei 9.140/1995.

O projeto desenvolvimentista implantado pelos militares, baseado, sobretudo, no uso de maquinários e insumos importados, direcionou uma nova lógica de produção capitalista totalmente dependente do capital internacional, denominada de “Revolução Verde”. Esse processo resultou no aprofundamento da concentração fundiária no território brasileiro, não incluindo, desse modo, alternativas à pequena propriedade, ou seja, seu projeto de governo não optou pela resolução da questão agrária brasileira, e sim por seu agravamento (MARTINS, 1994).

A política arcaica de colonização oficial das terras amazônicas e do Centro-Oeste, levada à cabo pelos militares, se deu por meio de amplas concessões territoriais a empresas privadas, as quais foram beneficiárias de amplas parcelas territoriais, o que acentuou a concentração de terra e a continuação de um modelo econômico atrasado, forjado sob a égide da aliança entre capital e latifúndio. Em 1966, os imóveis rurais com 100 hectares ou menos representavam 60,1% do

total de imóveis, ocupando 11,1% da área; em 1984 representavam 83,6% dos imóveis, ocupando 14,4% da área. Este quadro mostra que o aumento da área total é menor que o aumento do número de imóveis. Por outro lado, os imóveis com 1000 hectares ou mais, em 1966, representavam 1,15% dos imóveis sobre uma área de 41,5% da área; em 1984 representavam 2% dos imóveis sobre 57,6% da área (CPT, 1998).

Para viabilizar o adentro do capital internacional, a Ditadura Militar implantou, com força de lei estatal, as condições para a legalização das terras invadidas. O uso da lei nesse processo de dominação e exploração, mais uma vez demonstrou o caráter burguês do Estado, e a atuação de seu aparato judicial em favor das classes dominantes, o que vai ao encontro das análises de Engels (1984, p. 202), principalmente ao afirmar que:

“(...) na maior parte dos Estados históricos os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordos com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem”.

No poder os militares produziram uma complexa política, iniciando com a Emenda Constitucional número 10, de 10 de novembro de 1964, que estabelecia a desapropriação por interesse social e a indenização em título da dívida pública. Posteriormente sancionou, em 30 de novembro de 1964, a Lei 4504, conhecida como Estatuto da Terra, que regulava a posse e uso da terra e as formas de promover o acesso à terra. Também foi criado em 25 de abril de 1969, o decreto-lei 554/69, que trata da desapropriação por interesse social. Em 1 de abril de 1971, foi sancionado o decreto-lei que ampliou a área de terras públicas da união. Ainda foi criada, em 7 de dezembro de 1976,

a Lei 6383/76, que dispôs sobre a discriminação de terras devolutas da União, com vistas à ocupação da Amazônia. Esse conjunto de instrumentos legais, somados a dispositivos operacionais, promoveu a modernização do latifúndio, fomentado por meio de crédito rural farto e barato (CPT, 1998).

Dessa forma,

[...] O próprio governo militar baixou resoluções com força de lei para legalizar documentos em favor de grileiros. No estado do Mato Grosso, nos anos de 1970, a soma da área de terra mencionada nos títulos de propriedades em circulação era três vezes superior à área do Estado. Em 1981, a CPT, assinalava que mais de 20 milhões de hectares de terra haviam sido obtidos fraudulentos [...] (MARTINS, 1994. p. 132).

Assim, na perspectiva da modernização conservadora, o Estado viabilizou os registros das terras invadidas, e as empresas, incentivadas pelos subsídios fiscais, foram se apossando de novas parcelas do território brasileiro e, dessa forma, o capital foi se expandindo, por meio de atividades agropecuárias e mineradoras, provocando a devastação do meio ambiente e fortes conflitos sociais e étnicos.

O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos e recentes anos, após o término do regime militar, em 1984, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos (MARTINS, 1994, p.80).

Com o fim do regime militar e a instauração da “Nova República”, o oligarquismo brasileiro reassumiu o controle do Estado, formando um novo rearranjo na sociedade, agora sobre a lógica neoliberal, mas preservando os atrasados mecanismos de acumulação de capital. No novo governo prevaleceram os velhos critérios oligárquicos de distribuição dos cargos pelos estados, mantendo as arcaicas relações de poder pautadas na propriedade privada da terra.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil passou a adotar uma postura neoliberal vinculada aos interesses do Consenso de Washington, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). A participação mínima do Estado na condução das políticas econômicas do país articulou ao mesmo tempo uma reestruturação produtiva para atender os interesses de capitalistas e latifundiários (LUIZ, 2017).

Com a chegada do governo Lula ao poder, em 2002, assim como na redemocratização, gerou-se grande expectativa, por se apresentar como um governo de “esquerda”, compromissado com as demandas da classe trabalhadora. Mas o que se viu foi a manutenção e aprofundamento das políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990, agora efetivadas por um governo de colaboração de classes. Lula manteve o compromisso com o capital financeiro, que apresentou na “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual afirmou o prosseguimento das políticas neoliberais (FONTANA, 2018, p.57).

O boom das commodities inaugurou a fase neodesenvolvimentista no país via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e benefícios fiscais bilionários, fortalecendo a aliança terra-capital. Em 2016, de acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cerca de 30 grandes empresas

controlavam todo o complexo agroindustrial brasileiro, mais de 70% delas multinacionais e responsáveis por 23% do PIB e 48% das exportações (FONTANA, 2018, p.61). Atualmente (ano-base 2019), cerca de metade da representação política do nosso cenário político está ligada ao agronegócio, impondo dessa maneira um projeto de sociedade subordinado aos interesses do latifúndio, o que Martins (1994) já denominara de “o poder do atraso”.

Por meio dessa forma de apropriação do território, o país desenvolveu um modelo econômico rudimentar, sob o domínio de uma classe dominante arcaica e conservadora, que condicionou a formação de um modelo capitalista peculiar dos países de industrialização tardia, que, ao se ajustarem à lógica do modo de produção capitalista, reproduzem o que há de mais arcaico no modo de produção capitalista, incorporado à mais alta tecnologia.

O Brasil pode ser explicado a partir da teoria de Trotsky, acerca do modelo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo:

Os países coloniais e semicolonais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo, por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista (TROTSKY, 2017, p.79).

Atualmente, com um modelo econômico pautado no agronegócio, o país se apresenta como um país atrasado mesmo para os parâmetros do modo de produção capitalista. Sendo majoritário na representação política, o agronegócio se tornou o modelo hegemônico, inviabilizando o acesso à terra e o desenvolvimento técnico-científico-informacional nos centros

urbanos. Consequentemente, esse modelo prejudica a classe trabalhadora tanto no que diz respeito à geração de empregos nas cidades, quanto na geração de empregos no campo, devido ao alto nível de mecanização. Portanto, temos uma situação de atraso similar à que antecedeu a Revolução Russa. Situação que igualmente requer uma Revolução Socialista!

### **3. A EMERGÊNCIA DE UMA DIREÇÃO OPERÁRIA**

Diante do desenvolvimento do capitalismo, o Brasil concebeu historicamente variadas formas de luta e resistência. “*A história de todas sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes*” (ENGELS, MARX, 2018, p. 45). Historicamente, sob o domínio de uma arcaica classe dominante subserviente ao grande capital, o Brasil nunca realizou uma revolução social. Todas as transformações desencadeadas sempre partiram de setores conservadores da sociedade. Nem mesmo uma revolução burguesa liberal foi aqui possível. Foram muitas batalhas travadas, no entanto, sem um efetivo êxito revolucionário (MARTINS, 1994).

A falta de direção das massas, muitas vezes cooptadas por setores da burguesia, impediu a ascensão da classe trabalhadora ao poder, o que pode ser explicado a partir de Trotsky, quando afirma que: “A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nadas, pela crise histórica da direção do proletariado” (TROTSKY, 2017, p. 13).

No século de XVIII as agitações tinham um caráter libertário, inspiradas na revolução Francesa e Norte-Americana. Seus líderes eram liberais radicais. Foram muitos os eventos nessa época, conforme aponta Gohn (2003): Inconfidência Mineira, 1789; Conjuração do Rio de Janeiro, 1794 a 1795; Revolta popular dos negros e mulatos, 1797; Revolta dos alfaiates, 1798.

A respeito da primeira metade do século XIX, a autora relata ainda 41 manifestações, sendo as principais a Cabanagem, no Pará; 1835; Revolução praieira, Pernambuco, 1847. Ainda de acordo com a autora, a falta de unidade das ações propiciou às elites dominantes o desmonte das lutas nessa época. Na segunda metade do século XIX, as ações passaram a ter como alvo questões escravistas, cobranças do fisco, demandas dos pequenos camponeses, legislações e atos do poder público e a mudança do regime político (a República ou a volta da Monarquia). No século XX, o crescente processo de urbanização passa a dar às cidades uma tonalidade própria, intensificada a partir das novas funções que passou a oferecer.

As lutas no campo passam a ganhar mais ênfase entre 1945 e 1964, destacando-se: Porecatu, no Paraná 1950; Formoso e trombas em Goiás; movimento dos arrendatários em Santa Fé do Sul, em 1955; Ligas camponesas do Nordeste; Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master) em 1960; Confederação Nacional dos trabalhadores (Contag) em 1963; Movimentos urbanos pela casa própria. Com a ditadura militar, as lutas ganham um caráter maior de enfrentamento contra o regime, como o Movimento estudantil entre 1964 e 1968, a Guerrilha do Araguaia em 1967 e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) em 1968, que formaram o germe da Comissão Pastoral da Terra. As lutas foram se desenvolvendo e, a partir de 1975, passaram a levantar a bandeira da redemocratização (Gohn, 2003).

Até a década de 1980, a mudança de ordem estrutural estava no horizonte dos movimentos sociais e o socialismo era tido como um modelo organizacional mais justo. O colapso da União soviética fez com que esses movimentos se arrefecessem dando espaço para a era dos direitos. O cenário de lutas sofreram reordenação e os movimentos passaram a atuar em defesa dos direitos-civis, marcados por movimentos em prol da

de cidadania, contra a forme e pela vida e pelas ações de Organizações Não Governamentais (ONGS). Por outro lado, conforme aponta Pedon (2013), a década de 1980 foi marcada por movimentos, como o quebra-quebra em São Paulo e o Diretas já, que, em 1984, capitalizou os anseios de diversas classes sociais e construiu como nunca um projeto de unicidade nacional. A derrocada se deu por falta de uma base de sustentação fundada em propostas de ação.

A Nova República se mostrou muito mais violenta que o antigo regime. Com a expectativa da Reforma Agrária, cresceu o número de acampamentos por todo o país, como forma de forçar o governo a promover a desapropriação de terras e a formação de assentamentos. Esse movimento dos trabalhadores gerou uma forte reação por parte dos proprietários de terra e do próprio Estado gerando um cenário de forte conflito no campo (MARTINS, 1994).

A União Democrática Ruralista (UDR), foi um dos principais instrumentos de repressão contra a ascensão dos movimentos de luta pela terra que passaram a ser mais atuantes a partir da redemocratização:

[...] não foi por menos que, nesse período, formou-se a maior organização de proprietários rurais da história brasileira: a União Democrática Ruralista (UDR), que reuniu sindicatos patronais, associações de produtores, cooperativas e, individualmente, fazendeiros de todo o país para atuarem no campo político diretamente nas assembleias estaduais e federal e nas suas próprias propriedades ou nas regiões onde possuíam terras, intimidando, ameaçando, espancando e assassinando aqueles que reclamavam por direitos. Isso fez com que o número de mortos subisse exponencialmente, chegando a 161 assassinatos em 1987, isto é, a cada dois dias desse ano, um trabalhador rural era assassinado (MITIDIEIRO, 2010, p. 220).

Sem um processo revolucionário dirigido pela classe trabalhadora, a política brasileira passou pelo que Martins (1994) chama de “dinâmica pendular”, variando entre períodos de centralização política e ditadura, e períodos de abertura política e relativa democracia de caráter liberal, mas apoiado numa base social agrária, monopolista e oligárquica.

[...] as grandes mudanças sociais e econômicas do Brasil contemporâneo não estão relacionadas com o surgimento de novos protagonistas sociais e políticos, portadores de um novo e radical projeto político e econômico. As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que se situavam numa situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais (MARTINS, 1994, p.58).

As grandes mudanças sociais e econômicas do Brasil não foram conduzidas por processos revolucionários, não foram conduzidas pela ação das massas, não representaram um novo projeto político e social relevante para a classe trabalhadora, nem tampouco por uma elite liberal, propriamente capitalista. As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso do passado conduziram a manutenção do atraso subsequente. No contexto mais recente agrava-se a situação da classe trabalhadora pela onda reformista que sobrepujou a concepção revolucionária socialista.

No contexto mais recente, dos últimos 30 anos, as lutas sociais expressaram diferentes arranjos. Na década de 1980, a mudança na ordem estrutural da sociedade estava no horizonte dos movimentos sociais: o socialismo, entendido como um modelo de organização social mais justo servia de inspiração. A incapacidade do socialismo real em satisfazer as demandas populares nos países onde eles se instalaram e a consequente queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética

levaram ao enfraquecimento e abandono do projeto socialista pela maioria. No plano nacional, a eleição de partidos de esquerda em diversas administrações municipais e o engajamento de muitos líderes populares nas estruturas institucionais de poder e as divergências político-partidárias e político-ideológicas fizeram que os movimentos sociais se arrefecessem, pelo menos um modelo de movimento social, mais precisamente aquele com conteúdo classista (PEDON, 2013, p.61).

Com um modelo econômico e um histórico de luta de classes fortemente ligado à propriedade privada da terra, é relevante afirmar o papel do proletariado como sujeito revolucionário e que somente a Ditadura do Proletariado poderá emancipar a toda classe trabalhadora. Nesse sentido, a revolução permanente se torna indispensável para o êxito da revolução socialista, proposta por Trotsky. A teoria da revolução permanente tem três aspectos. O primeiro mostra a importância do cumprimento das tarefas democráticas propostas pelos países atrasados:

(...) Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, propostos pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a idéia fundamental da teoria (TROTSKY, 1985, p.24).

O segundo aspecto revela o caráter permanente da revolução socialista:

(...) Em seu aspecto, a “teoria da revolução permanente” caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre

diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas “pacíficas”. As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso revela o caráter permanente da própria revolução socialista (TROTSKY, 1985, p.24).

Por fim, o terceiro aspecto revela o caráter internacionalista da revolução socialista:

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer (TROTSKY, 1985, p.24).

Marx (2011) já houvera alertado que é crucial o papel do proletariado como sujeito revolucionário, mesmo em países agrários como o Brasil, ao contrário das teorias que colocam camponeses ao lado, ou mesmo acima, da direção proletária. Enquanto o proletariado vive da venda da força de trabalho, partilhando as mesmas relações de trabalho com a burguesia, os camponeses se caracterizam por constituírem uma massa de proprietários de terra mais ou menos independentes que vivem da venda das mais diversas mercadorias.

Marx (2011) aponta que enquanto o proletariado tem sua vida regulada pelo mercado de compra e venda de força de trabalho, os camponeses têm suas vidas reguladas pelas oscilações nos mais diferentes mercados. Enquanto o proletariado vive geralmente aglomerado nas periferias dos grandes centros industriais e pratica um trabalho coletivo no interior das grandes fábricas, os camponeses vivem dispersos pelo interior do país e isolados uns dos outros pela propriedade privada da terra, praticando um regime de trabalho familiar.

Trotsky, com base na teoria de Marx e na leitura da realidade, apontou que não seriam os camponeses a classe revolucionária:

Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas revoluções passadas, a partir da Reforma alemã do século XVI e mais cedo ainda os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhes, muitas vezes, alcançar a vitória (TROTSKY, 1930, p. 20).

Atualmente, o proletariado constitui a maioria absoluta da população em todos os principais países do mundo. A classe operária no Brasil atingiu seu número mais expressivo nos últimos anos à crise entre 2012 e 2014, atingindo cerca de 12 milhões de operários (FONTANA, 2018). O fim do campesinato como massa de produtores relativamente independentes, como previra Marx, ainda no século XIX, é mais do que evidente no começo do século XXI. Apesar das teses defendidas sobre a recriação camponesa, fato é que a pequena propriedade que ainda persiste, embora numerosa, demonstra índices objetivos de decadência. Atualmente, ela está

completamente subordinada à acumulação capitalista, como produtor de meios de subsistência para as cidades submetida ao mercado e ao planejamento do capital. A cada dia que passa, os filhos desses pequenos produtores abandonam a propriedade dos pais depois de adultos para trabalharem nas cidades como operário de fábrica ou como operários agrícolas (FONTANA, 2018).

O campo brasileiro na atualidade apresenta somente 15% da população. Cerca de 30 milhões de pessoas. No que se refere à classe camponesa, dentro do escopo marxista, temos apenas 4 milhões de camponeses pobres. Ou seja, sua existência se dá de forma residual. O restante da população do campo é formada por 16 milhões de assalariados agrícolas (1,4 milhões de operários agrícolas), 4 milhões de agricultores familiares que têm sua produção subordinada ao mercado, 1 milhão de produtores médios, e pelo menos 5 milhões de famílias sem-terra (FONTANA, 2018)

De acordo com Trotsky (2017), “a tarefa política do proletariado industrial consiste em fazer a luta de classes penetrar no campo. Somente assim poderá separar seus aliados de seus inimigos”. E ainda, “O operário agrícola é, no campo, o irmão de armas e o equivalente do operário da indústria. São duas partes de uma só e mesma classe. Seus interesses são inseparáveis”. Eis o devir da revolução socialista.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado brasileiro sob domínio da combinação entre capital financeiro (capital industrial e bancos) e latifúndio, se tornou um verdadeiro balcão de negócios onde a classe dominante negocia entre suas frações os rumos das diretrizes governamentais, por meio do uso de fundos públicos, favorecimentos políticos, aprovação de leis, benefícios fiscais e

toda sorte de mecanismos possíveis.

Observa-se historicamente o caráter arcaico da classe dominante Brasileira desde a colonização, que, por intermédio do Estado, foi ajustando os consecutivos mecanismos de produção herdados do passado às condições objetivas do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A propriedade privada da terra, antes um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, aqui se tornou uma moeda de troca, uma mercadoria principal na relação entre latifúndio e capital, tornando-se “reserva de valor”. Esse modelo agrava profundamente a situação da classe trabalhadora através da concentração fundiária, da pouca geração de empregos pela agricultura mecanizada, e pela inviabilização de investimentos na indústria da ciência e tecnologia desinteressante para as classes dominantes, acarretando consequentemente em baixos índices de empregos urbanos.

A partir dessa leitura, pretende-se delimitar o inimigo e seus representantes no cenário político, para que através da organização da classe trabalhadora, possamos derrotá-lo. Conforme Trotsky, se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra! Viva a Revolução Socialista! Viva a IV Internacional!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE:** violações de direitos no campo 1946-1988. Relatório. Brasília, 2014.  
cptms.org/site, onde contém registrado ano a ano documentos que revelam as diretrizes da ação pastoral e os seus desdobramentos.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista.** Tradução Antônio Carlos Braga. 1. Ed. – São Paulo: Lafonte, 2018.

FONTANA, Mariúcha (org). **O Brasil precisa de uma revolução socialista: Teses Programáticas.** São Paulo: Sundermann, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** 1<sup>a</sup> ed. Moscou, 1917.

LUIZ, Luana Fernanda. **Programa nacional de crédito fundiário em três lagoas/ms: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** Mato Grosso do Sul: UFMS, 2017.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011.

Aliança terra-capital: Desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro e a revolução socialista

**MITIDIERO, Marco. A ação territorial de uma Igreja radical:** Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

**PEDON, Nelson. Geografia e Movimentos Sociais.** São Paulo: Unesp, 2013.

**TROTSKY, Leon. A Revolução Permanente.** São Paulo: Kairós, 1985.

**TROTSKY, Leon. Programa de Transição para a revolução socialista:** a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017.

# CAPÍTULO VI

## ETNOCÍDIO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NA HISTÓRIA DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA TRADIÇÃO MARXISTA PARA UMA ANÁLISE MILITANTE

*Vitor Wagner Neto de Oliveira*

### Etnocídio<sup>13</sup> e resistência indígena

Os autóctones americanos entraram para a História (escrita e ocidental) pelas mãos, e pelas armas, dos colonizadores. Foram seus algozes, por interesse econômico ou religioso, que primeiro revelaram para o mundo (para a Europa) a existência dos “índios”, assim denominados pelos europeus por pensarem se tratar de populações das Índias (nome genérico para toda a região da Ásia e Oriente até o final do século XV, quando se passou a dividir o mundo além Europa de Índias Orientais e Índias Ocidentais).

A visão de estranhamento em relação ao outro, ao não europeu, predominou na descrição que os europeus passaram a fazer dos povos originários das Américas e justificou, sob o olhar do colonizador, a imposição de formas variadas de escravidão e servidão dessas populações, no contexto da

---

<sup>13</sup> “Se o termo ‘genocídio’ remete à ideia de ‘raça’ e à vontade de exterminar uma minoria racial, o termo ‘etnocídio’ se refere não só à destruição física dos homens (neste caso permanecermos dentro da situação genocida) mas também à sua cultura. O etnocídio é, pois, a destruição sistemática dos modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes, a quem se leva a cabo a destruição” (CLASTRES, 1996, p.55-58, Apud BÁEZ, 2010, p.307).

expansão inicial do capitalismo para além das fronteiras da Europa.<sup>14</sup> A exploração das riquezas das Américas, com base no trabalho escravo de indígenas e africanos, contribuiu fundamentalmente para a acumulação primitiva de capital, que permitiu, por sua vez, a Revolução Industrial no século XVIII.

Para justificar moralmente a dominação dos povos americanos, os colonizadores, em conluio com a Igreja, lançaram mão da teologia católica medieval, que ainda ditava muito das relações sociais e políticas dos estados absolutistas, em um mundo global em franca transformação. Os “índios” sem alma (sem fé, lei ou rei)<sup>15</sup>, eram interpretados como “páginas em branco” nas quais se deveria imprimir uma história, uma alma (como diria no século XVI o sacerdote jesuítico português Manuel da Nóbrega, fundador de Salvador e do Rio de Janeiro). A alma seria adquirida pela conversão ao catolicismo, via resignação às ordens de Cristo e, consequentemente, ao trabalho nos aldeamentos. Portanto, os indígenas “entram para a história” como selvagens, trabalhadores para outrem e estranhos em sua própria terra.

De uma forma geral os autóctones americanos foram considerados desta forma. Mesmo sociedades organizadas em cidades e impérios, sociedades de classes e que tinham o domínio da técnica do trabalho com metais como o ouro e a prata, foram encaradas como selvagens sem alma.<sup>16</sup> Não era a

---

<sup>14</sup> Sobre a representação do “outro” não europeu, veja o debate acerca do “orientalismo”, a partir da obra de Edward Said, em Gabriel Huland (2015).

<sup>15</sup> Ver Guillermo Giucci (1993).

<sup>16</sup> Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” parte da teoria do antropólogo Lewis Morgan, que classifica as sociedades em estágios pré-históricos: selvagem, bárbaro e civilizado (cada divisão com três fases – inferior, média e superior). O debate que se trava na época de Marx e Engels entre estudiosos de sociedades não ocidentais, não se insere nos marcos da antropologia

maior ou menor naturalização (conforme a visão europeia) do indígena que impunha a condição de selvagem, mas sim a não aceitação das ordens coloniais: o não querer ser trabalhador para outrem.

O fato de os autóctones, que habitavam o território do que viria a ser o Brasil, viverem em uma relação de maior dependência do meio natural e de menor intervenção/transformação deste meio, não significa que eram sociedades “naturais”. A naturalização dos indígenas é uma construção europeia, e essa mesma concepção foi aplicada por parte dos estudiosos para classificar as sociedades autóctones do altiplano peruano/boliviano, da América Central e do México como sociedades complexas, por terem o domínio do metal e estarem organizadas em cidades, e os autóctones das regiões tropicais e semitropicais (das florestas e savanas) como não complexas, por serem nômades e viverem da caça, pesca e coleta.

Quando da chegada dos europeus e durante muito tempo, nas florestas tropicais ou na mata atlântica, as sociedades indígenas eram numerosas, dominavam grandes extensões e combinavam períodos de nomadismo com os de sedentarismo para cultivo. Mesmo as sociedades das savanas no planalto e nos pantanais se organizavam em grandes aldeias, mais numerosas que as atuais, e diversas etnias dominavam a técnica do plantio, além da caça, pesca e coleta. Na contemporaneidade não cabe, portanto, a caracterização de sociedades primitivas ou rudimentares, conceitos carregados por ideologias eurocêntricas

---

moderna, algo que passou a se dar no início do século XX, quando a Antropologia aparece como ciência. Em todo caso, no esforço de se compreender a civilização ocidental sob o capitalismo, Marx e Engels utilizaram do sistema descritivo de parentesco de Morgan, especialmente o sistema de parentesco por consanguinidade e ou por afinidade política. Para saber mais: Piero Leirner (2016).

e que reforçam um estereótipo construído pelos europeus para classificar (e dominar) outras culturas.

Difícil estimar o número de indígenas que existiam nas terras que atualmente conhecemos como território brasileiro. Estudos apontam para uma população de 2,4 milhões quando da chegada dos portugueses em 1500. Portanto, o espaço da colônia Brasil não era um vazio demográfico. Para se ter uma ideia, Portugal tinha uma população estimada em 1,4 milhão no ano de 1498. Todavia, esse pequeno país foi responsável direto pelo extermínio de milhões de indígenas, ao passo que em 1570 a estimativa é de que a população indígena estava reduzida a 800 mil.<sup>17</sup>

“Conhecer para melhor dominar”... essa foi a máxima aplicada e com êxito na dominação dos indígenas. Foi assim que Francisco Pizarro derrotou o império Inca e conquistou o Perú em 1532; Hernán Cortés dominou Tenochtitlán, capital Asteca, em 1521, e os portugueses do litoral e do planalto destruíram, dominaram e escravizaram nações, desde os Tupinambá do litoral aos Guarani da fronteira com as colônias espanholas.

Quando os portugueses chegaram na América encontraram um sistema social constituído pelos indígenas Tupi com base na relação homem-natureza a partir do agrupamento em parentela, e isso é o que possibilitava a reprodução do grupo em contato com outros grupos, inclusive em situações de conflitos internos à parentela ou com outras parentelas ou etnias. Como afirma Fernandes (1989), no início do contato com os não indígenas, enquanto esses eram poucos e podiam ser incorporados na vida em comunidade sob as condições dos indígenas, ou eram transitórios, o sistema social autóctone garantiu a permanência dos grupos sem grande alteração.

---

<sup>17</sup> Ver João Oliveira (2014, p. 167-228).

Mesmo quando do início da exploração do pau-brasil com base na troca de produtos (objetos europeus para os indígenas e pau-brasil para os europeus), não houve grandes revezes entre os autóctones. A partir do momento em que os portugueses fincaram bases permanentes no território indígena, ainda na primeira metade do século XVI com o regime de donatarias e governo geral, essa relação primeira de “tensões encobertas”, nos dizeres de Florestan Fernandes, foi substituída pela tentativa de dominação/escravização de um lado e de resistência de outro. O escambo realizado entre indígenas e europeus, nas novas condições dadas pela constituição da supremacia branca, foi logo percebido pelos autóctones como uma teia que os prendia em uma política não sua, mas que também podia ser utilizada para garantir acordos que possibilitessem a permanência de grupos em determinadas áreas e mesmo interferiu nas guerras locais entre parentelas ou etnias.

Esse contato inicial entre europeus e os Tupi não é o padrão, pois irá variar a depender dos europeus e dos indígenas contatados, todavia a partir disso pode-se aludir a complexidade social que impôs aos europeus a necessidade de pensar estratégias de dominação pelo convencimento ou pela força.

A exploração do pau-brasil com base no escambo não eliminou, de fato, o aprisionamento e escravização indígena já no início da dominação portuguesa. Indígenas aprisionados por outros indígenas eram “doados” aos portugueses no escambo ou mesmo feitos prisioneiros pelos portugueses. Já em 1511 uma nau pertencente a Fernão de Loronha (que dá nome à ilha de Fernando de Noronha) levou para Lisboa, entre as mercadorias do novo mundo, 35 indígenas escravizados. Mesmo entre os colonos nas vilas, tinham-se diversos escravizados “negros da terra” (como os bandeirantes denominavam os autóctones), antes e depois que o tráfico de africanos se firmou como um negócio atlântico.

A conquista da terra para a agricultura requeria, por parte dos portugueses, a conquista de braços para o trabalho, daí a dominação do autóctone ser essencial para o projeto de colonização português: terra e trabalho na produção de riquezas. A utilização do indígena como escravo na América portuguesa não se restringiu, portanto, ao início da colonização, quando da exploração do pau-brasil, como narra uma versão tradicional da história. No início da conquista e mesmo nos séculos posteriores nas fronteiras da colonização, conforme esta se interiorizava no continente, os indígenas foram os braços para o trabalho nas terras dos colonos portugueses e também nos engenhos e plantios das ordens religiosas. Nas lavouras canavieiras do nordeste do início da colonização às plantações de trigo, milho e mandioca de São Paulo, dos séculos XVI ao XVIII, dentre outras atividades, culturas e lugares, a sua presença se fez sentir efetivamente. Os administradores e agentes da Coroa portuguesa procuraram normatizar essa relação de exploração indígena por parte dos colonos e de ordens religiosas, na tentativa de manutenção do “plantel” e na constituição de alianças necessárias para a continuidade do sistema colonial. As concessões aos indígenas, como os acordos com a Coroa e a proteção de alguns grupos, eram parte dessa política de dominação.

O sistema colonial português implementado na América, por conseguinte, não era algo já concebido de antemão em Portugal, em que pese já existir experiência lusitana anterior na África e Ásia. Em ambiente novo e culturas nunca vistas, havia de se constituir novas formas de imposição, por isso a política de colonização se transformou no decorrer de 300 anos de colônia. Diante da violenta reação dos indígenas, responsável em grande parte pelo fracasso do projeto das capitâncias hereditárias, a Coroa teve que mudar as táticas de conquista.

Na tentativa de controlar a colônia, tanto face às ações dos colonos quanto a resistência dos povos originários, a Coroa portuguesa regulamentou a utilização do trabalho indígena, proibindo a tomada de escravizados entre os indígenas aliados. No caso daqueles considerados inimigos da Coroa (que não se submetiam às ordens do rei), era permitido o cativeiro e a morte de parte deles, para servir de exemplo. Aplicava-se, nesta determinação portuguesa, a noção de “guerra justa”, doutrina anterior à conquista da América e que fundamentou as lutas entre “cristãos” e “mouros” (considerados inimigos) na península Ibérica. Na América portuguesa este sistema passou a ser aplicado para justificar a escravização dos considerados “índios de corda”, aqueles que segundo os portugueses eram prisioneiros de outros indígenas.

Se a exploração do trabalho de indígena no Brasil nunca deixou de existir, desde o primeiro contato dos portugueses com os povos originários, não cabe a divisão da história da Colônia em dois períodos estanques, em que no primeiro, no século XVI, a produção era mantida pelo indígena escravizado e, no segundo, séculos XVII ao XIX, em que a economia tinha por base o trabalho de negros escravizados. Se é fato que de início, no século XVI, tem-se a predominância do trabalho escravo indígena, a partir do século XVIII o que predomina é o trabalho dos negros e negras escravizados. Todavia, outras formas de exploração do trabalho indígena continuaram (e continuam) sendo utilizadas pelos conquistadores, em especial a escravidão.

Por certo, a escravização do negro era uma instituição supranacional que movimentava a economia mundial no triângulo entre África, América e Europa e, neste sentido, por si só se sustentava como um negócio lucrativo para os comerciantes de escravos. Os africanos escravizados e seus descendentes eram utilizados especialmente (mas não só) na produção daquilo que era a base da economia da colônia e

depois do Império Brasil: açúcar, fumo, minério, algodão e café. Já os indígenas eram utilizados no trabalho de uma economia secundária, nem por isso dispensável, da produção de subsistência da população colonial e nas áreas novas, no trabalho de coleta das “drogas do sertão”, por exemplo. A escravização do indígena predominou onde se combinavam os seguintes aspectos: pouca disponibilidade de capital, abundância de terra, alta densidade de população indígena e baixa densidade de população europeia. Isso se dava (e ainda acontece hoje) nas áreas novas, de abertura recente para a exploração.

As expedições de bandeirantes e monçoeiros paulistas dos séculos XVII ao XVIII e início do XIX, buscavam metais preciosos e indígenas nos sertões, para serem vendidos na vila de São Paulo e mesmo exportados para outras capitâncias. Perante a resistência indígena os portugueses paulistas respondiam com o massacre de homens, mulheres e crianças.<sup>18</sup>

As diversas formas de resistência possibilitaram, todavia, a permanência e a persistência dos indígenas até o tempo presente. Uma das formas de resistência indígena, não muito comum, foi a formação de quilombos em união com os negros fugidos da escravidão e os pobres livres.<sup>19</sup> Várias foram as formas de resistência dos indígenas, como a expulsão dos colonos e guerras empreendidas pelos indígenas contra a imposição dos colonizadores e, também, fuga em busca de áreas distantes, ainda não alcançadas pelos europeus, onde podiam manter sua independência e autonomia. Mesmo a submissão às

---

<sup>18</sup> Entre os anos de 1628 e 1632 os bandeirantes paulistas atacaram diversas “reduções” formadas pelos jesuítas em terras dos atuais estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e no norte argentino e no Paraguai.

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, o caso de um quilombo no Mato Grosso, Maria Machado (2006).

imposições dos colonizadores (adotando costumes religiosos de forma híbrida, fazendo acordos como aliados de portugueses contra os franceses e outras etnias indígenas e servindo como escravizado), caracteriza-se como resistência indígena. As alianças com os portugueses e o ingresso nas reduções jesuíticas como forma de salvação (não necessariamente espiritual, mas física), não significava a submissão completa aos ditames do conquistador, pois essa decisão era permeada por negociações várias, que garantiam a preservação de costumes indígenas em espaços cristãos.<sup>20</sup>

A Companhia de Jesus, fundada em Portugal no ano de 1540 por jovens jesuítas, serviu ao propósito da colonização por mais de 200 anos, mesmo que, por vezes, contrariasse a política da Coroa e os interesses imediatos dos colonos que buscavam fazer os indígenas de escravos. Ao interferir e destruir a forma organizacional dos povos originários, impondo novos costumes religiosos e a disciplina para o trabalho como valor de troca, os jesuítas contribuíram de forma essencial para a conquista. Os portugueses de São Paulo (bandeirantes) preferiam mesmo os indígenas aldeados pelos jesuítas (que tinham inclusive maior valor no mercado de escravos) do que os “bravos” não subordinados ao cristianismo.

Mesmo o projeto dos jesuítas, contudo, sofreu alterações diante da realidade encontrada na América. A experiência trazida pelos missionários europeus no trabalho de evangelização na África e na Ásia demonstrou logo não ser eficaz na América. O ideal missionário era o de longas e penosas excursões evangelizadoras, em que os pregadores iam ao(de) encontro das sociedades autóctones, numa tentativa de convencimento dos ideais cristãos. E isso se deu de início na América, mas diante da resistência indígena, que “fugia da

---

<sup>20</sup> Ver Almeida (2014, pp.435-478).

cruz”. A Companhia de Jesus mudou de tática e passou a edificar aldeamentos próximos a núcleos urbanos, onde mantinham os indígenas no intuito de educar na tradição cristã e europeia com uma pedagogia permeada pelo medo e o castigo (o pelourinho também era peça central nos aldeamentos). Diante das investidas cada vez mais constantes dos colonos e bandeirantes, que disputavam os indígenas com os jesuítas na busca de mão de obra, a Companhia de Jesus passou a estabelecer aldeamentos cada vez mais distantes dos núcleos urbanos, até sua expulsão da colônia pelo Marquês de Pombal no ano de 1759.

Em séculos de convivência, entre “tensões encobertas” e conflitos abertos, os indígenas incorporaram aspectos da cultura do dominador, sem, no entanto, deixarem de ser indígenas. Passaram inclusive a assumir uma identidade nacional de brasileiros, isso já no século XX, sem, contudo, esquecer a identidade étnica. Se é do lado do dominado que se tem maiores perdas – tanto objetivas com a perda da terra e a morte de milhões de homens, mulheres e crianças, como perdas subjetivas, a exemplo da transformação de sua cultura – os dominadores não saíram ilesos, tiveram também que se adaptar às culturas autóctones (na alimentação, nos hábitos de higiene, no domínio da natureza, nas técnicas de circulação no território etc).

Também do lado dos conquistadores houve a necessidade de mudar de táticas para tentarem levar a cabo a dominação dos homens e mulheres primeiro, e da terra em seguida. Um dos momentos mais significativos da alteração das táticas de dominação se deu, no Brasil, no final do século XIX e início do XX, sob o comando do Marechal Rondon (mato-grossense que nasceu em 1865, bisneto de indígenas Bororo).

Rondon formou-se na carreira do Exército quando o positivismo, como ideologia, influenciava profundamente os idealizadores da República. A concepção positivista de “progresso” e “civilização” guiou então as ações de Rondon com relação aos indígenas, quando este assumiu a frente dos trabalhos de implantação das linhas telegráficas em Mato Grosso, fronteira com o Paraguai e Bolívia, logo no começo da República, em 1891. No início do século XX foi responsável pela ligação telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas.

A frente de instalação das linhas telegráficas tornou-se um marco nas formas de contato com os indígenas porque Rondon adotou outra tática. Não mais o enfrentamento direto, nem o extermínio. A Comissão Rondon contatava os indígenas de forma “amistosa”, e em um trabalho de convencimento impunha-os a obediência à República e a aceitação do “progresso” simbolizado pelo telégrafo. Naquele momento a política indigenista<sup>21</sup> ganhou contornos mais elaborados com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, origem da FUNAI. Também são desse período as demarcações de terras para aldeamento dos indígenas na fronteira com o Paraguai. Em 1917 constitui-se a Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso, em 3.600 ha, confinando os Guarani Kaiowá para dar espaço à formação de pastagens e a exploração comercial da erva-mate. Estrategicamente essas aldeias eram formadas em regiões não muito distantes do que viriam a ser os núcleos urbanos, estradas e empreendimentos rurais, pois deveriam servir também como reserva de mão de obra.

Se em todo o século XIX o indígena esteve quase ausente dos debates parlamentares e das leis (nas constituições do

---

<sup>21</sup> Política indigenista é caracterizada pelas formas adotadas pelos Estados Nacionais latino-americanos no trato com os povos originários.

Império, 1824, e da República, 1889, não há menção aos indígenas), aparecendo nos Relatórios provinciais apenas na designação de “Catequese e Civilização”. O século XX será marcado pelos debates antropológicos e políticos sobre o que fazer com os povos originários: extermínio ou integração se apresentavam como únicas formas possíveis. A segunda forma, concebida por Marechal Rondon (e as diversas variantes sertanistas), passou a predominar na política indigenista brasileira e sua aceitação se deu por não se colocar frontalmente contrária aos projetos colonizadores, e mesmo por contribuir com esses projetos. A integração do indígena como trabalhador nacional deveria se dar de forma “pacífica”. Para tanto, o trabalho dos sertanistas seria fundamental (iniciado por Rondon e continuado pelos irmãos Villas-Boas nas décadas de 1940 a 1960 entre os Xavantes). A base para esse trabalho se assentava na tradição bandeirante (marcada pela bravura e destemor) e missioneira (aproximação pacífica e introdução de elementos da cultura ocidental no interior das comunidades indígenas).

O governo Getúlio Vargas, pós 1930, deu continuidade aos meios adotados por Marechal Rondon (sob a coordenação do Marechal) para garantir a implementação da política de um Estado centralizador. A “Marcha para o Oeste”, que simbolizou esta política centralizadora, foi uma diretriz adotada pelo governo Vargas, que concebia a existência de “vazios demográficos” no Oeste e que precisavam ser ocupados pelo elemento nacional, para defender as fronteiras e alimentar as capitais do centro do país (Rio de Janeiro e São Paulo) que passavam por urbanização acelerada.

É desse período, já década de 1940, a implementação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, para onde foram atraídos colonos nordestinos e sulistas em terras dos Kaiowá, intensificando o confinamento dessa etnia e contribuindo para o acirramento do conflito entre pobres da terra, indígenas e

colonos. Na década de 1960, *pari passu* ao projeto de modernização conservadora, os Guarani Kaiowá da Reserva de Dourados foram ainda mais pressionados pelo avanço da fronteira agrícola para a região, com o monocultivo da soja, e a inserção de famílias Terena na já restrita área da aldeia. Tratou-se de um “colonialismo interno”, na caracterização do historiador Victor Leonardi, referindo-se ao avanço da fronteira agrícola para o Mato Grosso e Amazônia, na fase, portanto, do Estado Nacional brasileiro.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) surge também neste período, em 1967, a partir dos debates entre antropólogos, cuja origem advinha da década de 1940, acerca das contradições do SPI, que tinha por base o integracionismo a partir da atuação dos sertanistas. Todavia, a FUNAI foi concebida como parte do plano da ditadura civil-militar de expansão do capitalismo agropecuário-exportador para o interior do país. Para tanto, as políticas indigenistas deviam estar subordinadas ao projeto maior que previa a abertura de estradas, concessões para exploração de madeiras e minérios e formação de fazendas. É deste contexto de ditadura, em 1973, o Estatuto do Índio, de caráter assimilacionista (de assimilação do indígena ao elemento nacional como trabalhador), portanto, não muito diferente do que se dava no âmbito do SPI.

A perda do território originário, o aldeamento, o trabalho na extração e beneficiamento da erva-mate na Companhia Matte Larangeira, o trabalho nas fazendas de gado e nas usinas de álcool, e outras diversas formas de trabalho compulsório, marcaram a história não só dos Guarani, mas de praticamente todas as etnias que habitavam/habitam o Mato Grosso do Sul (MS). Uma história não muito diferente dos demais povos originários das Américas.

Em que pese essa generalização (de que há similaridades nas histórias dos povos americanos, marcadas pela dominação europeia primeiro e do Estado Nacional em seguida, a perda do território original e a escravização), os povos não são todos iguais. Têm diferenças culturais que devem ser levadas em consideração para não cairmos no erro grotesco de forçar uma unidade com base nas concepções apenas objetivas/materiais de perda do território.

Os Kaiowá e Ñandeva, por exemplo, que predominam no sul do Mato Grosso do Sul, são grupos Guarani, da família linguística Tupi-guarani e do tronco linguístico Tupi. O grande grupo Guarani no século XVI encontrava-se em uma extensão do litoral atlântico (do hoje estado de São Paulo ao Uruguai), ao norte argentino, leste do Paraguai, da Bolívia e alto rio Paraná e rio Tietê. As matas, campos, ervais e savanas que se estendiam dos atuais norte argentino ao Paraguai oriental, norte paranaense e sul de Mato Grosso do Sul, foram por muito tempo uma área em que os Guarani Kaiowá e Ñandeva se sentiam seguros e protegidos das incursões dos não indígenas. No final do século XIX, coincidindo com a ação da Comissão Rondon, com a exploração capitalista dos ervais por parte da empresa Mate Larangeira e com a migração gaúcha e mineira para a região do sul de Mato Grosso, os guarani foram sendo mortos, aldeados e explorados. Todavia, ainda hoje se encontram indígenas Guarani no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e nos estados brasileiros do RS/PR/SC/SP/MT/MS.<sup>22</sup>

Por sua vez, os Terena, outra etnia bastante presente no MS e que mais se encontram nos trabalhos em fazendas e nas indústrias sucroalcooleiras (e que lutam pela retomada de parte das suas terras), falam a língua Aruak, são do grupo Guaná,

---

<sup>22</sup> <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/549>, consultado em 26/12/2015.

povo chaquenho (do Chaco paraguaio/boliviano), agricultores, ao contrário de grande parte de outros povos chaquenhos coletores e caçadores. A pressão dos espanhóis, no século XVIII, e as disputas internas, forçaram os Terena e outros grupos Guaná a transporem o Rio Paraguai. Ali se puseram nas terras para além dos Guató (inimigos históricos) no Pantanal, os Ofayé a leste e os Guarani ao sul. Na região em que se estabeleceram foram impactados, especialmente após a Guerra com o Paraguai, pelo avanço do capitalismo, acelerado com a implantação da ferrovia Noroeste do Brasil na primeira década do século XX.

### **A continuidade histórica da violência contra os povos originários – dados recentes**

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou, em seu “Relatório – Violências contra os povos indígenas no Brasil”, em dados de 2014 e 2015 (CIMI, 2015), os casos de violência contra o patrimônio, contra a pessoa e por omissão do poder público. Na construção do relatório o CIMI toma por base dados oficiais, nem sempre fáceis de acessar, em vista da intransigência dos órgãos governamentais ao não abrirem a informação, e levantamentos feitos nas áreas de atuação do próprio Conselho Indigenista.

Saltam aos olhos as mortes derivadas da violência direta desferida pelo latifúndio. Em 2015, 137 indígenas foram assassinados, desses 36 só no estado de Mato Grosso do Sul, de longe o mais violento com as populações originárias. Esses números não são muito diferentes de 2014, quando ocorreram 138 mortes no Brasil, sendo 41 no MS. Nesses dois anos (2014 e 2015) o número de assassinatos mais do que dobrou em relação a 2013. Em 2016 houve uma redução significativa de

assassinatos no MS (18) e muito pequena redução considerando todo o Brasil (118) (CIMI, 2015). Os relatórios do CIMI demonstram que a violência contra os povos originários segue uma linha de continuidade, com alguns picos, com destaque para 2014 e 2015.

Os números não são frios, representam pessoas e refletem a política de genocídio/etnocídio implementada pelo agronegócio, que se utiliza dos meandros da lei para se efetivar, e da complacência do Estado. Refletem, também, o conservadorismo expresso, por exemplo, na ex-ministra da agricultura de Dilma Rousseff. Em 7 de dezembro de 2013, antes de ser ministra e como presidente da Confederação Nacional da Agricultura (organização de classe do agronegócio), Kátia Abreu esteve em Campo Grande-MS no “leilão da resistência”, organizado pelos latifundiários para arrecadar recursos com objetivo de articular ações contra os indígenas.<sup>23</sup> Isso é emblemático de como o capital agrário atua no parlamento, no executivo e no judiciário. Criminalizar os movimentos sociais, como na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do CIMI movido pela Assembleia Legislativa do MS, ou na “lei antiterrorismo” baixada pelo governo Dilma, ajuda na manutenção dessa ordem.

O governo de Frente Popular (liderado pelo Partido dos Trabalhadores em aliança de classe com a direita, e que governou o país por treze anos), perdeu a oportunidade de colocar limites mais claros na ânsia do capital no campo. Poderia, por exemplo, ter avançado na homologação das terras indígenas, como prevê a Constituição de 1988. O Relatório do CIMI de 2015 revela que nos treze anos de governo de Frente Popular foram homologadas menos áreas do que no curto

---

<sup>23</sup> <http://www.revistaforum.com.br/2013/12/09/ruralistas-organizam-leilao-da-resistencia-para-arrecadar-fundos-de-combate-aos-indios/>

governo de Fernando Collor e menos ainda do que no de Fernando Henrique Cardoso. E o governo que se instala a partir de 2019 promete ser ainda muito pior, com o discurso de nenhum milímetro de delimitação de terra indígena, mais duro com o movimento indígena, assim como com os movimentos sociais de uma forma geral.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, até hoje, se dá com base na exploração/sangria da terra e de sua gente. O agronegócio de hoje só tem de moderno a tecnologia, pois a forma de relação com o Estado e com os trabalhadores e indígenas é a mesma dos séculos XIX e XX. Os povos originários, com as florestas e as leis trabalhistas, são encarados como barreiras a serem transpostas para continuar o desenvolvimento desigual.

### **Nós marxistas e os indígenas: necessitamos de formulações**

A Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS) iniciou em 2015 uma aproximação com lideranças indígenas da etnia guarani do Mato Grosso do Sul para pautar a luta pela reconquista das terras desse povo e a defesa contra os ataques de milícias armadas do capital agropecuário. Foram realizadas ações como a visita de militantes sindicais às comunidades indígenas (Caravana Tekoha) e o convite à lideranças guarani para participar de atividades nacionais. No Maranhão a Central também atua, e, de forma mais orgânica, junto aos Gamela. São ações que colocam os marxistas militantes sindicais e de movimentos populares ao lado dos indígenas na defesa da vida e da reconquista das suas terras. Essa aproximação, todavia, exige dos marxistas não indígenas um debate interno sobre o caráter da luta dos indígenas.

De início devemos considerar que este é um campo bastante escorregadio, à maneira do barro vermelho da terra fértil dos Guarani no Sul do MS. As poucas tentativas de elaborações teórico-marxistas e de ações práticas de organizações de esquerda na defesa dos povos originários das Américas dão conta de que temos ainda muito que avançar no debate teórico, para melhor entender a realidade e poder atuar, na prática, menos propensos ao erro.

A falta de elaborações nesta perspectiva é fato em vista de a base de onde partimos (o marxismo-leninismo-trotskismo dos séculos XIX e XX) não ter se dedicado a esse debate. E aqui não é uma condenação a Marx/Engels, Lenin e Trotsky, nem mesmo aos valorosos camaradas que vieram depois.<sup>24</sup> Naquele contexto, a “questão indígena” não era um problema que merecesse maior atenção desses revolucionários, que miravam a força centrípeta do capital e a luta do proletariado moderno contra a burguesia nos estados centrais do capitalismo. Quando se dedicaram a compreender a periferia, o olhar foi relacional e comparativo ao centro.<sup>25</sup> As categorias de análise, os conceitos formulados como abstrações da realidade, quando não deram conta de compreender o estranho ao centro, levaram a formulação de teorias de atipicidade. Mas nessas teorias só

---

<sup>24</sup> No esforço para compreender o sistema de colonização das américas e em contraposição à tese stalinista de um feudalismo americano, Moreno (1948) destaca a utilização da mão de obra indígena nas américas, mas não chega a propor posicionamento dos socialistas diante da luta indígena.

<sup>25</sup> Marx e Engels esforçaram-se na compreensão de um “Modo de produção asiático” (genericamente formas de apropriação comunal da terra em regiões da China, Índia, África e Ásia). Ver: Karl Marx (1986, p.26). Nesta página, após denominar o modo de produção “asiático” como uma das “épocas progressivas da formação econômica das sociedades”, Marx salienta que o modo burguês moderno “encerra a pré-história da sociedade humana”.

entraram aqueles que não eram tão estranhos a ponto de inviabilizar a análise. Ou seja: para comparações entre realidades distintas, a diferença não deve ser tamanha que anule o próprio método comparativo.

Como as sociedades autóctones das Américas não guardam similaridades com as sociedades europeias, temos então uma quase ausência de análises dessas sociedades no campo marxista. E esta não é uma falha, novamente, da nossa tradição. Cabe a nós essa tarefa.

Somente com o amadurecimento do movimento revolucionário nas Américas, no mesmo contexto de maior avanço do capital nos países semicolonais, é que podemos ter mais elementos objetivos e teóricos para avaliar a situação e a luta dos povos originários, e construir interpretações originais, ancoradas na tradição marxista-leninista-trotskista.

Há que pensar que o momento é este, não só porque estamos aqui no Brasil em contato com os Guarani, os Terena, Gamela..., mas porque em vários países latino-americanos, desde ao menos a década de 1990, os movimentos indígenas têm se colocado como protagonistas na contraposição a governos, empresários rurais e a estados, como no México, especialmente no estado de Chiapas na década de 1990 e ainda em curso; no Equador no final da década de 1980 e na Bolívia neste século XXI. Devemos compreender o que são esses movimentos: por que lutam? Como lutam? Com quem lutam?

A compreensão ligeira de que esses movimentos são “dirigidos” por grupos guerrilheiros urbanos (Chiapas), capitaneados pela Teologia da Libertação (Equador), ou cooptados por projetos de Frente Popular (Bolívia), não ajuda no debate e, o mais grave, repete o erro histórico de não reconhecer a autonomia política dos povos originários. Autonomia que, inclusive, lhes permite ora aproximações, ora distanciamentos com tendências de esquerda para defesa de

suas pautas.

O catolicismo desde o século XVI, o liberalismo desde o século XIX, o catolicismo desde o século XVI e o culturalismo em voga desde o final do século XX já têm uma larga estrada na relação com os povos originários e na produção teórica. Não podemos nos furtar da responsabilidade em oferecer outra chave interpretativa. Esta construção teórica não deve se dar alheia às lideranças desses povos em luta. Deve ser no diálogo, em que pese o fato de que ao cabo será uma formulação nossa, a partir da interação com essas lutas.

As poucas contribuições dos marxistas para a compreensão da história e das lutas dos povos originários não são recentes. Um dos mais importantes intelectuais marxistas da América Latina das primeiras décadas do século XX, o peruano José Mariátegui, fundador do Partido Comunista Peruano, dedicou grande parte de sua produção intelectual para a compreensão do “problema indígena”, conforme Mariátegui, “um problema da terra”, ou seja, do acesso a terra. Era tarefa da vanguarda operária educar ideologicamente os indígenas, para lutar pela reconquista da terra, e o papel do proletariado consciente era lutar ao lado dos indígenas. Para Mariátegui a inata disposição dos indígenas para a revolta e a tradição da propriedade comunal da terra (um olhar para as sociedades indígenas do altiplano andino), eram elementos facilitadores para a construção das concepções socialistas entre os indígenas, tarefa a que os militantes operários deveriam se dedicar (DOXRUD, 2015).

Por suas adequações/adaptações do materialismo histórico à realidade latino-americana, Mariátegui foi retomado pelos ideólogos do “Socialismo do Século XXI”, a partir da

Venezuela chavista. Com todas as limitações de Mariátegui, que vislumbrava uma revolução nacional, o socialismo pleiteado por ele tinha um conteúdo bem mais

radical do que o “socialismo bolivariano”. Diga-se de passagem que nos planos de Simón Bolívar (o general libertador da América hispânica retomado pelo chavismo), não constava a libertação dos indígenas. Após as independências dos países latino-americanos, os indígenas permaneceriam alijados das terras, como também os escravos, com raras exceções, permaneceriam escravizados ou, quando livres, alijados dos meios de produção da vida.

Os movimentos indígenas mais recentes, mesmo aqueles com algum caráter socialista, se distanciaram de uma crítica estrutural do capitalismo e se embrenharam na luta a partir do corte cultural, de defesa da cultura (que envolve, também, a defesa da forma tradicional de posse da terra). Nesta perspectiva está, por exemplo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que tem sua origem em um grupo guerrilheiro urbano que se infiltrou na selva chiapaneca na década de 1980. Obtém certo êxito em sua empreitada quando na década de 1990, reconfigurado e aceito como parte das comunidades maias chiapanecas, retoma as reivindicações indígenas formuladas no Congresso Indígena de 1974, coordenado pela diocese de San Cristoban de Las Casas, com base na Teologia da Libertação. Ainda hoje, após acordo não formal de paz celebrado com o governo central do México, o EZLN controla territórios autônomos no Estado de Chiapas e preceitua o autogoverno com base na tradição maia.

Nesta mesma perspectiva, todavia tomando uma forma mais complexa como política de Estado, tem-se o caso do Estado Plurinacional da Bolívia. Um Estado que apenas reconhece constitucionalmente a diversidade étnica, concede autonomias para algumas comunidades indígenas, mas não se contrapõe diretamente às bases materiais da opressão desses povos: o latifúndio e a subordinação ao capital externo (FERREIRA, 2011). Conforme a Liga Internacional dos

Trabalhadores, organização de construção da Quarta Internacional (LIT-QI), “A grande novidade no processo político boliviano é a emergência do elemento étnico, ou seja, a incorporação no discurso político da ‘luta indígena pela inclusão e reconhecimento’ das nações e povos indígenas historicamente excluídos e marginalizados pelo Estado boliviano”, mas não houve alteração estrutural da relação de dominação (LIT-CI, 2015, s/p).

A chave interpretativa e de ação dos marxistas para com a história e luta indígena pode ser a apontada pelo antropólogo mexicano Héctor Diaz-Polanco, em artigo publicado em 1978 (DIAZ-POLANCO, 1978, p.7)<sup>26</sup>, que sintetizou a posição política frente aos “grupos socioeconômicos indígena e camponês”:

... o sistema capitalista tão pouco oferece soluções dentro das suas leis e padrões de funcionamento. Por isso, a solução dos problemas dos camponeses e indígenas só pode passar por uma solução global para toda a sociedade; quer dizer: só se pode libertar os camponeses e indígenas, da exploração, da discriminação e da pobreza, etc., destruindo a força que, no fim das contas, é a responsável de tal situação: o capital. As singularidades culturais e a identidade étnica, somente poderão ser protegidas e desenvolvidas dentro dessa nova organização da sociedade (DIAZ-POLANCO, 1978, p. 7-8).

Por fim, devemos nos debruçar sobre a realidade e a teoria, para aperfeiçoar nosso entendimento e construir ações de apoio às comunidades indígenas, de denúncia e de enfrentamento ao capital que tenta sufocar a resistência. Para tanto, devemos partir de duas objetividades históricas do problema: a terra (terra como mercadoria para os capitalistas e a

relação dos indígenas distinta da propriedade capitalista e coletivista, terra como lugar de produção da vida biológica e cultural), e o trabalho (o indígena como mão de obra para as empresas agrícolas e o trabalho como atividade de produção da vida, de valor de uso).

Um primeiro passo pode ser revisitar a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado para compreendermos as contradições de um Estado moderno/conservador e a luta pelo socialismo que respeite as demandas das sociedades autóctones. Como sociedades que têm como fundamento a relação com o ambiente natural (terra, água e tudo o que nelas habitam), compreender essa relação torna-se indispensável no esforço de aproximação. Conhecer a realidade permite aperfeiçoar nosso entendimento e construir ações de apoio às comunidades indígenas, de denúncia e de enfrentamento ao capital que tenta sufocar a resistência.

Aqui não se trata de compreender as sociedades originárias como elementos que caracterizam o atraso no desenvolvimento das nações latino-americanas. A desigualdade do desenvolvimento latino-americano, quando combinado com o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, que resulta em atraso do primeiro, refere-se ao avanço das forças produtivas capitalistas e da democracia burguesa, enfim, da configuração do Estado moderno com características arcaicas. O que caracteriza o atraso nas nações americanas é mesmo a forma de relação dos Estados nacionais e do capital com as sociedades originárias, expressa no genocídio físico e cultural.

Esta observação é necessária para que não caiamos na visão positivista de um darwinismo social supostamente existente no conteúdo da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de que as sociedades primitivas progredirão,

---

<sup>26</sup> Tradução livre.

inexoravelmente, à civilização (esta última identificada, erroneamente, como o capitalismo).

George Novack, intelectual militante trotskista, na década de 1960, quando escreveu o texto que tomamos por base nesta discussão, já chamava atenção para o perigo do materialismo esquemático e do economicismo entre os marxistas (NOVACK, 2008, p. 40).

É no caráter contraditório do desenvolvimento da América Latina que deve se dar a construção de alternativas para a classe operária, o campesinato e as populações indígenas. Para tanto, o problema da concentração fundiária, do latifúndio, no nosso continente e especialmente no Brasil, não deve ser interpretado como impedimento para a revolução, mas como parte constituinte do processo de desenvolvimento do capitalismo que deve ser enfrentado a partir dos seus elementos contraditórios. Esses elementos são, por certo, os sujeitos subordinados diretamente pelo latifúndio: os camponeses e os indígenas.

Por certo, não se trata de compreender os indígenas como camponeses ou proletários rurais, em que pese serem ainda hoje mão de obra precarizada nas fazendas e indústrias rurais, como nas usinas sucroalcooleiras. Em todo caso, como a forma de propriedade da terra é central, tanto para os camponeses quanto para os indígenas, – pois é a partir da expropriação da terra que se impõe a exploração do trabalho indígena e ou dos camponeses sem terra –, podemos aprender com as formulações da nossa tradição. Devemos avançar nos ensinamentos de Trotsky quando sugere as reivindicações transitórias para os países atrasados: “*revolução agrária*” e “*independência nacional*” (TROTSKY, 1989, p. 40).

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Catequese, aldeamentos e missão**. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 435-478

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência contra os povos Indígenas no Brasil – Dados de 2016**. <https://cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf>

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência contra os povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015**. <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>

CLASTRES, P. **Sobre el etnocidio**. In: *Investigaciones em antropología política*. Barcelona: Gedisa, 1996, p.55-58. Apud. BÁEZ, F. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

DIAZ-POLANCO, Héctor. **Indigenismo, populismo y marxismo**. In: *Nueva Antropología*. Año III, n.9, México, 1978, p. 7-8. <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/9/ cnt/cnt3.pdf>

DOXRUD, Jean. **José Carlos Mariátegui, marxismo e indigenismo: una breve introducción**. In: *Liberty and knowledge*. Jul, 12, 2015. <http://www.libertyk.com/blog-articulos/2015/7/12/jos-carlos-maritegui-marxismo-e-indigenismo-una-breve-introduccion-por-jan-doxrud>

FERNANDES, Florestan. **Antecedentes indígenas: organização social das tribos Tupis.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de e FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira: a época colonial. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989, pp.72-86.

FERREIRA, Javo. **Comunidad, indigenismo y marxismo: un debate sobre la cuestión agraria y nacional-indígena en los Andes.** In: Estrategis internacional, n. 27, marzo 2011  
[http://www.ft-ci.org/IMG/pdf/14resenaComunidad\\_indigena\\_JFerreira\\_El27.pdf](http://www.ft-ci.org/IMG/pdf/14resenaComunidad_indigena_JFerreira_El27.pdf).

GIUCCI, Guillermo. **Sem fé lei ou rei: Brasil 1500-1532.** São Paulo: Rocco, 1993.

HULAND, Gabriel. **Nascimento e evolução do discurso orientalista: uma crítica marxista.** LIT-QI, 17 de dez. 2015.  
<http://litci.org/pt/teoria/nascimento-e-evolucao-do-discurso-orientalista-uma-critica-marxista/>

LEIRNER, Piero C. **Marx, Engels e a antropologia: notas sobre uma relação subliminar.** Dois pontos. Revista dos departamentos de Filosofia da UFPR e da UFSCAR. Curitiba-PR, São Carlos-SP, Volume 13, N.1, pp.73-87, abril de 2016.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil.** Brasília: Editora da UNB e Paralelo 15, 1996.

LIT-CI. **Evo Morales: nacionalismo indígena no poder?** 01 de setembro de 2015. <http://litci.org/pt/mundo/america-latina/bolivia/evo-morales-nacionalismo-indigena-no-poder/>

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII.** 2006. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>

MARX, Karl. **Para crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural 1986, (Os economistas).

MORENO, Nahuel. **Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América.** (1948)  
[https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01\\_nm.htm](https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm)

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história.** São Paulo: Editora Sunderman, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica.** In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp.167-228.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional.** São Paulo: InformaAção, 1989.

# CAPÍTULO VII

## O PRESENTE EM MARX: PRIMEIRO ESTUDAR, DEPOIS MILITAR?

*Jean Paulo Pereira de Menezes*

Preparar um texto para um livro coletivo como este é uma tarefa importante. Este capítulo não é inédito, já foi publicado em uma revista nacional e agora é socializado aqui, pois trata de um assunto ainda atual e fundamental para todos nós. Neste livro, todos os autores reivindicam o trotskysmo e este é um dado relevante, pois se trata de uma parcela da dita tradição marxista e assim, nos revela um pouco do que isto significa, ou seja, como estudo e militância são entendidos por alguns socialistas revolucionários na sociedade de classes, hoje, seja com seus avanços e limites. Um marxismo vivo.

Falar sobre o presente sempre foi algo desafiador para grande parte dos historiadores. Todavia, para os historiadores da tradição marxista, o desafio também é presente, mas é também uma necessidade imperiosa.

Dentro do que chamamos aqui de “tradição marxista” há de tudo um pouco, nos deteremos à parte desta tradição que defende a atualidade do pensamento de Marx para o século XXI. Uma leitura que não se detém na clássica ideia de que o conhecimento científico deve ser neutro, uma epistemologia pura de visões de mundo, na qual a neutralidade seria o elemento vital para o conhecimento verdade. Para nós, tal propositura é infantil ou mesmo hipócrita!

Em 1859, estava colocado para o presente de Marx elementos relevantes à necessidade de apresentação ao público de parte dos seus estudos críticos, que já se estendiam por mais

de quinze anos, sobre a economia política. É importante notar que o título desse estudo trata de uma contribuição, ou ainda, como preferimos: “Para a crítica” (*Zur Kritik*). Não se apresenta ainda a crítica propriamente dita, completa, mas um texto para a crítica da economia política. Esta crítica só se tornará publicada em 1867, quando do “O Capital” (*Das Kapital*).

Esta nossa caracterização mostra que o movimento (histórico) das ideias na construção de sua crítica é central. Marx não trabalha com separações epistemológicas<sup>27</sup>, pois identificamos, que, desde os conhecidos manuscritos de 1844, esta crítica já se apresentava em construção, e, inicialmente é formalizada parcialmente para o público na obra “Para a Crítica da Economia Política”, de 1859.

Os planos de publicação deste livro de Marx passaram por transformações durante o desenvolvimento de seus estudos, pois considerando a trajetória de Marx, sobretudo suas investigações entre os anos de 1857-58, onde cria volumosos cadernos de anotações e produções textuais para seu uso pessoal, hoje conhecido como *Grundrisse*, inicia por abordar a questão do dinheiro, para ficarmos em apenas um exemplo, e que posteriormente ao identificar que a primeira forma de manifestação das relações sociais fetichizadas no presente era a mercadoria, passa então a apresentar suas investigações pela própria mercadoria. São considerações, estudos, que se concretizam diante das necessidades do presente histórico do autor. Estudar e militar são concomitantes para Marx. Estudo e militância não são separados para ele.

---

<sup>27</sup> Epistemológicas, no sentido de separações por áreas de conhecimento, repartições de especialistas que tratam apenas da sua área do saber. Divisões do trabalho intelectual, cada um em sua caixinha, não se metendo na área de conhecimento que não é a sua especialidade. Marx não sofria desse mal!

Mais uma vez, o movimento das ideias a partir da realidade concreta, na produção do conhecimento de Marx, é fundamental para entendermos a sua concepção de história e tempo presente. Distante disso qualquer tentativa de compreensão de sua filosofia da história<sup>28</sup> não passará de frágil repertório crítico que acusará Marx de ser um profeta de seu tempo, relativista dialético e até mesmo metafísico.

Roman Rosdolsky em sua obra, no Brasil publicada com o título “Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx”<sup>29</sup>, é responsável por um dos maiores estudos sobre a história e construção da crítica de Marx.

Ao pensar a história, Marx o fazia sempre considerando o movimento e a maior comprovação disso, sobretudo em meados do século XIX, é a sua própria produção teórica revolucionária. A crítica que vinha preparando durante até mesmo mais de quinze anos de estudos e militância, passara por transformações de elaboração expositiva do texto e mesmo paradas forçadas por acontecimentos políticos em seu tempo presente.

Ao que se refere à estrutura do plano de sua crítica à Economia Política, sabemos que esse movimento de ideações se reflete nas propostas de trabalho de Marx. A existência de planos e as mudanças nestes planejamentos representam a movimentação na construção no plano teórico, no caso de

---

<sup>28</sup> Filosofia da história aqui não tem nenhuma relação com as filosofias da história teleológica, ou seja, que a partir do presente já se sabe onde se chegará. Esse tipo de visão finalista da história não tem relação com a teoria social de Marx. Afirmar isso é uma demonstração de ignorância plena sobre este revolucionário.

<sup>29</sup> ROSDOLSKY, Roman – Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Trad. de César Benjamin; Contraponto, RJ, 2001. O autor é o primeiro a se debruçar sobre os *Grundrisse* no século XX e até hoje é referência fundamental para os estudiosos que se lançam a entender a obra de Marx.

Marx, radicalmente vinculado ao plano mais concreto do mundo objetivo: a organização partidária da classe trabalhadora.

Entretanto, os anos anteriores à publicação da Crítica são fundamentais para podermos compreender como 1859 fora o momento de apresentação, mesmo que apressada, dos estudos que Marx vinha desenvolvendo. Retroagir no tempo é fundamental para compreendermos como o conceito de história e tempo presente se germina entre crise econômica, revoltas e retomadas de crescimento da economia capitalista nos anos cinquenta do século XIX.

Para Marx, o presente é pensado como história. E como se observa este presente? Ele não apenas observa, mas busca a intervenção mais direta naquela realidade social. Dizemos com isso que Marx, ao pensar a história, possui também a consciência de estar fazendo-a, via organização da classe trabalhadora. A crítica de Marx é ao mesmo tempo a negação do presente e a mais forte defesa de que no presente a história é movida pela luta de classes. Por isso, a nossa vinculação de estudo e militância nestas breves palavras deste capítulo do livro.

Em 1848, Marx já se vinculara a Liga dos Comunistas<sup>30</sup> e vivenciou o que se convencionou chamar historicamente de “Primavera dos Povos”. Presenciou este momento de ascenso

---

<sup>30</sup> Antecede a Liga dos Comunistas (1847 - 1852), a Liga dos Justos e a Liga dos Proscritos, estas duas últimas se situando dentro da tradição de associações secretas de cunho liberal republicano e nacionalista. A trajetória destas organizações de trabalhadores alemães exilados tem na liga dos justos a representação de uma política fora do campo da perspectiva secreta e lança em 1848 o seu programa político juntamente com uma síntese da História a cargo de Engels e Marx. Ver Engels, “Para a História da liga dos Comunistas” (ENGELS, 1982, p. 192-212).

dos trabalhadores como participante, não apenas como analista/estudioso. E nos pareceu fundamental nos reportarmos aos anos anteriores da publicação da “Crítica” para podermos melhor apresentar estes apontamentos, que em dada medida, poderíamos chamar de primeira versão pública do que viria ser o texto de 1867 (O Capital). Eric Hobsbawm, historiador reformista, se refere a 1848 como:

As revoluções de 1848, portanto, requerem um detalhado estudo por estado, povo, região, para o que este livro não é o lugar. No entanto, elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarante-huitard*<sup>31</sup>. Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas<sup>32</sup> as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a “primavera dos povos” – e, como a primavera, não durou. Precisamos agora olhar brevemente suas características comuns (HOBSBAWM, 2002, p. 29).

Para Hobsbawm a atmosfera era inevitável e culminaria com o 1848. A precarização dos trabalhadores e as condições de vida eram insustentáveis, até mesmo para a leitura do mais empedernido burguês. Este processo histórico de ascensos que nos referimos redundaria na década que foi o prelúdio da crítica

---

<sup>31</sup> Forma de tratamento aos revolucionários, fazendo menção ao próprio ano de “quarenta e oito”. (nota introduzida por nós)

<sup>32</sup> Citamos aqui como a edição publicada no Brasil apresenta o texto. Provavelmente um erro gráfico, pois onde se grava uma aspa ( “ ) após a palavra barbas, pelo nexo, deveria ser grafado uma vírgula.

de Marx e seus posicionamentos diante da história e o tempo presente. Era necessário trabalhar na forja de instrumentos teóricos capazes de servirem de ferramenta para a classe trabalhadora diante da crise e os ascensos revolucionários de meados do século XIX. Mais uma vez Eric Hobsbawm se refere ao período que vai de 1789 a 1848, em sua “Era das Revoluções”:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava o seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, assim como a intranquilidade revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência direta (HOBSBAWM, 2007, p. 285).

Marx trata desse momento histórico em sua brochura de 1849, “Trabalho Assalariado e Capital”, que é resultado de suas intervenções junto aos trabalhadores militantes nos anos de 1847-48. O título deste livro é fruto de uma série de conferências organizadas e posteriormente publicadas com o objetivo de abortar o tempo presente de modo científico. Marx tinha a pretensão de poder colaborar com a classe operária no que tange a uma análise racional, materialista/histórica-dialética (científica) de seu tempo presente, palco das crises e das revoluções.

Temos aqui, mais uma vez, uma breve demonstração de como Marx era capaz de apreender as conexões possíveis em seu presente histórico e, diante disso, a elaboração da crítica do mesmo tempo presente. Disserta o próprio Karl Marx:

De vários lados, somos censurados por não havermos exposto as *relações econômicas* que constituem a base material das lutas de classes e das lutas nacionais nos nossos dias. De acordo com nosso plano, tratamos dessas relações apenas quando elas explodiam diretamente em confrontamentos políticos (MARX, 2010, p. 31).

Esta brochura de Marx vem sendo publicada desde então com algumas devidas modificações conceituais que Engels esclareceu em 1891, sobretudo em relação à diferença entre trabalho e força de trabalho. O que mais nos importou neste texto, juntamente com a preocupação de Marx em apresentar aos militantes daquele momento uma crítica da economia política de seu tempo, foi o caráter “metodológico”<sup>33</sup> no que tange às análises, caracterizações e à política desenvolvida nos anos de ascenso.

“Trabalho Assalariado e Capital” inicia, como vimos acima, com algumas considerações sobre a ênfase analítica em relação à política e entende-se política como a dedicação da organização da luta mais cotidiana, que exigia os ascensos de lutas, sobretudo, de 1848 na Europa. Marx, em interlocução com seu leitor, então a partir da publicação das intervenções verbais dos anos anteriores, deixa claro que a referida brochura realiza uma abordagem econômica da questão social. E as datas

---

<sup>33</sup> Sobre o “método” é necessário considerar que em Marx não há um método pronto, que podemos usar antes mesmo de iniciar um determinado estudo. Embora muitos marxistas vulgares ignorem esta questão, anunciando que ao pesquisarem determinado fenômeno se utilizaram do método materialista (como algo que já está pronto na prateleira, apenas aguardando para ser usado), como se este fosse uma receita, um conjunto de regras pré-estabelecidos, como os métodos epistêmicos fechados. Sobre isso, atualmente desenvolvemos uma pesquisa que procura tratar do “método” em Marx e que futuramente será socializada para a militância de forma pública.

aqui são importantes para afirmarmos e identificarmos que o econômico e o político, a política e o social, não são observados de forma separada (como faz a epistemologia). Nos anos anteriores a 1849 já se falava da ação política e se abordava o econômico ao mesmo passo e, a referência mais cabal disso, são as próprias conferências sobre a questão econômica que Marx apresentava às associações de operários na mesma época da divulgação do Manifesto de 1848.

A análise e caracterização do presente histórico realizada por Marx considera a totalidade de múltiplas determinações, ou, ainda, a política e o econômico não são investigados separadamente como já dissertamos (mais uma vez: quem faz isso é o tal do epistemólogo!). Outro elemento vital que se identifica na perspectiva de Marx em relação ao presente é a necessidade constante de reconsiderar as análises e caracterizações feitas na história presente. Já que o material histórico é constantemente renovado, da mesma forma, as análises e caracterizações históricas também os devem ser.

Depois do ascenso das lutas de 1848, o que Marx e Engels desenvolvem em 1849 e nos anos posteriores é também demonstrativo do movimento que reivindicamos nas páginas anteriores. Queremos dizer com isso que é necessário identificar esse movimento das ideações em Marx para compreendermos sua filosofia da história no tempo presente, e, ainda, o estudo e militância como escreveu nossa camarada Marta Estada no primeiro capítulo deste livro<sup>34</sup>.

Após a Primavera dos Povos (1848), Marx se dedicará, mais do que nunca, a investigar com profundidade a Economia Política. Queremos dizer com isso que para Marx, não há na história qualquer tipo de império absoluto e eterno de teorias em relação àquilo que hoje podemos chamar de ciências históricas.

---

<sup>34</sup> Nos referimos a página 12 desse livro.

Acreditou-se na possibilidade revolucionária que não se efetivou, entretanto, não se afundaram em um lago de lágrimas ou se refugiaram nas florestas negras, ou seja, retomaram as investigações e as caracterizações que haviam realizado para compreenderem os avanços e recuos. Em uma palavra, realizaram o que chamaremos de balanço político do tempo presente, fundamental para o desenvolvimento da consciência da classe operária em contraposição às crescentes e inescondíveis contradições da sociedade burguesa.

O que desejamos com estes apontamentos é problematizar como grande parte dos marxistas estão distantes da perspectiva marxiana. Quantos que hoje reivindicam parte desta tradição estão alfinetados em suas poltronas diante da escrivaninha? Diante do presente, quanto custa uma cabeça de alho ou um pacote de açúcar?

Diante deste presente mais imediato que vivemos, o que fazem parte dos estudiosos de Marx diante das manifestações da questão social? Sabemos o que é andar de ônibus? Sabemos como vivem os moradores em situação de rua? Estamos ao lado dos lutadores diante da polícia?

O objetivo não é ofender, mas problematizar como parte da tradição marxista. Caso a pessoa se distancie da base social de trabalhadores que lutam, dificilmente será reconhecida como parte da classe, mesmo que leia Marx em alemão e seja tradutora de seus textos. Evidentemente que ainda assim se trataria de uma contribuição inegavelmente importante, mas, na perspectiva marxiana, isso só, não basta! É preciso se proletarizar, no sentido de fazer parte da classe. E proletarização não é fazer voto de pobreza! Trata-se de ser/conhecer de verdade a vida da classe trabalhadora, de estar na luta organizada politicamente por partidos proletários. A classe média bem-intencionada está longe de entender o significado de proletarização de suas organizações.

Devemos continuar lutando para construção de organizações revolucionárias proletárias! Estudo e militância devem formar a via para a revolução socialista, não para ostentação diletante e certificado de títulos acadêmicos.

Se isolar da classe trabalhadora tem um custo caro, no presente, para os que estudarão o passado, e, conjunturalmente, no futuro, que é logo ali. Não dá para brincar de revolucionário, a vida é apenas uma.

No próximo capítulo falaremos, já que este é um livro com vários autores, da necessidade de compreendermos os fundamentos históricos da crise econômica e política que, no presente, em nosso presente, grita e assassina milhares de vidas diretamente, neste caso, nenhuma delas pertencentes à burguesia. Só os trabalhadores podem pôr fim na crise, mas sem entender os fundamentos, corremos o risco de sermos apenas marionetes nas mãos do neoreformismo e das frações de classe burguesa que se digladiam pelo poder político no estado burguês.

### **Referências complementares citadas no capítulo:**

**HOBSBAWM, Eric John. A era das revoluções: 1789-1848.**  
Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel.  
Paz e Terra, 22ª edição, São Paulo, 2007.

**HOBSBAWM, Eric John. A era do capital: 1848 – 1875.**  
Tradução de Luciano Costa neto. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

**MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital/Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

# CAPÍTULO VIII

## LEITURAS ÍTALO-BRASILEIRAS: OS INTELECTUAIS EM ANTONIO GRAMSCI E ALFREDO BOSI

*Antonio Rodrigues Belon*

*“O meu pessimismo é só o da inteligência, nunca o da vontade. Quanto mais a inteligência se serve do pessimismo para procurar a verdade da vida, mais, em meu entender, a vontade se arma de uma carga otimista, revolucionária.”*

*Luchino Visconti (1906-1976), cineasta italiano*

### 1. Pórtico

Escrever sobre o estudo, a militância, a sociedade de classes, as leituras de textos italianos e brasileiros, dos autores selecionados aqui, sem articular os temas, os materiais, as ideias e os problemas na perspectiva da ação revolucionária e do combate aos regurgitares contrarrevolucionários de todos os matizes, não é inteligente e nem seria possível. Portanto, a dimensão combatente e a pensante moram na casa da inseparabilidade. Nem é preciso dizer muito mais.

Mas diga-se: na hora obscura do tempo presente brasileiro, abrir um livro, ler um texto, estudar, tendem, de cara – e quando feitos consequentemente fundem nos seus nexos essenciais – ao combate inadiável. Ler, escrever, estudar, acender luzes. Bater-se por uma sociabilidade de fundamentos humanos para a plenitude humana, via lutas emancipatórias e revolucionárias – página a página – sem esperar nada gratuitamente.

## 2. O material e o problema

As hipóteses de abordagem se multiplicam. Uma delas é a leitura no espaço americano, e brasileiro, de ideias provenientes de um espaço europeu, e italiano, no final do século XX, com projeções no XXI. A leitura de palavras e pensamentos do início século passado no percurso de Antonio Gramsci a Alfredo Bosi, na sua continuidade e nos seus desdobramentos nos dias atuais.

Na Coleção Espírito Crítico, das editoras Duas Cidades e 34, de São Paulo, Brasil, em segunda edição de 2003 (primeira edição de 1988), com a assinatura de Alfredo Bosi (1936—), foi publicado *Céu, inferno* —ensaios de crítica literária e ideológica. A coletânea de textos do intelectual brasileiro divide-se em três partes. Na titulação dos itens, um a um, resumidamente, os temas saltam a um primeiro entendimento. No item I, “Ensaios brasileiros”; no III, “Exercícios de teoria”; no II, “*Intemezzo italiano*”, onde, de um modo geral, o autor escreve ensaios, elaborando temas de origem e articulação italianas. De um centro europeu, uma dimensão temporal e espacial específica, originariamente, os textos transitam para os contextos periféricos, na elaboração de uma leitura em espaços e tempos largos e renovados.

O ensaio selecionado na condição de objeto de estudos e reflexões trata diretamente de Antonio Gramsci: “Os intelectuais, segundo Gramsci”. Na simples enunciação do título, um aspecto da presença de Gramsci torna-se evidente. Faltam as informações sobre o momento da escrita original do texto. De todo modo, ele foi escrito depois de 1960, e antes da segunda metade dos anos 1980, ao que se pode concluir das informações editoriais do volume.

### 3. Os intelectuais

No estudo do trabalho dos intelectuais, nas pegadas de Antonio Gramsci, as suas condições desdobram-se em gênese, estilo de vida, funções e ideologias.

Nos anos de cárcere, que foram os últimos da sua vida, Antonio Gramsci (1891-1937) pensou agudamente sobre a condição do intelectual: sua gênese, seu estilo de vida, suas funções, suas ideologias (BOSI, 2003, p. 409).

O tema de Gramsci, em permanente reiteração, é o funcionamento da educação e da cultura.

Gramsci quis ver claro na confusão. Na cadeia, quase sem livros, mas trazendo em si anos de militância, desceu ao subsolo da educação que ele próprio recebera e tocou de perto os seus ligamentos com uma estrutura de domínio (BOSI, 2003, p. 409).

Mais que isso: indagava-se “como funciona a cultura no interior de uma sociedade complexa, onde convivem as grandes classes (burguesia, operariado) e os vários grupos de *status*: as hierarquias profissionais” (BOSI, 2003, p. 409).

A inteligência sem as suas mediações escapa à apreensão.

A inteligência, quando não mediada pela práxis, deságua no idealismo. Em compensação, quando a solicita o dia-a-dia importuno, não conhece outra saída senão o mais rasteiro empirismo. Entre inflados princípios gerais e as miúdas espertezas do “sejamos realistas!”, cumpre-se o roteiro do intelectual cujo horizonte é o seu próprio grupo de *status* (BOSI, 2003, p. 410).

Postas as preliminares sobre os intelectuais, vem uma tipologia. Na tipologia de Antonio Gramsci os intelectuais assumem duas formas: a dos orgânicos e a dos eclesiásticos.

Trazer as palavras de Antonio Gramsci para a mesa onde se dá o diálogo com Alfredo Bosi permite o adensamento das ideias.

É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter baseado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do “gorila *amestrado*”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). E já se observou que o empresário, pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam efetivamente a posição do empresário (GRAMSCI, 2011, p.18).

A conversa começa pela categoria dos intelectuais orgânicos:

São os técnicos de administração, os engenheiros-chefes, os economistas, os homens da propaganda, os assessores da política dominante. O seu papel — e a razão da sua existência — é o de órgão pensante dos sistemas a que servem. A “classe política” e as celebradas “élites do poder” se incluem nessa ampla categoria de *intelectuais orgânicos* (BOSI, 2003, p.411, itálicos originais).

Conectam-se diretamente às necessidades empresariais ou do Estado como administradores, engenheiros, economistas, propagandistas. Numa palavra, assessoram a política dominante. A categoria é bastante ampla e abrange aqueles ao redor e dentro do universo político, de um modo geral.

Os eclesiásticos radicam numa origem de longa tradição prévia ao domínio da burguesia. Articulam-se ao ensino e reivindicam uma autonomia frente às esferas temporais de poder. Eles constituem a categoria “dos que se formam numa tradição de continuidade com os velhos representantes da inteligência pré-burguesa: os *eclesiásticos*.” (BOSI, 2003, p. 412).

Ou seja, uma tradição é um mundo em processo.

O mundo capitalista já encontrou um processo de cultura e de ensino criado pela Igreja e por ela mantido por mais de um milênio. Os profissionais leigos, que foram substituindo a ação do clero culto, herdaram deste um modo supratemporal de se qualificarem perante a sociedade civil. Ao contrário dos orgânicos, a quem apraz servir com prestância os projetos de grupo empresarial ou da burocracia, os novos clérigos reputam-se autônomos, revestidos de signos que lhes são peculiares (BOSI, 2003, p. 412).

A distinção fundamenta uma perspectiva para o intelectual e sua consciência.

Gramsci já estava distinguindo dois tipos de consciência intelectual, a tecnocrática e a humanística. A primeira é, por força, utilitária: o seu alvo é a eficácia, a sua filosofia um misto de ativismo e cálculo, o seu mito o planejamento. Nos eclesiásticos, ele acusa forte dose de idealismo bem como pruridos de uma utopia doméstica na qual os intelectuais se engendram a si mesmos e repelem a qualquer vínculo com o sistema de produção vigente (*autoposizione*) (BOSI, 2003, p. 412).

Ou, nas expressões sublinhadoras da relevância da consciência anotadas por Antonio Gramsci:

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em si uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise (GRAMSCI, 2011, p. 94).

A esta duplicidade tipológica em Antonio Gramsci, Alfredo Bosi acrescenta um tipo compósito, uma complexidade, acentuando características já encontradas nos tipos anteriores. Complexidade em permanente refazimento.

Como as coisas não param, poderíamos acrescentar aos tipos de Gramsci um outro, ainda mais compósito: aquele que, enquanto serve com solicitude as classes dominantes, não deixa de julgar-se o mais independente dos liberais (BOSI, 2003, p. 412).

Sempre na esteira do pensamento de Antonio Gramsci estender as reflexões, recuperar o pensamento em sua originalidade textual, é impositivo.

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e levá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular (GRAMSCI, 2011a, p. 94).

Alfredo Bosi pergunta-se pelas diferenças constituintes de um intelectual, seja ele em vertente técnica, ou vertente humanista, em consonância com a dupla tipologia inicial.

A diferença degrada-se às vezes em aberta hostilidade. Na Itália, e não só lá, é tema batido a mútua aversão com que se defrontam técnicos e humanistas. Gramsci não toma partido: apenas constata a parcialidade das posições que se enrijam no interior de uma sociedade cindida e insegura na qual cada um tenta salvar-se como pode (BOSI, 2003, p. 412).

Alfredo Bosi considera a inseparabilidade dos aspectos físicos e os intelectuais nas atividades humanas; sempre numa perspectiva revolucionária, em Antonio Gramsci. Crítica o

isolamento nos polos da estrutura e do sujeito, tecnicamente e humanisticamente adotados, apontando para a superação desta dicotomia. “Há algo, porém que une técnicos e humanistas. Ambos se creem marcados por um fator distintivo, inerente a seus cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do trabalhador manual ou mecânico” (BOSI, 2003, p. 413).

Alfredo Bosi pergunta-se pela diferença de ser do intelectual. Pondera a existência de ranços ideológicos na divisão de trabalho entre eles. Fala da antecipação em Antonio Gramsci de uma tendência posterior e atual de acentuar o específico da política nas suas relações com a economia.

A edificação do homem livre no interior de uma consciência das dimensões materiais da opressão aguilhoia o militante comunista. Uma formação técnica exige uma dimensão política.

Mas como é possível propor a relação vontade-estrutura sem recorrer a um conceito da vida política como superestrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter próprio da política em face da economia. Paradoxalmente, esse modo de pensar ele o recebeu do seu maior adversário, o idealismo de Benedetto Croce, que sempre sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe por princípio formal a vontade (BOSI, 2003, p. 415).

A vontade duplica-se em suas faces.

A vontade política é bifronte: supõe o conhecimento, motiva a ação. O intelectual que, pela sua história de vida, ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes, não poderá atingir aquele limiar da “consciência da necessidade”, que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas (BOSI, 2003, p. 416).

O conhecimento e a vontade, ambos crescem sobre suas raízes específicas.

Esse, o lastro que dá peso à sua ação. Não lhe basta, porém. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão sempre ser truncados pela tecnocracia míope ou diluído pelo humanismo retórico (BOSI, 2003, p. 416).

Ao intelectual impõe-se a superação do senso comum por um conhecimento de si mesmo. Isto com um caráter de novidade, renovação de seu ser e estar no mundo, no material, nas esferas da vida, do social e do histórico. Do humano, por síntese.

O intelectual lida com idéias, frases, palavras: está sujeito à recepção de mitos tanto ou mais que o homem da rua. Ao lado da sua especialidade, se é técnico, ou da sua habilidade verbal, se humanista, ele partilha com os grupos a que pertence uma boa dose de “senso comum”, de uma filosofia implícita de vida (BOSI, 2003, p. 416).

O senso comum, o difuso das mentalidades é uma prisão.

Para sair dessa mentalidade difusa e entrar em uma práxis consciente, ele deve elaborar uma crítica de tudo o que se veio sedimentando nas ideologias que se colam ao senso comum; uma crítica de tudo que aspira a uma coerência defensiva, portanto enganosa (BOSI, 2003, p. 416).

Na constituição de uma visão de mundo muitas camadas se somam. Reconhecer esta soma é uma necessidade. Um intervalo entre os homens *cultos* e os *simples*, um espaço para a

injustiça, requer uma superação. O hiato vem de muito longe; consolidou-se na passagem dos séculos. Tende a não haver comunicação entre as teorias, as filosofias relevantes, e o homem simples. Alfredo Bosi aponta o cristianismo, como uma exceção, mas religiosa: nele, falam uma só linguagem sacerdotes, missionários e os demais, os leigos.

Reconhecendo as camadas que se somam na sua visão do mundo, o homem “culto” poderá, além do mais, franquear o intervalo injusto que o separa do homem “simples”. O mal vem de longe: as grandes teorias filosóficas, de Platão a Bergson, não se comunicaram ao homem da rua; só algumas religiões e, em particular, o cristianismo, souberam criar uma linguagem dúctil, missionária, que vale tanto para o sacerdote quanto para os leigos. (BOSI, 2003, p. 417).

Verter, sem fazer pouco delas, as linguagens em clareza, esta é a tarefa. Com a clareza se chega e se apreende ao concreto. A conquista da razão dialética iguala-se à conquista de uma racionalidade legítima.

Assim, o homem que quiser professar o novo “conhecente a ti mesmo” não padecerá do comichão do hermetismo. Tudo o que disser há de verter-se, sem distorção nem apoucamento, na mais limpa das linguagens. Aprender a prática da clareza é, como aportar o concreto, uma conquista final da razão dialética, só obtida depois que se cruzarem a experiência, a abstração e a vontade de mudar as coisas (BOSI, 2003, p. 417).

As tarefas dos intelectuais sempre se redefinem. Nunca se transformam em definitivas. Não importa, para isto, a tipologia dos intelectuais.

A crítica do senso comum; a auto-análise em termos históricos; a conquista de uma palavra translúcida; eis algumas das tarefas propostas ao intelectual que se empenha em sair de uma posição dada, de orgânico ou eclesiástico (BOSI, 2003, p. 418).

O concreto é a organização da cultura.

A escala individual não permite esta concepção. Não há super-homens. O concreto é o poder, no interior de relações entre sujeitos, sociais, de fazer e transmitir cultura. No espaço de encontro, a *escola* dilata-se e forma os intelectuais atualmente. Sociedade civil, pessoa, Estado vinculam-se nas sociedades de massas, segundo a interpretação de Antonio Gramsci feita por Alfredo Bosi.

O projeto não se concebe, naturalmente, em escala individual. Gramsci entreviu na mitologia do super-homem, comum aos pequenos nietzschianos de direita, certas conotações folhetinescas ou infanto-juvenis. Cada um de nós forma-se e age no interior de instituições, pois a cultura preexiste e sobrevive à ação do sujeito. O nível concreto, neste caso, não é nem o indivíduo *x* nem os valores que o animam: é o grupo dos sujeitos, a sua interação, o poder que têm de fazer cultura e transmiti-la. O concreto é a ação do professor sobre o aluno, do escritor sobre os fiéis, e vice-versa. O concreto é o que vem depois (BOSI, 2003, p. 418, itálico original).

A escola anterior ao capitalismo preparava eclesiásticos, suficientes para o funcionamento da sociedade naquele momento; agora o Estado e a indústria absorvem o sistema escolar na preparação de incontáveis intelectuais orgânicos, necessários ao assessoramento, ao funcionamento da sociedade. Isto não comporta nostalgiias, mas é parte do real em movimento, tornando possível a eleição da escola como objeto prioritário da ação transformadora. A escola para Antonio

Gramsci é a de caráter unitário nos seus graus fundamentais. Sem tecnicismos precoces.

Na escola, na imprensa, no teatro, no cinema, nos termos de Alfredo Bosi, forma-se o intelectual, no interior de superestruturas tendentes à reprodução. Principalmente na escola: “O espaço de encontro de todos é, a certa altura, a *escola*. Gramsci disse coisas agudas sobre uma instituição que não parou de dilatar-se e de assumir o papel de formadora dos intelectuais de hoje.” (BOSI, 2003, p. 418, itálicos originais) Não mais a coesão de uma cultura envelhecida, nobre ou folclórica, mas uma cultura contraditória articulada às contradições das relações sociais de produção no capitalismo. O processo em sua totalidade para a sua compreensão requer o entendimento das relações de reciprocidade das forças materiais e das práticas da cultura.

Nas sociedades de massa, a escola é vínculo obrigado entre a pessoa e a sociedade civil, a pessoa e o Estado. A superprodução escolar tem-se, mesmo, por índice de progresso entre as nações que se desejam democráticas. Ora, quanto mais se expande a rede de ensino, tanto mais se deve suspeitar de um crescimento na demanda de qualificação técnica, seja da parte das empresas, seja da parte do aparelho estatal. Aumentam com isso as fornadas de orgânicos (BOSI, 2003, p. 418-9).

Sem saudosismos, nem nostalgias com os seus afetos indefinidos.

Outrora, nas comunidades pré-capitalistas, a escola preparava tão-somente eclesiásticos; para o funcionamento material do feudo e do burgo ela não se fazia necessária: bastava o artesanato, com a sua tradição de ofícios e as suas práticas domésticas e corporativas. Hoje, ao contrário, há um grande vetor ideológico que parte do Estado e da indústria e cai em

cheio sobre o sistema escolar para absorvê-lo: um maior “rendimento” dos setores tradicionais, esquivos à filosofia digital do computador, é mira intermitente das políticas educacionais em quase todo o mundo. Nessa batalha, os peões são os orgânicos ou os para-orgânicos, que se sentem capazes de sobreviver mais à vontade na sociedade industrial padrão (BOSI, 2003, p. 419).

Cuidadosamente, cabe evitar as escolhas sem pertinência, na perspectiva revolucionária.

Mas Gramsci não é um nostálgico. Não escolheu a priori, entre os *técnicos e os humanistas*. A *opção revolucionária* lança-o para além dessas formações cristalizadas; a luta, ele a desloca para o campo da consciência política que deve criar-se em todos os homens. Daí, eleger a escola como objeto preferencial da ação transformadora (BOSI, 2003, p. 419, itálicos originais).

Sem privilégios perdidos nas noites dos séculos, de olhos postos no contemporâneo.

Ao rejeitar toda sorte de privilégios, defende a escola única para os graus primário e médio. Ela teria o mérito de ser democrática não só pelo alcance coletivo, como pelo teor do ensino: ainda não-especializada, poderia firmar em toda a população escolar uma base científica, histórica e crítica, anterior e resistente ao parcelamento exigido pela divisão do trabalho e pelas hierarquias profissionais (BOSI, 2003, p. 419).

O trabalho dos intelectuais se articula à escola em sua unicidade.

A escola única, que ocupa a criança dos sete aos quinze anos, evitaria o tecnicismo precoce e se tornaria um fator dinâmico na mudança de mentalidade, desde que

se respeitasse o seu objetivo geral, formativo. À diferença dos que julgam mais popular a disseminação de escolas técnicas de nível elementar e médio (BOSI, 2003, p. 419-20).

Paradoxalmente, “A escola técnica para crianças é uma válvula de que se serve o Estado classista para resolver as tensões produzidas pela expansão do próprio ensino. Ela não é um acaso.” (BOSI, 2003, p. 420) Perpetua e engessa as diferenças sociais.

Nas relações entre o todo e as partes, nada é por acaso na formação dos intelectuais. O debate entre a pureza e o engajamento é incandescente.

Ao artista cabe “fixar” uma imagem do real, torná-la presente e, ainda que por um átimo, prendê-la nas amarras do signo. Já o homem de ação não tolera que as coisas voltem sempre com a mesma face. Assim, o “atraso” da arte em relação à política é estrutural, porque o tempo da imagem é, por força, o de um presente que se abre para o futuro. E se a discronia é fatal, a polêmica se perde no mal-entendido (BOSI, 2003, p. 422).

No interior das mediações múltiplas, é possível distinguir o relevante. Sem impedimentos. No âmago “dos fenômenos culturais, é possível enxergar os perfis de uma estrutura de cristal, com suas coincidências e contrastes, seus espelhamentos e refrações e, sobretudo, com as suas forças internas postas em certo equilíbrio que um dia, afinal, poderá romper-se”. (BOSI, 2003, p. 422)

Uma concepção de mundo, um pertencimento em desdobramento na tipologia gramsciana dos intelectuais, a crítica e a bizarice, o compósito em oposição ao unificado, a crítica em seu alcance e em sua totalidade, o ponto de partida da

elaboração crítica, a consciência, a dimensão mundial e a evolução do pensamento corporificam-se no pensamento. Constituem uma totalidade.

A função intelectual em destaque na compreensão dos problemas.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgado no paletó não significa que todos são cozinheiros ou alfaiates). Formam-se, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2011b, p. 18-19).

A caracterização do intelectual ocupa o centro das preocupações do italiano e do brasileiro, nas suas vivências em tempos e espaços díspares.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2011b, p. 19).

O estabelecimento de relações entre Antonio Gramsci e Alfredo Bosi na caracterização dos intelectuais segue um padrão idêntico no tratamento da problemática da escola.

O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares em graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica (GRAMSCI, 2011b, p. 19).

Os primeiros parênteses mais do que falam; quase gritam.

(A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. O mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares) (GRAMSCI, 2011, p. 19).

Ou acabam por gritar nos segundos parênteses do texto em citação.

(Também nesse campo a quantidade não pode ser destacada da qualidade. À mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e o maior empenho no favorecimento do acesso aos graus intermediários do maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais — ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democrática — não deixa de ter inconvenientes: cria-se assim a possibilidade de amplas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, como ocorre efetivamente em todas as sociedade modernas) (GRAMSCI, 2011, p. 19-20).

Na reiteração dos temas do funcionamento da educação e da cultura no interior de uma sociedade complexa, de classes e dos vários grupos de *status*, a inteligência se apreende nas suas mediações. Das preliminares sobre os intelectuais, vem uma tipologia. Vem uma caracterização das diversas e variadas atividades intelectuais.

Um intelectual na vertente técnica, ou na vertente humanista, pesa a inseparabilidade dos aspectos físicos e dos intelectuais nas atividades humanas na perspectiva revolucionária. Nas esferas da escola, da imprensa, do teatro, do cinema, o intelectual se forma: principalmente na escola.

#### **4. Finalizando**

Começando pela sua inserção no âmbito das humanidades, passando pela sua apresentação editorial, seguindo na seleção de um ensaio e com ele a constituição dos

intervalos do trabalho intelectual, a leitura de Alfredo Bosi é a leitura de Antonio Gramsci; o amálgama intelectual resulta na cobertura dos tempos e dos espaços dos dois autores com a força de um pensamento em renovação e projeção, no início do século XX. Parece renovar-se a importância de revisitar Gramsci – e Bosi – nestes tempos bicudos de agora.

## REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. **Os intelectuais, segundo Gramsci**. In: *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 2. ed São Paulo: Duas Cidades e 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico) pp. 409-422
- BOSI, Alfredo. **Gramsci na prática**. In: *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 2. ed São Paulo: Duas Cidades e 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico) pp. 423-428
- BOSI, Alfredo. **Cartas de Gramsci**. In: *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 2. ed São Paulo: Duas Cidades e 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico) pp. 429-446
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 1**. 5. ed Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 2**. 6. ed Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

# CAPÍTULO IX

## A DITADURA DO PROLETARIADO E O PARTIDO: A CRISE DO CAPITAL E A CRISE DE DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

*Daniel Henrique Rodrigues*

Tratando-se de nosso tempo presente, nos vemos diante de mais uma crise do capital. Mais uma porque não é a primeira, assim como não será a última caso permaneçamos por mais tempo inseridos nessa relação de vida. Isso para dizer que o capitalismo não é um sistema eternizado, que parte apenas de nosso presente, mas síntese de um processo, assim como síntese de suas muitas determinações. Estamos a falar de um sistema que se desenvolve por, no mínimo, duzentos anos. Ao mesmo tempo, estamos a falar de uma perspectiva que se coloca em oposição a tal relação de vida, uma perspectiva que, diante dos processos que desenvolvem o capital até os dias de hoje, assim como suas crises, tem o seu acúmulo histórico: a busca incessante e necessária pela ditadura do proletariado, o que implica as lutas históricas dos trabalhadores que vêm se dando desde que as revoluções burguesas vinham mostrando os seus limites históricos.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões (MARX, 1978, p. 130).

Assim, nos questionamos: o que seriam tais forças produtivas? O que seriam as relações de produção existentes? Bem, este último refere-se a uma determinada relação de vida que organiza a vida material para atender às devidas necessidades de seu tempo presente. O indivíduo se torna sujeito na medida em que se insere em uma determinada relação de trabalho, e se insere em uma determinada relação de trabalho na medida em que produz trabalho, alterando a natureza a sua volta, sendo que esta relação implica as condições materiais que lhes são permitidas. Por exemplo, a Idade Média implicava uma determinada relação de vida em algumas regiões da Europa, que se tratava do feudalismo, sendo que, dentre suas forças produtivas, estavam os vassalos que se subordinavam a outros senhores feudais e davam a eles parte da produção, a terra, a corveia, que era o trabalho obrigatório do servo para com o senhor feudal, a talha, que o implicava dar parte ou quase tudo de sua produção da terra etc. Em seu desenvolvimento, que se deu, no geral, até meados do século XIX, as suas forças produtivas entraram em contraposição às relações de produção, sendo que aquelas haviam avançado, se desenvolvido, em conta da formação dos burgos, a criação e o avanço do trabalho artesanal, a expansão das cidades, a exploração de outros “mundos”, etc., etc. Tais relações de produção, na velha ordem feudal, já se contrapunham às forças produtivas no sentido de que não atendiam às novas necessidades que surgiam. A sociedade feudal, assim como as velhas relações, havia entrado em crise antes de ser subjugada pelas revoluções burguesas, tal como pela burguesia, que se tornava classe dirigente de uma nova relação de vida, superando a nobreza. As velhas relações de produção haviam se tornado os seus grilhões, assim, era necessário que esses grilhões se rompessem. Com a relação do capital institui-se o mercado, a relação de compra e venda que se dá pelo valor de uso e valor de troca, a mercadoria, o

trabalho assalariado etc. Ainda assim, diante destas questões, temos as suas muitas determinações, entre elas a classe trabalhadora, que passa a vender a sua força de trabalho, ao mesmo tempo que se torna parte das forças produtivas.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar de exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal (MARX; ENGELS, 2010, p. 42).

Diante disso tudo, com as tomadas do poder político pela burguesia, fosse por revoluções ou reformas de cúpulas, o seu projeto de modernidade, tal como a relação que propunha, vinha apresentando os seus limites históricos.

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí com esta formação social se encerra a pré-história da humanidade (MARX, 1978, p. 130).

No mesmo sentido essas forças produtivas, que se encontravam em desenvolvimento no seio da sociedade feudal, criaram, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução de seu antagonismo. Porém, mesmo a sociedade burguesa, por seus limites, não conseguiu superar essa contradição entre forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas da sociedade capitalista se opõe às relações de produção tanto no sentido dos interesses de classes, em que a classe trabalhadora cada vez mais passava e passa a ser subjugada pela burguesia e explorada em seu processo de produção, quanto no sentido de que as condições materiais já vinham se apresentando e se apresentam como uma possibilidade para a derrocada das relações de produção capitalistas e a sua superação por novas relações de produção, relações das quais não haverá mais a contradição com as forças produtivas, tal como não haverá mais a contradição de classes. Assim, desesperada, diante do medo de perder o processo, tal como o poder político, a burguesia mostra a sua verdadeira face. De classe revolucionária ela passa a se manter enquanto classe conservadora e, muitas vezes reacionária, quando começa a apelar para as forças da velha ordem. Ao se tratar de uma crise do capital essas contradições tendem a se afirmar com maior força. Porém, isso não é suficiente para que as forças produtivas superem as relações de produção, se tratando das relações de produção da sociedade burguesa. Para isso, partindo de nosso tempo presente, apontemos um problema que não se trata de um ponto de partida de nossos dias atuais, mas a síntese de variadas relações do processo histórico, que é a crise de direção revolucionária:

Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam "maduras" para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução

proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária (TROTSKY, 2018, p. 1).

Antes de tudo, por mais uma vez, precisamos nos questionar: o que é ser revolucionário? Bem, a princípio, nos cabe falar que se trata do sujeito que se organiza na luta por mudanças estruturais de determinada relação de vida, a superando por uma nova. Neste sentido, estamos a falar da relação de vida no capital. Porém, não podemos nos apartar daquilo que é histórico, e é aqui que entra as lutas dos trabalhadores em suas muitas determinações, determinações que não partem de hoje. Quando Trotsky ousa falar da crise de direção revolucionária ele não dirige a análise como um ponto de partida de seu presente, mas, considerando este, busca as determinações históricas. Por isso, façamos o mesmo.

Quando se fala da luta dos trabalhadores, tal como a busca por uma revolução ao se tratar da relação de vida, deve ser notado uma tradição. Tradição porque carrega os seus acúmulos históricos, tanto de experiências, teorias, avanços e recuos. Tradição porque, também, carrega os seus princípios, ou seja, as suas bases. Assim, não nos cabe pensar em uma história linear, mas em uma história material, que carrega as suas contradições e desenvolvimento desigual, pensando Trotsky. Com isso, percebemos a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que se dão diante do movimento histórico. No mesmo sentido, pensamos a luta dos trabalhadores, que não está apartada destas mesmas contradições.

Diante das revoluções burguesas a própria burguesia, classe revolucionária que era, deixa de ser revolucionária para tornar-se conservadora e, em muitos contextos, reacionária. Esses limites se mostram na própria Revolução de 1848, quando, na ilusão de uma “República Social”, a grande burguesia (burguesia industrial, burguesia financeira) afasta o proletariado e outros partidos das instâncias de poder, deixando cair por terra a sua máscara. Ela mostra o seu caráter reacionário ao utilizar aquilo que havia abatido, se tratando das relações da Velha Ordem<sup>35</sup>, para aqueles que questionavam e reivindicavam o que antes havia sido promessa de suas revoluções. Diante do temor de perder o processo, tal como o seu poder político, ela se vê obrigada a assegurar o seu domínio.

É espantoso ver os orleanistas, os burgueses liberais, esses velhos apóstolos do voltaírianismo e da filosofia eclética, confiarem a seus inimigos tradicionais, os jesuítas, a supervisão do espírito francês. Por mais que divergissem os orleanistas e legitimistas a respeito dos pretendentes ao trono, compreendiam que para assegurar seu domínio unificado era necessário unificar os meios de repressão de duas épocas, que os meios de subjugação da Monarquia de Julho tinham que ser complementados e reforçados com os meios de subjugação da Restauração (MARX, 1978, p. 359).

---

<sup>35</sup> Velha Ordem faz referência ao absolutismo feudal, período do qual antecede às relações de produção do capital, já que as suas velhas relações não atendiam mais às forças produtivas, que continuavam a expandir. Neste sentido, Luís Bonaparte, que representa a Velha Ordem feudal, ascende ao poder. Era preferível que fosse assim ao perder o controle do processo para os operários.

Desesperada, ela se volta contra às massas.

A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltaram seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a tinham abandonado. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos de progresso atacavam e ameaçavam seu domínio de classe, e tinham, portanto, se convertido em “socialistas” (MARX, 1978, p. 360).

A partir de então, levando em conta as questões históricas, vai dizer Marx que antes disso a classe trabalhadora na França ainda não tinha acúmulos suficientes para uma revolução que fosse além dos limites da emancipação política. Ainda não havia se livrado da revolução de fevereiro, isto é, das ilusões e limites do sistema burguês. Porém, isso não se deu da noite para o dia. As lutas dos trabalhadores, em seus limites, já vinham se dando, pelo menos, desde o século XVIII.

O proletariado surge enquanto classe na medida em que o capitalismo vai se desenvolvendo enquanto sistema social e econômico, pois o antagonismo de classes, mesmo caminhando para o seu acirramento em dois campos opostos, em conta da abolição de outras classes, permanece enquanto algo que é concreto no próprio sistema. A burguesia não se desenvolve enquanto classe dominante sem explorar a classe trabalhadora, que vem, em maioria, do campesinato, após a Revolução Industrial. Não é à toa que o século XIX é movido por uma instabilidade em sua ordem, o que preocupa os novos donos do poder. Assim como os operários, que vivenciam o seu acúmulo histórico de classe revolucionário, a burguesia vivencia o seu acúmulo histórico de classe conservadora e reacionária, na medida em que ambos se confrontam.

É durante esse período, século XIX, que passa a se desenvolver não só a classe proletária, mas junto disso, as lutas proletárias, o que já vinha ocorrendo antes. Assim, já em 1768, temos os tecelões de Spitalfields quebrando as máquinas de tear, o que deu origem, depois, aos ludistas. Nessa fase da história, a Inglaterra já respirava o seu processo de Revolução Industrial. Nesse mesmo período surgem as associações de trabalhadores, porém, que continuam a permanecer nos próprios limites do capital. Percebiam a sua situação diante do trabalho e, assim, muitos movimentos surgem não para romper com o sistema, mas para garantir melhores salários e condições de trabalho, ou seja, nada além do que o básico dentro de tal realidade. É dessa forma que nascem os primeiros sindicatos, conforme os seus limites, que se mantém até os dias de hoje. Já entre 1811 e 1812 vemos o ápice do movimento ludista que, como já apontado, tem origem ainda com os tecelões. Acreditavam que a própria Revolução Industrial e, com isso, o desenvolvimento das máquinas, era nada mais do que a desgraça de sua condição, e, assim, buscavam a ação de resistência diante delas. A sua resposta era a destruição das fábricas, indústrias, válvulas, tesouras e tudo mais. Sobre isso, Marx e Engels apontam a sua reflexão de que certos movimentos, como o ludismo, não centravam a sua luta nas relações de produção, mas nos instrumentos dessa produção, o que lhes dava um caráter reacionário, na intenção que tinham em retornar às velhas relações (2010, p. 47). Logo mais, entre 1830 e 1850, vemos o movimento cartista na França, que lutava por melhores condições para os trabalhadores, maior participação na vida pública, sufrágio universal, dentre outras questões. Utilizavam da pressão, tal como as cartas com assinaturas, para convencer aqueles que estavam no domínio da política. Daí surge o termo “cartismo”.

Também, não podemos deixar de considerar, dentre todos esses movimentos, o que Marx e Engels denominam de “socialistas utópicos”. Diferentemente dos tecelões de Spitalfields, das primeiras associações de trabalhadores, dos sindicatos, dos ludistas e do movimento cartista, tinham uma certa clareza da necessidade de se romper com o atual sistema econômico e político, porém, ainda não reconheciam, nisso, o sujeito revolucionário.

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja peculiar (MARX, 1978, p. 66).

Seu caráter utópico é em consequência da conciliação com as próprias forças burguesas mais “progressistas” e preocupadas, as mesmas forças que não pretendiam e não pretendem revolucionar a situação, permanecendo em seus postos de privilégio, explorando a classe trabalhadora de uma forma mais “humanista”.

Assim, precisamos nos questionar: o que há em comum entre esses movimentos, que não deixam de ser movimentos históricos? Nenhum deles buscou atingir a raiz do problema, nenhum deles, por suas condições históricas, conseguiu perceber a relação que há entre forças produtivas e relações de produção, permanecendo em seu caráter utópico e, em certas questões, reacionário. Contudo, tanto Marx quanto Engels percebem, com todo esse processo, um amadurecimento do movimento proletário, que continua a se desenvolver. A partir desses movimentos, tal como a partir da totalidade histórica, de seu tempo presente condicionado por todo esse processo, ambos se veem na condição de perceber os limites desses movimentos

e se pensar a luta dos trabalhadores em uma perspectiva revolucionária e de superação do capital. Percebem, assim, a contradição entre as forças produtivas e relações de produção e as condições de se superar essas relações, tal como havia se dado historicamente até então.

Tais limites teóricos e de luta foram parte da vida de Marx e de Engels. Karl Marx foi convencido pelo hegelianismo de esquerda até o seu processo de superação, no qual passou a perceber que são as contradições históricas e as condições materiais que determinam a consciência, e não o oposto. Ou seja, a partir disso passa a reconhecer a necessidade de uma luta efetiva dos trabalhadores e a superação do capital. Passa a enxergar no proletariado o sujeito revolucionário. Assim, junto a Engels, ajuda a fundar e organizar a Liga dos Comunistas, da qual os dois recebem a tarefa de redigir o Manifesto do Partido Comunista. Diante de avanços e recuos da história, assim como, consequentemente, da luta dos trabalhadores, em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) é fundada, tendo sido reconhecida, historicamente, como a I Internacional. *“As posições manifestadas nesse ato se centraram em uma forte denúncia do capitalismo e em um chamado à solidariedade e à unidade dos trabalhadores”* (SAGRA, 2010. p. 14). Todavia, mesmo com a Comuna de Paris, tida por Marx como a primeira concretização do poder político dos trabalhadores (2011. p. 125), sob a tentativa de direção da I Internacional, não se livrou de seus limites históricos. Entre estes, estava o fato de que havia, na ausência de trabalhadores, pequeno-burgueses ligados a correntes que não estavam sob direção da Internacional. Da mesma maneira, os limites da AIT estavam impostos, historicamente, por seu método de organização. Existia não enquanto um partido centralizado, pensado por Lenin<sup>36</sup>, um

---

<sup>36</sup> O que é o partido bolchevique de Lenin? Trata-se, aqui,

partido mundial, mas uma federação de partidos operários que não necessariamente comungavam do mesmo programa partidário (SAGRA, 2018). Além disso, as lutas internas diante do sectarismo e os problemas de deslealdade da Internacional, ocasionaram o seu fim. *“Como Engels diz em 1874, a I Internacional correspondia a uma fase histórica específica que não existe mais”* (SAGRA, 2018, p. 154).

Somente em 1889, onze anos após a I Internacional, há a fundação da II Internacional. Assim, ao falarmos sobre ela e seu contexto, falemos sobre um de seus problemas, que não se trata de ser pequeno, mas fundamental ao se tratar de sua crise programática e uma perspectiva que se oferecia aos trabalhadores e que não fazia menção aos seus interesses históricos quanto classe: o etapismo mecanicista, que só consegue, à princípio, ser superado com o desenvolvimento da teoria da revolução permanente, o que representou *“uma quebra corajosa e original com o marxismo evolucionista da Segunda Internacional”* (LÖWY, 2015, p. 13). Logo, diante disso, nos questionamos: do que se trata esse etapismo mecanicista? O que significa a teoria da revolução permanente? Compreende-se como mecanicista algo ou alguma teoria,

---

historicamente, de um método de organização que se fundamenta no centralismo democrático. Um partido centralizado, com base na organização dos militantes, e democrática no sentido de discussão interna. Primeiro se discute, horizontalmente, e a partir disso tira-se uma política, hierarquicamente, centralizada. *“... a organização dos revolucionários antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária... Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda a distinção entre as diversas profissões entre de uns e de outros. Necessariamente, tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível”* (LENIN, 2015, p. 171). Este método de organização surge com Lenin, sendo inexistente na época de Marx.

posicionamento político, que desconsidere a história, tal como a dialética. O marxismo comprehende um movimento que não cabe em etapas. Neste sentido, esse etapismo, esse “marxismo evolucionista”, deu força a uma ala oportunista da II Internacional, que afirmava que, distante das condições objetivas, deveriam lutar e dirigir o seu foco às reformas. Dessa maneira, acreditou-se poder instaurar o socialismo, a ditadura do proletariado, por dentro da política, nos limites do parlamento e da lei. Era o chamado “revisionismo”, que propunha a emancipação dos trabalhadores por etapas que não cabiam à história. Revisionismo, pois pretendia revisar e reelaborar tudo o que havia sido construído sobre o socialismo em seu alcance histórico, colocando-o sobre um caráter etapista. Com isso, percebe-se que os limites à emancipação política até hoje apresentam-se como perspectiva diante das lutas dos trabalhadores e das crises do capital, o que se expressou dentro da II Internacional.

A teoria da revolução permanente, já expressa nos escritos de Marx e Engels, caminha em oposição a isso. Assim, deve-se considerar o movimento dialético na história, as dessemelhanças que há entre os países, o ritmo de produção em que o capital se desenvolve em determinadas regiões etc. Diante disso, é preciso reafirmar que não há etapas que cabem em sua compreensão. Isso implica a abertura que a história abre, uma possibilidade, diante da luta de classes, assim como diante da crise das forças produtivas em relação às relações de produção. Para se compreender a crise do capital, assim como o seu acirramento, é preciso se fundamentar na dialética. Perante isso, temos o desenvolvimento desigual, pensado por Trotsky ao tratar da Revolução Russa (1977, p. 25). Logo, é possível se questionar: quais as forças produtivas da Rússia e suas relações de produção em determinado contexto? É possível uma revolução proletária dar início em um país atrasado? Isso para

dizer que as relações de produção do capital, assim como as suas forças produtivas, não se dão em determinados locais, mas atravessam fronteiras. A burguesia, ao conquistar o poder político, deixa de ser revolucionária para tornar-se conservadora e, consequentemente, reacionária, como é o caso da burguesia francesa após as revoluções de 1830 e 1848. Ao se tratar da burguesia alemã, em seu processo de ascensão e consolidação, temos que “... é a ameaça “debaixo”, da classe trabalhadora, que faz conservadora a burguesia alemã e a impede de se tornar uma força revolucionária de qualquer monta” (LÖWY, 2015, p. 24).

Assim, nas relações do capital, que se dá internacionalmente, não dá para dizer que existe uma determinada classe revolucionária na Inglaterra<sup>37</sup>, sendo o proletariado, e uma determinada classe revolucionária na Rússia, que é a burguesia. A burguesia russa de 1917, muito diferente da burguesia inglesa de 1688 e a burguesia francesa de 1789, não é uma burguesia revolucionária. Não há de se esperar que ela faça a revolução.

De forma contraditória – às vezes literalmente lado a lado com concepções etapista – aparece a ideia de revolução permanente: ou seja, o conceito de um processo revolucionário ininterrupto que permita ao proletariado subverter o capitalismo e manter o poder estatal, mesmo em países periféricos, atrasados ou semifeudais da Europa (LÖWY, 2015, p. 21).

---

<sup>37</sup> Pensando a Inglaterra enquanto um país já avançado em suas forças

Partimos do que o próprio Trotsky define por revolução permanente:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não se restringe com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém o estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes (2007, p. 62).

Assim, os mesmos problemas de etapismo e, consequentemente, mecanicismo, se deram na III Internacional, a Internacional Comunista, mesmo após a Revolução Russa, tendo sido fundada em 1919. Negar a necessidade de uma revolução permanente em questão de um etapismo mecânico foi uma das principais determinações que levou a Revolução Russa de 1917 à degeneração, tal como o pilar de sustentação da burocracia stalinista e a sua teoria de “socialismo em um só país”. *“No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ... sucumbirá vítima dessas contradições”* (TROTSKY, 2007, p. 65). Logo, a Internacional Comunista, sendo um aparelho burocrático que havia se tornado, passou a defender a revolução por etapas ao se tratar dos países ditos atrasados, como ocorreu no caso da China, em que a política imposta foi para que os comunistas chineses, à princípio, se aliassem ao Kuomintang, partido burguês nacionalista, ao invés de formarem sovietes (Idem. p. 71). *“... a ideologia do socialismo em um só país foi necessária a Stalin e ao estado burocrático governante para justificar a subordinação da luta de classes*

---

produtivas no final e início do século XX, comparado à Rússia.

*mundial às exigências da “construção do socialismo” na URSS”* (LÖWY, 2015, p. 95).

Assim, a crise de direção revolucionária é algo histórico em sua relação. Ela se estabelece por suas determinações históricas, devendo-se considerar os avanços e recuos das lutas dos trabalhadores, que não iniciasse iniciam em 1938, com a fundação da IV Internacional. Esta surge para reivindicar a luta histórica dos trabalhadores, desde os primeiros movimentos, como os tecelões de Spitalfields, as crises históricas do capital, o desenvolvimento do Socialismo científico em Marx e Engels, a Liga dos Comunistas, a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Comuna de Paris, a II e a III Internacional etc., etc. Ou seja, reivindica uma tradição revolucionária, o que não se resume aos anos 30.

A situação revolucionária, que coloca o proletariado diante do problema imediato da conquista do poder, se compõe de elementos objetivos e subjetivos ligados entre si e que, numa grande medida, dependem uns dos outros. Mas essa interdependência é relativa. A lei do desenvolvimento desigual se estende também, em geral, aos fatores da situação revolucionária. O desenvolvimento insuficiente de um deles pode ter como resultado o desaparecimento da situação revolucionária como um todo, por esta não ter chegado a explodir ou, com a explosão desta, uma derrota da classe revolucionária (TROTSKY, 2011. p. 61).

Assim, é importante de se apontar que uma situação revolucionária, de condições de superação das atuais relações de produção, não se dá unicamente pela crise do capital. Logo, para isso é necessário fatores subjetivos e objetivos, dentre eles, a organização do proletariado, a crise nos setores burgueses etc. A revolução, tal como o capital, se dá de maneira desigual, como afirma Trotsky. Se os elementos objetivos e subjetivos

não estiverem desenvolvidos, não haverá condições dessa superação. Aqui entra a necessidade de uma direção revolucionária que leve o proletariado às condições de superar o capital, a relação de vida que o explora. Neste mesmo sentido, vemos a IV Internacional, tal como a necessidade do partido mundial:

A IV Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição de velha direção. A luta de classes não tolera interrupção. A III Internacional, após a II, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional (TROTSKY, 2018, p. 27).

Somente pela organização da classe, sob um partido revolucionário, que os trabalhadores poderão romper com as velhas direções, com o reformismo, com o stalinismo etc. Somente com o partido revolucionário que os trabalhadores deixarão de ser uma classe em si, sem noção da sua posição no ritmo de produção, para ser uma classe para si, ciente da sua posição no ritmo de produção e na totalidade histórica que lhe cabe de sujeito revolucionário.

*“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”* (MARX, 1978, p. 129 – 130). Estas não são meras palavras, mas um conceito que faz menção à relação que se estabelece a partir de uma história material, a oposição entre forças produtivas e relações de produção. Assim, não é uma relação que se dá pela consciência, mas que se dá pela vida. Neste sentido, espontaneamente, estamos ligados à relação de vida que nos colocamos. Somos síntese de nossas relações. De maneira espontânea, reproduzimos as relações de vida no capital. Isso se refletiu entre os primeiros movimentos operários, que permaneceram, por sua espontaneidade, nos

limites da emancipação política, ou seja, nos limites do capital, que se trata do contexto das associações, dos primeiros sindicatos. Somente organizados, em um partido revolucionário, poderemos romper com os limites que o capital nos impõe.

Por isso, a nossa tarefa, a tarefa da social-democracia, consiste em combater a espontaneidade, em fazer com que o movimento operário abandone essa tendência espontânea do trade-unionismo a se abrigar sob a asa da burguesia e a atraí-lo para a asa da social-democracia revolucionária (LENIN, 2015, p. 91)<sup>38</sup>.

Neste sentido, o partido revolucionário tem uma tarefa fundamental.

A classe tomada em si não é mais do que a matéria para a exploração. O papel próprio do proletariado começa no momento que, de uma classe social em si, se torna uma classe social para si. Isto só pode acontecer por intermédio do partido. O partido é o órgão histórico com o auxílio do qual a classe operária adquire a sua consciência. Dizer que “a classe está acima do partido” é o mesmo que dizer: “A classe em estado bruto está acima da classe em vias de adquirir a sua consciência” (TROTSKY, 2011, p. 160 – 161).

---

<sup>38</sup> O termo “social-democracia”, neste sentido, faz referência aos socialistas (bolcheviques) que desenvolveram um método organizativo, do qual reivindicamos. Não se denominavam “socialistas” em questão do termo estar ligado diretamente aos utópicos. Assim, como afirma Engels: “Em 1847, consideravam-se socialistas *dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos... De outro, os vários gêneros que curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais sem tocar no capital e no lucro*” (2010. p. 77). Hoje, após as várias capitulações ao mecanicismo e ao etapismo, o termo “social-

Quanto a isso, Marx já havia exposto a necessidade de um partido que pudesse mediar a luta dos trabalhadores, integrá-los de maneira orgânica.

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e outras formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (1978, p. 130).

Assim, essas condições em matéria de solução não se dão ou aparecem de forma espontânea, mas, como aponta Marx, precisam ser captadas no processo de seu devir. Neste sentido, trata-se de disputar a consciência da classe trabalhadora. As forças produtivas não se colocam na condição de superar as

---

democrata” ganhou uma conotação reformista.

relações de produção se não se proporem a essa tarefa, e não se propõe à tarefa se não tiverem noção dessa contradição, que é histórica.

O desenvolvimento da classe rumo à sua consciência, isto é, a edificação de um partido revolucionário que arrasta atrás de si o proletariado, é um processo complicado e contraditório. A classe não é homogênea. Suas diferentes partes adquirem consciência por caminhos diferentes e em épocas diferentes. A burguesia participa ativamente deste processo. Cria os seus órgãos na classe operária ou utiliza os já existentes, opondo certas camadas de operários a outras. No seio do proletariado agem simultaneamente diferentes partidos. Eis porque o proletariado vive politicamente dividido durante a maior parte de seu caminho histórico” (TROTSKY, 2011, p. 161).

É necessário lembrarmos que a IV Internacional surge, como afirma Trotsky, das maiores derrotas do proletariado, porém, na afirmação de que as lutas dos trabalhadores não permitem interrupções. A IV Internacional já surge de uma crise de direção, assim como na necessidade de disputar a base de trabalhadores com os outros partidos que estão a agir no seio do proletariado.

Toda tentativa de saltar por cima das etapas concretas, isto é, objetivamente determinadas na evolução das massas, não passa de aventureirismo político. Enquanto, por exemplo, a maioria da massa operária tiver confiança na social-democracia ou nos elementos do Kuomintang ou das trade-unions, não poderemos indicar-lhe, como tarefa imediata, o derrubamento do poder burguês. Para isso, é preciso que as massas estejam preparadas. Essa preparação pode constituir uma etapa muito longa (TROTSKY, 2007, p. 166).

Logo, é necessário compreender as condições objetivas e subjetivas da realidade para se alcançar uma revolução, para superar as relações de produção atual, sob qual a classe trabalhadora é explorada e oprimida. Assim, nos cabe a compreensão do movimento da história, o que implica a crise do capital, a crise da burguesia, a organização centralizada dos trabalhadores. Trata-se, aqui, do desenvolvimento desigual para se pensar essas condições. A IV Internacional, da qual reivindicamos, caminha em direção a essa superação. Isso se dará quando não houver mais perspectiva alguma diante do capital, seja liberal ou reformista, no mesmo sentido em que a classe trabalhadora estiver, majoritariamente, sob uma direção revolucionária que a leve para a superação de sua exploração e opressão *“O fortalecimento do partido revolucionário, em detrimento do partido reformista, apenas se inicia e se desenvolve ainda a um ritmo que só de longe corresponde à profundidade da crise”* (TROTSKY, 2011, p. 61).

### **Um ponto importante diante dessa compreensão: o estudo e a militância**

Diante disso, para entender a profundidade da crise, tanto a crise de direção quanto a crise do capital (que são elementos que imperam na realidade histórica da humanidade), é preciso a compreensão dialética, tal como o movimento do real. A questão que se coloca faz referência a um problema histórico, que não é apenas uma crise do capital ou uma crise de direção, mas uma crise da humanidade, expressão do concreto real. Nesse sentido, não é algo que eu tiro de minha consciência, mas da própria realidade. Assim, devemos considerar essa práxis, que se trata desse movimento histórico. Isso para apontar que essa práxis também se aplica aos que “apenas estudam” e não militam, para dizer que não é apenas a teoria, mas que a teoria,

envolvida em uma relação dialética, não está apartada desse movimento do real. A teoria envolve, a partir do método materialista histórico-dialético, aquilo que se expressa na realidade. Logo, é necessário afirmar que o estudo e a militância não podem estar separados. A questão é que mesmo aquele que se propõe “apenas a estudar Marx e os marxistas” não deixa de estar diante do movimento do real. Muitas vezes, desorganizado, de maneira idealista e individual, acaba sendo captado pela ideologia burguesa. A crise de direção, tal como a crise da humanidade, não será resolvida dentro de um Departamento de Filosofia, mas diante do movimento das lutas de classes.

Trotsky não compreendeu todo esse movimento, do qual a crise de direção faz parte, dentro de um gabinete. Muito pelo contrário, ao mesmo tempo que estudava, diante de uma profunda investigação, militava no movimento, dirigia e dialogava com os operários. Certos discursos, “de primeiro estudar para depois militar”, que cabem dentro de uma questão etapista e mecânica, não ajudam a compreender essa realidade, assim como a realidade humana, de maneira concreta. Tal como a revolução tem que ser permanente, o estudo, junto da militância, também deve ser permanente. Cabe aqui esse caráter dialético.

## REFERÊNCIAS

**LENIN, Vladimir. Que Fazer? - Problemas candentes de nosso movimento.** 2º ed. Tradução de Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

**LÖWY, Michael. A Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado – A Teoria da Revolução Permanente.** Tradução de Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Sundermann, 2015.

**MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. *Manifesto Comunista*.**  
Tradução de Álvaro Dias e Ivana Jinkings. São Paulo:  
Boitempo, 2010.

**MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*.** Tradução de Rubens  
Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.**  
Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Trad. revista  
por Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção  
Os Pensadores. Pp. 329 - 399.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política.** Tradução de  
José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 2º ed. São Paulo: Abril  
Cultural, 1978. Pp. 107 – 257. Coleção Os Pensadores.

**SAGRA, Alicia. *A Internacional – Um permanente combate  
contra o oportunismo e o sectarismo*.** 2º ed. São Paulo:  
Sundermann, 2010.

**Marxismo Vivo: Nova Época.** V. 8, nº 11, junho, 2018. In:  
SAGRA, Alicia. O partido leninista: produto de um processo  
evolutivo ou de uma mudança revolucionária? Pp. 149 – 166.  
São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores, 2018.

**TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*.** 2º ed.  
Tradução de E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Permanente.** Tradução de Hermínio  
Sacchetta. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

A ditadura do proletariado e o partido: a crise do capital e a  
crise de direção revolucionária

\_\_\_\_\_. **Programa de Transição.** The Marxists Internet  
Archive. Acesso em: 2018.

\_\_\_\_\_. **Revolução e Contrarrevolução na Alemanha.** São  
Paulo: Sundermann, 2011.

# CAPÍTULO X

## ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA: TEORIA E PRÁTICA FUNDAMENTADAS EM VYGOTSKI<sup>39</sup>

*Tamara Cardoso André*

A língua portuguesa é a língua oficial da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição de 1988. A língua brasileira de sinais (Libras), a partir da Lei 10.436 de 2002, passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, ficando, a partir da regulamentação da Lei de Libras pelo decreto 5.626/2005, garantido seu uso e difusão pelo Poder Público, empresas concessionárias de serviços públicos e órgãos da administração pública federal. No entanto, português e libras não são as únicas línguas faladas no país. Língua oficial, segundo Guimarães (2018), é aquela utilizada pelo Estado nos seus atos legais e ações formais. Outras línguas são faladas no Brasil, como mostra o Guia produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN, 2016), que as divide em Línguas de Imigração, Línguas Indígenas, Línguas Afro-Brasileiras, Línguas de Sinais e Línguas Crioulas. Dentre os idiomas falados no Brasil, 11 já foram extintos e 179 estão em risco de extinção, conforme mostra o “Atlas of the World’s Languages in Danger” (UNESCO, 2011).

---

<sup>39</sup> Devido a certas dificuldades da transliteração do alfabeto cirílico para o alfabeto latino, optou-se, neste trabalho, por adotar a escrita do nome do autor de acordo com as obras consultadas.

A leitura das constituições dos países que formam fronteira com o Brasil, -Argentina, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela -, mostra que apenas Bolívia (2009), Paraguai (1992), Peru (2004) e Venezuela (1999) apresentam línguas indígenas como oficiais em suas constituições.

**TABELA 1 - Os idiomas do Brasil e seus países fronteiriços**

PAÍS	IDIOMAS OFICIAIS SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DO PAÍS	N.º IDIOMAS EM RISCO DE EXTINÇÃO (UNESCO, 2011)	N.º IDIOMAS EXTINTOS (UNESCO, 2011)
Argentina	Não aponta	14	4
Bolívia	Castelhano e todos os idiomas das nações e povos indígenas originários: aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama,	36	4

	leco, machajuyai -kallawaya, machineri, maropa, mojeño- trinitario, mojeño- ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru- chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré e zamuco. (Bolívia, 2009)		
Brasil	Língua Portuguesa	179	11
Guiana	Ingês	12	0
Guianas (Francesa)	Não aponta	4	0
Paraguai	Guarani Espanhol	12	0

Peru	Aimara Castelhano o Quechua (Peru, 2015)	57	5
Suriname	Não aponta	8	0
Uruguai	Espanhol	1	0
Venezuela	Castelhano e idiomas indígenas (VENEZUELA, 1999)	34	0

Fuente: sistematização das autoras

Em razão das fronteiras, o contato entre a língua portuguesa e a língua castelhana<sup>40</sup> nas escolas brasileiras é

---

<sup>40</sup> De acordo com Pharies (2006), os três acontecimentos chaves da história linguística da Espanha foram a introdução do latim pelos romanos, a invasão muçulmana e a reconquista. A reconquista oportunizou que o castelhano se convertesse na língua oficial de fato da chancelaria real, aproximadamente no final do reinado de Fernando III (1230-1252), durante o qual o Castelhano suplantou o Latim como língua mais frequente. Tendo em vista que a denominação “Castelhano” não alude aos povos originários da península ibérica, à princípio parece não fazer diferença a adoção de Espanhol ou Castelhano, uma vez que são o mesmo idioma, derivado do Latim. No entanto, o “castelhano” passou a denominar apenas o idioma, enquanto “espanhol”, o idioma do país que se unificou, tornando-se um estado nacional em 1492 e vindo a colonizar países dos continentes América, Ásia, África e Oceania. Assim, a utilização da denominação “Espanhol” reforça o colonizador. Bolívia, um dos países que foi colônia da Espanha, na sua constituição (BOLÍVIA, 2009), mantém como oficiais os idiomas de vários povos originários,

processo inevitável, que demanda práticas específicas, ainda que ambas sejam línguas-irmãs. De acordo com Dubôis, Giacomo, Guespin, Marcellesi e Mevel (1973), são chamadas de línguas-irmãs as que resultam de divergentes evoluções da mesma língua-mãe. O Latim é a língua-mãe das línguas-irmãs português, espanhol e francês. De acordo com Nascentes (1936, p. 05) o português e o espanhol são as mais semelhantes línguas-irmãs: “Puede haber frases portuguesas perfectamente iguales a frases españolas”.

Línguas nacionais são, por vezes, línguas dos colonizadores. Disso decorre um problema: tendo em vista que, segundo Trotsky (1930) o nacionalismo é um fator contrarrevolucionário, pois, para que o capitalismo imperialista se desenvolva, é preciso conservar os estados nacionais, qual o sentido de preservar línguas originárias? Ao processo revolucionário não seria mais efetivo o domínio da língua do país imperialista, a fim de que a revolução pudesse se internacionalizar, permitindo a comunicação e, consequentemente, a união de proletários do mundo todo, conforme preconizado no Manifesto do Partido Comunista (1848), redigido por Marx e Engels? Não seria mais útil ao proletariado ter a língua dos países imperialistas como língua comum, considerando-se que o internacionalismo tem papel fundamental para a revolução e derrubada do imperialismo? Segundo Trotsky (1930), a revolução socialista pode acontecer em países imperialistas avançados, coloniais e semicoloniais, contanto que sejam dirigidas pela classe operária, unida sob a direção de um partido comunista internacionalista revolucionário. Como internacionalizar a luta, sem uma língua comum? Apesar da necessidade da internacionalização, pode-se

---

junto ao idioma do colonizador, denominado na Constituição de Castelhano, o que justifica o uso aqui desta denominação.

argumentar pela necessidade de preservação das línguas originárias pelo fato de a língua ser um sistema mnemônico para o indivíduo e o coletivo. Sem a preservação das línguas originárias, como a humanidade saberá a história das pessoas que, de tão oprimidas, tiveram suas línguas apagadas? Entretanto, a compreensão da diversidade linguística se justifica, principalmente, devido às necessidades requeridas pelo domínio da escrita. De acordo com Cagliari (2003), para que possa ser alfabetizada, a pessoa precisa saber a língua na qual são escritas as palavras. Ou seja, a pessoa precisa ser alfabetizada no próprio idioma para que consiga se apropriar da escrita como sistema de relações entre letras e sons, o que justifica a consideração da diversidade linguística perante a tarefa de alfabetizar a classe trabalhadora. Além disso, o pleno domínio da língua materna é o ponto de partida para a aquisição de uma segunda língua, como se verá ao longo deste trabalho.

Abstraindo as línguas de fronteira e as línguas autóctones, é preciso, ainda, considerar a variedade do português falado no Brasil, marcado pela variação. A variação linguística, segundo Lyons (1981), pode ser compreendida a partir da escala língua-dialeto-idioleto. O dialeto abrange diferenças de gramática e vocabulário, a passo que o sotaque refere apenas às diferenças na pronúncia, que se manifestam nas variações fonéticas. O idioleto seria a variação linguística no indivíduo. Uma mesma pessoa pode utilizar diversas variações linguísticas, visando adaptar-se a diferentes contextos, tendo em vista que sotaques e dialetos podem ser estigmatizados na sociedade, devido à crença de que certas pronúncias indicam inferioridade social. A variante relaciona-se com a língua vernácula. A este respeito, Barbosa (2015) explica que os padrões normatizadores (presentes na gramática normativa), são fixações artificiais, enquanto a língua, qualquer que seja,

sempre apresenta variações.

Tanto a diversidade, quanto a variação linguística, precisam ser consideradas no processo de alfabetização. O objetivo deste artigo é buscar as contribuições da obra de Vygotski para o entendimento do processo de alfabetização em contexto de diversidade linguística.

## **1. O desenvolvimento da escrita segundo Vygotski**

Por qual razão a teoria de Vygotski contribui para a compreensão da alfabetização diante da diversidade linguística? Pode-se afirmar que a teoria do autor traz contribuições devido às suas pesquisas sobre o desenvolvimento da escrita que permitem entendê-la como sistema de regras, sem, no entanto, deixar de enfatizar o papel cultural da escrita e, inversamente, da cultura para o desenvolvimento da escrita. Para buscar estas contribuições, foram consultadas as obras de Vygotski, traduzidas diretamente do russo para o espanhol, compiladas como “Obras Escogidas”, mais especificamente o segundo e o terceiro volumes da coleção. As obras foram escritas no período entre 1924 e 1934. O segundo tomo trata das relações entre pensamento, fala e escrita. O terceiro tomo discute o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, dentre as quais se inclui a escrita. Também foram consultadas as obras no original russo.

Vygotski buscou fundamentar as bases de uma psicologia marxista tanto no método dialético, quanto na psicologia experimental. Para isso, partiu dos processos de desenvolvimento e mediação na ontogênese, na filogênese e nas patologias. Em Vygotski (1931) a ontogênese é o desenvolvimento de cada indivíduo em particular, em processo de interação entre a maturação biológica e o meio onde vive. A filogênese é o processo de desenvolvimento humano que se dá

historicamente por meio do trabalho, no qual a humanidade desenvolve a inteligência da espécie, na medida em que coletivamente as pessoas modificam o meio em que vivem para sobreviver. O trabalho com uso de instrumentos e signos media o desenvolvimento da humanidade. Pode-se afirmar que o trabalho é o que funda a consciência humana. Por meio do trabalho coletivo a humanidade sentiu a necessidade de criar instrumentos simultaneamente externos e internos, dentre os quais se inclui a linguagem falada e escrita, sendo ela posterior ao trabalho. A linguagem foi sendo desenvolvida de acordo com as necessidades do processo de trabalho em situações tais como, por exemplo, planejar em conjunto o melhor meio de caçar um animal. A escrita teve a mesma linha de desenvolvimento. A necessidade de registrar quantidades de insumos materiais fez com que povos Incas criassesem um sistema de nós em cordas, os chamados “Quipus”, que serviam como forma de registro mnemônico. Tanto linguagem oral, quanto escrita, em diferentes povos e épocas, surgiram das necessidades advindas do trabalho. Sendo o único ser vivo que modifica o meio em que vive para sobreviver, o ser humano modifica também a si mesmo, pois toda sua atividade é duplicada, no sentido de que planeja e avalia suas ações, de modo a executá-las duas vezes, externa e internamente, no pensamento. Com isso, a humanidade criou tanto os instrumentos externos de trabalho, como a foice, por exemplo, quanto signos internos, como a capacidade de memorização mediada e o raciocínio lógico. No desenvolvimento da criança, no entanto, não há necessidade de repetir toda linha histórica, devido à capacidade que a humanidade tem de repassar sua experiência para as gerações posteriores. Graças a isso, a criança aprende em poucos anos o que a humanidade levou séculos para desenvolver, por receber do seu meio a transmissão da experiência histórica. Os

conhecimentos que a criança internaliza advêm da interação entre certo nível de desenvolvimento histórico e as relações com o meio em que vive. Assim como na história da humanidade a criação e o uso de instrumentos resultaram em desenvolvimento das capacidades humanas, o mesmo ocorre com a criança. O ensino que gera aprendizagem também contribui para o desenvolvimento da criança, sendo que este processo de interação entre maturação orgânica e social constitui a ontogênese, cuja propulsão se dá pela mediação.

Leontiev (1979) explica que Vygotsky introduziu o método dialético na psicologia ao desenvolver seu próprio método histórico-genético de investigação da atividade humana. A filogenética, a ontogenética e as patologias foram as formas que possibilitaram ao autor a investigação das funções mentais superiores. Ainda, o autor postula que Vygotski considera como linguagem a toda forma de signos, símbolos e sinais convencionais, tais como a aritmética, as obras de arte, os gráficos e a escrita.

De fato, no tomo terceiro de sua obra, Vygotski (1931) coloca a escrita como sendo uma função psicológica superior humana, assim como a memória, a atenção e a imaginação. Estas, no entanto, são funções internas e signos, enquanto a escrita é interna e externa, ou seja, é signo e, também, instrumento. Vygotski (1931) investigou a história do desenvolvimento da escrita pela humanidade desde as primeiras formas de representação. Para o estudo da ontogênese da escrita, fez experimentos para entender como crianças deficientes e não deficientes desenvolvem a capacidade de representar a linguagem falada usando desenhos, antes de passarem por processo mais sistemático de alfabetização. Concluiu que quando crianças são capazes de entender que podem usar coisas para representar outras coisas, já podem compreender a escrita, que é representação, signo, instrumento

e linguagem.

Acerca do ensino da leitura e da escrita para crianças, Vygotski (1931) critica a instrução que visa o domínio mecânico da caligrafia sem sentido, comparando esta prática com a oralização dos surdos. No oralismo, a criança surda<sup>41</sup> é treinada para pronunciar palavras em situações artificiais, em desconexão com contextos de compreensão, interação e significado. O mesmo ocorre com a escrita no método da pedagoga italiana Montessori que, segundo o autor, ensina a escrita como domínio mecânico, mas não como linguagem e representação.

A escrita representa a linguagem, mas também os sons, de onde advém o entendimento da escrita como sistema na teoria do autor. Vygotski, se apoiando em Delacroix, afirma que a escrita é um simbolismo de segundo grau, que se torna gradualmente simbolismo direto. Para a pessoa em início da alfabetização, a escrita representa sons e estes a linguagem. É preciso que a pessoa se desprenda aos poucos do som como elo intermediário, para que possa entender diretamente a escrita como linguagem, o que caracteriza a leitura fluente. Entretanto, comprehende-se que, sendo um sistema simbólico de representações de sons, a apreensão da escrita exige o entendimento de que letras representam sons e de que sons são representados por letras.

Para compreender que pode usar a escrita para representar a linguagem, a pessoa precisa entender que pode usar coisas para representar outras coisas. Neste sentido, Vygotski (1931, p. 197-198), fez experimentos que demonstraram que o gesto, o desenho e o jogo são as primeiras formas de escrita da criança: “(...) todas las etapas examinadas

---

<sup>41</sup> Vygotski utilizava a denominação surdo-mudos, que caiu em desuso, uma vez que pessoas surdas não necessariamente são mudas.

por nosotros – juego, dibujo, escritura – pueden ser presentadas como diferentes momentos de desarrollo del lenguaje escrito (...)" . O som é um elo de ligação entre a escrita e aquilo que ela representa “(...) El lenguaje escrito se comprende a través del oral, pero ese cambio se va acortando poco a poco. (...)" . Mas a leitura fluente ocorre apenas quando há o desprendimento do aspecto sonoro. Vygotski (1931) considera que a diferença entre leitura silenciosa e leitura em voz alta assume grande importância para a passagem de escrita como simbolismo de segunda ordem para simbolismo direto. A fala oral é importante para a apreensão das relações entre letras e sons, mas a leitura silenciosa ajudará a superar a fala oral como elo intermediário entre a escrita e a linguagem.

Assim, as contribuições de Vygotski para a alfabetização estão contidas em sua teoria acerca do desenvolvimento da escrita. No entanto, como se relacionam com a relação entre alfabetização e diversidade linguística? A língua escrita transmite a experiência histórica pois é, segundo Vygotski (1931), um sistema que tem função mnemotécnica.

## **2. Alfabetização em contexto de Variantes Linguísticas da Língua Portuguesa**

Para aprender a entender e utilizar a expressão escrita, as regras estáticas das relações entre letras e sons funcionam como mediadores.

A mediação é um importante fator a ser considerado na aprendizagem a partir da teoria de Vygotski. No tomo segundo das obras escogidas, Vygotski (1933) mostra que a cooperação e a ajuda são formas de mediação que impulsionam o desenvolvimento da criança. A diferença entre o que se consegue realizar de modo independente e o que se consegue realizar com a mediação da ajuda e da cooperação, é

determinada pelo que em russo é denominado de “*зона ближайшего раз-вития*” [zōna’bliz3tsevará’sví’tsia]. Nas Obras Escogidas, a tradução encontrada para este termo foi “*zona de desarollo próximo*”. No dicionário de russo, o termo “*ближайшего*”, significa “mais próximo”. Na edição brasileira, Bezerra (2001) propõe “*Zona de Desenvolvimento Imediato*”. Prestes (2012) propõe a tradução “*Zona de Desenvolvimento Iminente*”. Aqui se adota o termo da tradução utilizada neste trabalho: “*próximo*”, que não está distante do significado da palavra em russo.

Duas crianças podem ter a mesma zona de desenvolvimento real, mas distintas zonas de desenvolvimento próximo. Vygotski, em seus experimentos, investigou tanto a zona de desenvolvimento real, quanto a próxima, concluindo que a criança pode fazer mais em cooperação, de onde advém a importância do ensino escolarizado e da qualidade das mediações.

Mediação, no entanto, não significa apenas a instrução e a ajuda advindas de pessoas adultas. A própria escrita, ao exigir abstrações complexas, também faz a pessoa amadurecer e agir de modo mais evoluído do que a sua zona de desenvolvimento real, favorecendo um salto no desenvolvimento do pensamento.

A mediação da escrita para a pessoa ouvinte é o som. Ou seja, entender que letras representam sons e estes representam letras é um princípio básico no processo de alfabetização de ouvintes. Diante das variações linguísticas, um importante meio de ajudar na aprendizagem das relações entre letras e sons é favorecer a ampliação do vocabulário e ensinar determinadas regras da norma padrão da língua portuguesa, que poderá ser a referência para a escrita.

De acordo com Faraco (2005), o sistema gráfico da língua portuguesa foi criado a partir de uma referência. Assim,

embora a escrita não seja exata transcrição da fala, há certa regularidade nas relações entre as letras e as unidades sonoras que elas representam. Nas relações biunívocas, uma letra representa apenas um som e vice versa. As letras B, D, F, M, N, P, T, V são biunívocas porque só representam um som que, por sua vez, só são representados por elas. As demais letras apresentam relações cruzadas com seus sons, pois uma letra pode representar mais de um som e um mesmo som pode ser representado por mais de uma letra. A ortografia sistematiza as normas das relações cruzadas, que podem ser contextuais ou arbitrárias. Nas relações contextuais, há determinadas regras que indicam a letra a ser empregada na escrita. Este é o caso, por exemplo, do emprego do R ou do RR. Sabe-se que palavras não começam com RR e que o som forte entre vogais indica o emprego do dígrafo RR. No entanto, como o sistema gráfico tem memória etimológica, há casos arbitrários, em que é preciso memorizar a grafia das palavras, pois não há uma regra que defina. Tal é o caso do emprego do H mudo em início de palavra. Além disso, há variantes na língua portuguesa nas quais falantes não pronunciam o som que é representado na escrita com o emprego de RR, dificultando a compreensão da regra.

A grafia e a pronúncia conservam relativa proximidade, o que torna eficaz a alfabetização por meio do ensino de todos os sons que cada letra pode representar na leitura. No entanto, como as formas de pronúncia mudam conforme o tempo e o lugar, enquanto a grafia tem memória etimológica e se mantém mais constante, há diferenças entre fala e escrita próprias de determinados indivíduos ou grupos. Ou seja, na fala concreta, as relações entre letras e sons podem ocorrer de modos diversificados, como é o caso das pessoas que pronunciam o som /p/ para palavras escritas com a letra B e ditas com o som /b/, ou que não empregam o som /R/, que na escrita é

representado pelo dígrafo RR.

Para alfabetizadores, o domínio da fonética e da fonologia pode ser um bom meio de entender as dificuldades na aquisição da escrita advindas das diferenças entre fala e escrita em relação não com a norma estética, mas sim com a fala viva. Segundo Cagliari (2008), a fonologia se ocupa dos aspectos interpretativos dos sons, ou seja, da estrutura funcional na língua. Estuda os elementos fônicos que distinguem, em uma mesma língua, duas mensagens de sentido diferente. A fonética constata pronúncias diferentes, por exemplo, em ['ti.a] e ['tʃi.a]. A fonologia interpreta a diferença atribuindo valor único aos sons, por exemplo, o /t/ pronunciado na palavra TUDO, e o /tʃ/, pronunciado na palavra TIA. O som que varia, como /t/ e /tʃ/ é chamado de variante. Entretanto, há contextos em que ocorre uma alteração no significado, surgindo palavra nova. Por exemplo, se for feita a troca do E pelo I, produzindo VI, no lugar de VÊ, a palavra se torna outra. A escrita não reflete a pronúncia de todas as pessoas e também não corresponde exatamente à pronúncia de ninguém. Ou seja, todas as pessoas que escrevem confiando no ouvido apresentam dificuldades ortográficas. O alfabeto fonético serve justamente para transcrever os sons e, por isso, pode ajudar a entender como ocorrem as diferenças entre fala e escrita.

Segundo Blanche-Benveniste (2004) o princípio fundamental do alfabeto fonético é que cada unidade sonora da língua corresponde a apenas um sinal gráfico. Dubôis, Giacomo, Guespin, Marcellesi e Mevel, (1973) afirmam que a maioria dos alfabetos fonéticos são modificações do alfabeto tradicional. O mais conhecido é o “Alfabeto Fonético Internacional” (A.F.I), criado em 1888 pela “Associação Fonética Internacional”. Transcrições fonéticas são feitas usando barras oblíquas para a representação de um segmento

fônico e colchetes para a representação de uma transcrição linguística. Na transcrição de uma palavra, a sílaba mais acentuada pode ser precedida de um sinal.

Abaixo segue o quadro que apresenta as relações biunívocas entre letras e sons segundo a gramática normativa, elaborados a partir dos trabalhos de Dubôis, Giacomo, Guespin, Marcellesi e Mevel (1973), Silva (2007) e Cagliari (2008).

**TABELA 2– Relações biunívocas entre letras e sons segundo a gramática normativa da Língua Portuguesa**

RELAÇÕES BIUNÍVOCAS SEGUNDO A NORMA PADRÃO				
	SOM	MODO DE ARTICULAÇÃO	PONTO DE ARTICULAÇÃO	
B	/b/ <u>b</u> ola	Oclusiva Sonora: som sonoro, produzido por meio da obstrução da passagem do ar	Bilabial: articuladas com os lábios	
D	/d/ <u>d</u> ado	Oclusiva Sonora	Dental: realizada pela aproximação do lábio inferior, da ponta ou dorso da língua aos incisivos superiores	
	/dʒ/ <u>d</u> ia	Oclusiva Sonora	Palato-Alveolar: produzidos com a ponta da língua em contato com a área que se estende da região alveolar até o palato duro.	
F	/f/ <u>f</u> aca	Fricativa Surda: som surdo, produzido com	Labiodental: lábio inferior em contato	

		impedimento parcial da passagem do ar, causando uma fricção	com dentes superiores
M	/m/ <u>mãe</u>	Nasal Sonora: sons produzidos com bloqueio à corrente de ar na cavidade oral, com concomitante abaixamento do véu palatino, permitindo a saída da corrente de ar pelas narinas	Bilabial
N	/n/ <u>não</u>	Nasal Sonora	Dental
P	/p/ <u>pai</u>	Oclusiva Surda: som surdo, produzido por meio da obstrução da passagem do ar	Bilabial
T	/t/ <u>tempo</u>	Oclusiva Surda	Dental
	/tʃ/ <u>tia</u>	Oclusiva Surda	Palato-Alveolar
V	/v/ <u>yaca</u>	Fricativa Sonora: som sonoro, produzido com impedimento parcial da passagem do ar, causando uma fricção	Labiodental

Fonte: Sistematização da autora

As relações cruzadas entre letras e sons caracterizam as letras que representam mais de um som e sons representados por mais de uma letra.

**TABELA 3 - Relações cruzadas entre letras e sons segundo a gramática normativa da Língua Portuguesa**

RELAÇÕES CRUZADAS SEGUNDO A NORMA PADRÃO			
	SOM	MODO DE ARTICULAÇÃO	PONTO DE ARTICULAÇÃO
A	/a/ <u>amor</u>	Vogal: som sonoro causado pelas vibrações periódicas do ar laríngeo, escoado livremente pelo canal bucal	
	/ɐ/ ou /ã/ <u>Ana</u>	Vogal	
C	/k/ <u>casa</u>	Fricativa Surda	Velar: som articulado com o dorso da língua e o palato mole
	/s/ <u>cedo</u>	Fricativa Surda	Alveolar: produzido com a parte da frente da língua em direção aos alvéolos dos dentes incisivos superiores
E	/e/ <u>ele</u>	Vogal	
	/ɛ/ <u>ela</u>	Vogal	
	/ẽ/ <u>encher</u>	Vogal	
	/i/ <u>escola, pente</u>	Vogal	
G	/g/ <u>gula</u>	Oclusiva Sonora	Velar
	/g/	Oclusiva Sonora	Velar

	<u>guerra</u>		
	/ʒ/ <u>gente</u>	Fricativa Sonora	Palato Alveolar
H	/ / <u>homem</u>	Mudo	
CH	/ʃ/ <u>chuva</u>	Fricativa Surda	Palato Alveolar
LH	/ʎ/ <u>lhama</u>	Lateral Sonora: som produzido pelo bloqueio da passagem central da corrente de ar na parte anterior da cavidade oral, permitindo escape lateral	Palatal: som produzido quando o corpo da língua se direciona ao palato duro
NH	/ɲ/ <u>nhoque</u>	Nasal Sonora	Palatal
I	/i/ <u>ilha</u>	Vogal	
	/í/ <u>índio</u>	Vogal	
J	/ʒ/ <u>jeito</u>	Fricativa Sonora	Palato Alveolar
K	/k/ <u>Kaiowá</u>	Oclusiva Sonora	Velar
L	/l/ <u>lua</u>	Lateral Sonora	Dental
	/u/ <u>meL</u>	Vogal	
O	/o/ <u>ovo</u>	Vogal	
	/ɔ/ <u>óculos</u>	Vogal	
	/u/ <u>ando</u>	Vogal	
	/õ/ <u>onde</u>	Vogal	
Q	/k/ <u>querido</u>	Oclusiva Surda	Velar
	/ku/ <u>quando</u>	Oclusiva Surda	Velar
R	/r/ <u>caro</u>	Vibrante Simples:	Alveolar

		som que resulta de várias batidas de um articulador no outro	
	/R/ <u>carro</u>	Fricativa Sonora	Velar
	/l/ <u>gir</u> l	Retroflexiva Sonora: som produzido quando a ponta da língua se curva em direção ao palato duro	Palato Alveolar
	/X/ <u>mar</u> (carioca)	Fricativa Surda	Velar
S	/s/ <u>sapo</u>	Fricativa Surda	Alveolar
	/z/ <u>casa</u>	Fricativa Sonora	Alveolar
U	/u/ <u>uva</u>	Vogal	
	/û/ <u>um</u>	Vogal	
W	/u/ <u>Kaiowá</u>	Vogal	
	/v/ <u>Wanda</u>	Fricativa Sonora	Labiodental
X	/ʃ/ <u>xale</u>	Fricativa Surda	Palato Alveolar
	/s/ <u>texto</u>	Fricativa Surda	Alveolar
	/ks/ <u>táxi</u>	Oclusiva Surda	Velar
	/z/ <u>exemplo</u>	Fricativa Sonora	Alveolar
Z	/z/ <u>zero</u>	Fricativa Sonora	Alveolar
	/s/ <u>paz</u>	Fricativa Surda	Alveolar

Fonte: Sistematização da autora.

Defende-se, aqui, que é preciso tomar a gramática normativa como referência para o ensino das relações entre letras e sons. Por fim, cabe lembrar que a silabação pode ser

contraproducente no processo de alfabetização. Há uma infinidade de combinações silábicas para o alfabetizando memorizar e apenas 26 letras e 11 dígrafos (quando duas letras emitem um único som, como o CH por exemplo). A memorização dos sons que cada letra pode representar e a junção dos mesmos na leitura, poderá acelerar o processo de alfabetização, evitando exercícios de pronunciar sílabas repetitivos e destituídos de significado. Cagliari (2003) afirma que as regras para decifrar a escrita estão de certo modo contidas em cada sistema de escrita. A escrita da língua portuguesa é realizada com o alfabeto latino, cujo sistema é alfabetico, no qual os sons são representados por letras e alguns dígrafos. Portanto, o sistema de escrita latina não é silábico, diante do que se torna mais eficaz alfabetizar procedendo diretamente aos sons de cada letra.

Apesar de haver certas recomendações, é preciso entender que para alfabetizar não há receita, uma vez que cada contexto de falantes apresentará suas específicas particularidades, as quais não podem ser contempladas em um livro didático ou cartilha produzidas para falantes idealizados e irreais. No Brasil, quem alfabetiza em escolas onde estudam grupos de alunos e alunas, o faz em contexto de diversidade linguística, que precisa ser considerada nas práticas pedagógicas. Entretanto, o elo intermediário entre escrita e fala não existe para a pessoa surda, que não tem acesso ao som.

Segundo Souza (2001), pelo fato de não ouvir, a pessoa surda não relaciona a escrita com a oralidade, como o ouvinte. Com base nesse pressuposto, Gesueli e Moura (2006) se apropriam dos conceitos de letramento e de prática discursiva para fundamentar a educação de surdos. Letramento, neste contexto, teria o significado de apropriação da leitura e da escrita para além do código.

Vygotski (1931) considera que a invenção da escrita representou um salto no desenvolvimento da humanidade e gera desenvolvimento cultural para cada indivíduo. Por meio da escrita, segundo o autor, o conhecimento produzido pela humanidade se torna a linguagem escrita de cada pessoa. Por isso o autor postula que é necessário criar vias colaterais de desenvolvimento cultural para as pessoas cegas, surdas e deficientes.

Disso se infere que, para a pessoa ouvinte, o elo intermediário da escrita com aquilo que ela representa é o som, enquanto para a pessoa surda é a imagem e a língua de sinais. Para a pessoa cega, o acesso à escrita será tático, com o emprego do Alfabeto Braile. A língua de sinais, porém realizada diretamente em contato físico, será o meio de acesso à escrita para a pessoa surdocega. Segundo Farias e Maia (2007), a educação da pessoa surdocega necessariamente demanda acompanhamento individual.

Lacerda (2006) enfatiza a importância de que surdos tenham um ensino ministrado em língua de sinais. Ainda é preciso considerar que a Libras é uma segunda língua, não uma variante da língua portuguesa. Segundo Svartholm (2014), primeira língua é aquela que a pessoa aprende assim que nasce, de modo natural nas interações familiares, impulsionando o desenvolvimento integral. Segunda língua é aquela aprendida no contexto ou comunidade onde ela é falada, sem que tenha sido a primeira língua. É o caso da criança surda que assim que nasce aprende língua de sinais e, depois, aprende, na modalidade escrita, a língua oral do país onde vive. Pode ser também o caso de um imigrante que aprende o idioma do país onde passa a viver. Já o idioma estrangeiro é aquele que não é a primeira língua e nem é aprendido no contexto ou comunidade onde é empregado.

Pessoas surdas, assim como imigrantes estrangeiros ou falantes de uma língua indígena, precisam de uma educação bilíngue que permita o acesso à língua escrita, o pleno desenvolvimento da sua primeira língua e, também, da língua da comunidade em que vivem. Vygotski (1931) se apoia em pedagogos, dentre os quais Epstheim, para afirmar que o bilinguismo pode vir a favorecer o desenvolvimento da criança: “(...) el estudio de várias lenguas distintas entre sí favorece más que inhibe el desarrollo psíquico, y que la diferencia entre dos idiomas ayuda a comprender mejor el propio” (VIGOTSKI, 1931, p.343).

### **3. Ideias práticas para a alfabetização**

Ler textos de literatura, ensinar conceitos científicos interessantes para as pessoas em processo de alfabetização, criar situações de diálogos sobre os mais variados assuntos, são algumas das práticas que podem ser utilizadas para o ensino da leitura e da escrita. Com objetivo de resumir, em termos de prática pedagógica, o exposto até aqui, serão elencadas, abaixo, sugestões para a alfabetização.

1) Para entender que a escrita representa a linguagem, a pessoa precisa aprender a representar. Por isso, na educação infantil são importantes as atividades e jogos que exijam a representação de ideias, usando desenhos ou gestos;

2) O domínio do código é importante, mas deve estar subordinado ao sentido do texto. Por isso é preciso postergar a cópia, bem como o ensino da letra cursiva, para depois de terminada a etapa de aprendizagem das relações entre letras e sons, ou seja, a leitura. No ensino da letra cursiva, é importante não ser espontaneista, mas mostrar como cada letra é traçada.

Tendo em vista que se vive na era digital, o ensino da datilografia pode ser mais útil do que da letra cursiva;

3) Na alfabetização, desde o primeiro dia de aula é importante ter um alfabeto com letras e desenhos afixados nas paredes da sala de aula. Sugere-se um alfabeto contendo as letras do alfabeto e os dígrafos, cada uma seguida de desenhos representando todos seus possíveis sons. Por exemplo, a letra A pode ser acompanhada dos desenhos de um avião e de um anzol, de modo que alfabetizandos entendam que a letra A representa os sons /a/ e /ã/.

4) O ensino das letras e seus respectivos sons pode começar pelas vogais, apresentando os possíveis sons de cada uma e juntando-as em palavras, como, por exemplo, AI, EI, UI. A seguir, pode-se inserir uma consoante biunívoca, com a qual seja possível formar palavras com as vogais, como o F, formando FOI, AFIA, dentre outras. O importante é ater-se ao som de cada letra, e não às sílabas. Após, pode-se inserir uma letra que não seja biunívoca, mas ajude a formar palavras com encontros consonantais, como a letra R. Neste exemplo, com o grupo de letras A, E, I, O, U, F, R, poderão ser formadas várias palavras que já desenvolvam a compreensão leitora dos encontros consonantais e das relações cruzadas entre letras e sons, como: RAIO, RIA, RIO, FRIO, FEIRA, FORA, dentre outras. Para isso podem ser utilizados alfabetos móveis, contendo apenas as letras deste grupo, para formar palavras. O importante é que desde o início da alfabetização sejam apresentados os encontros consonantais, para não condicionar leitores iniciantes a decifrarem somente palavras formadas por sílabas com estrutura consoante e vogal;

5) A partir das variantes linguísticas presentes na sala de aula, o professor ou professora poderá criar jogos, como memória e cruzadinhas, contendo pares mínimos, ou seja, palavras que na escrita só se diferenciam pelo emprego de uma

letra. Nos pares mínimos poderão ser enfatizadas as principais trocas, como P e B; D e T; V e F, dentre outras. São exemplos de pares mínimos com as letras P e B: PIA e BIA; BATÔ e PATÔ;

6) Para que alfabetizandos sintam necessidade de ler e escrever, é importante promover na escola atividades concretas de leitura e escrita, como escrever e ler cartas, e-mails, bilhetes e livros, realizar pesquisas na internet, executar receitas culinárias, dentre outras atividades que levem ao entendimento da escrita como necessidade. Além disso, recomenda-se o constante contato com a literatura, a fim de desenvolver o gosto pela leitura;

7) A pessoa surda terá de memorizar palavras escritas associando-as diretamente com seus sinais correspondentes na língua de sinais. Para isso, a prática pedagógica pode se pautar em unidades de sentido e gêneros textuais. Por exemplo, na unidade “alimentação”, o professor ou professora ensina a escrita de nomes de alimentos e verbos relacionados à extração, produção, comercialização e consumo de alimentos. Os alunos e alunas memorizam as palavras pela relação das mesmas com o sinal correspondente na língua de sinais ou em imagens, a partir de exercícios e jogos diversos de memorização. Quadros (2006) aponta várias sugestões para o ensino da língua portuguesa para pessoas surdas, considerando que a aprendizagem irá ocorrer pelo meio visual e que a Libras é uma língua visual-espacial.

As ideias aqui apresentadas não constituem receita pronta. O conhecimento dos professores e das professoras acerca dos fundamentos da alfabetização, a atividade criadora e a atenção aos alunos e alunas são insubstituíveis por qualquer receita ou cartilha.

#### **4. Considerações Finais**

A partir da teoria de Vygotski, entende-se a escrita como sistema de signos e instrumentos, cuja aprendizagem requer a compreensão das formas de representação e o domínio do sistema de escrita, o que tem como pré-requisito a necessidade de ler e escrever. O ensino das relações entre letras e sons se complexifica devido à inevitável diversidade linguística. O ensino da norma padrão pode mediar a apropriação do sistema de escrita, considerando-se que não há falante para o qual a escrita tenha correspondência direta com a fala. O ensino de todos os sons que cada letra ou dígrafo representa é importante para a aquisição do domínio do sistema, evitando-se a silabação, uma vez que a sílaba não corresponde às regras do sistema alfabetico da escrita, no qual cada letra ou dígrafo representa um som. O processo de alfabetização requer conhecimento da língua na qual são escritas as palavras, o que justifica as escolas bilíngues onde as pessoas possam ser alfabetizadas na própria língua materna, através da qual poderão ser aprendidas outras línguas. Isso se torna especialmente importante na perspectiva de Vygotski, para quem o bilinguismo enriquece a aprendizagem.

#### **5. Referências**

**ANDRÉ, Tamara Cardoso. Usos do livro didático de alfabetização no Primeiro Ano do Ensino Fundamental em Foz do Iguaçu: Estudo Etnográfico.** 336 p. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011  
Disponível em: <[http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27323/TESE\\_Tamara\\_Cardoso\\_Andre.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27323/TESE_Tamara_Cardoso_Andre.pdf?sequence=1)>  
Acesso em 12/11/2017.

**ARGENTINA. Constitucion de la Nacion Argentina. 1994.**

Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Parties/Argentina/Leyes/constitucion.pdf>> Acesso em 22/11/2018.

**BRASIL**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Guia de pesquisa e documentação para o INDL:** patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF, 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL\\_Guia\\_vol1.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_vol1.pdf)> Acesso em 10/10/2018.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 21/11/2018.

**BRASIL. Presidência da República. LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>> Acesso em 21/11/2018.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto N° 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> Acesso em 21/11/2018.

**BERGER, Isis Ribeiro.** Atitudes de professores brasileiros diante da presença do espanhol e do guarani em escolas na fronteira Brasil-Paraguai. **Signo y Seña.** N. 28, dezembro de

2015, p. 169-185. Bahia. Disponível em:  
<<http://revistas.filos.uba.ar/index.php/sys/index>>. Acesso em:  
10/07/2016.

**BOLÍVIA. Constitución Política del Estado (CPE).** 7 de Febrero – 2009. Disponible en: <[https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_Bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf)> Acceso en: 25/06/2018.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita, irredutível a um código. In: FERREIRO, Emilia (org). **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita.** Porto Alegre: ARTMED, 2004, p. 13-26.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU.** São Paulo: Scipione, 2003.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística.** São Paulo: Scipione, 2008.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **Revista Delta**, Documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4023.pdf>>. Acesso em: 12/09/2011.

COLLINS GEM. **Russian Dictionary.** 1996.

DUBÔIS, Jean. GIACOMO, Mathée. GUESPIN, Louis. MARCELLESI, Jean-Baptiste. MEVEL, Jean-Pierre. **Dicionário de Lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1973.

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e Alfabetização.**

Dificuldades ortográficas. O domínio da linguagem escrita.

Variedades dialetais e alfabetização. São Paulo: Contexto, 2005

FARIAS, Sandra Sâmara Pires. MAIA, Shirley Rodrigues. O Surdocego e o Paradigma da Inclusão. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Ministério a Educação. Brasília, DF, n. 4, p. 26-29, Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1253127538RevistaxInclusaox4.pdf#page=26>> Acesso em 17/12/2017.

FRANCISCO, Mariley Polo. **Avaliação de Larga Escala na Alfabetização:** a Média mostra a Realidade da Aprendizagem? Dissertação (Mestrado em Ensino). 75 p. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, Nível Mestrado. Foz do Iguaçu, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. Disponível em: <[http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2991/5/Mariley\\_Francisco\\_2017.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2991/5/Mariley_Francisco_2017.pdf)> Acesso em 15/12/2017.

GESUELI, Zilda Maria. MOURA, Lia de. Letramento e Surdez: a Visualização das Palavras. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 110-122, Jun. 2006. Disponível em: <[http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10163/ssoar-etd-2006-2-gesueli\\_et\\_al-letramento\\_e\\_surdez\\_a\\_visualizacao.pdf?sequence=1](http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10163/ssoar-etd-2006-2-gesueli_et_al-letramento_e_surdez_a_visualizacao.pdf?sequence=1)> Acesso em 17/12/2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e Políticas de Língua no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Santa Maria, RS, n. 27, p. 47-53, Jun. 2018, Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>> Acesso em 21/11/2018.

**GUYANA, Act Nº 2 of 1980.** Constitution of the co-operative of Republico of Guyana act 1980. Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/gy/gy009en.pdf>> Acesso em 22/11/2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre Esta Experiência. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 26, n. 68, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>> Acesso em 17/12/2017.

**LEONTIEV, On Vygotsky's Creative Development.** Preface to Volume 3 of Vygotsky's Collected Works in English, 1979. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/141276468/Alexei-Leontiev-On-Vygotsky-s-Creative-Development>> Acesso em 01/12/2017.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística: uma Introdução**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

MARX, Karl. ENGELS. F.1848. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução: José Barata-Moura e Francisco Melo. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

NASCENTES, Antenor. **Esbozo de comparación del español con el portugués.** Chile: Prensa de la Universidad de Chile, 1936.

PARAGUAY. **Constitución de La República de Paraguay**, 1992. Disponível em: <<https://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/pry-int-text-const.pdf>> Acesso em 22/11/2018.

**PERÚ. Compendio Normativo.** Constitución Política del Perú, 2004. Código Procesal Constitucional. Ley Orgánica del Tribunal Constitucional. Reglamento Normativo del Tribunal Constitucional. 2015. Disponible en: <[https://www.tc.gob.pe/tc/private/adjuntos/cec/publicaciones/publicacion/Compendio\\_Normativo.pdf](https://www.tc.gob.pe/tc/private/adjuntos/cec/publicaciones/publicacion/Compendio_Normativo.pdf)> Acceso en: 25/06/2018.

**PHARIES, David A.** Breve **Historia de la Lengua Española.** Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2006.

**PRESTES, Zoia.** **Quando não é quase a mesma coisa:** traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

**QUADROS, Ronice Müller de.** SCHMIEDT, Magali, L.P. Idéias para Ensinar Português para Alunos Surdos. 120 p. Brasília, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Especial (SEESP), 2006.

**REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Constitución de la República.** Constitución 1967 con las modificaciones plebiscitadas el 26 de noviembre de 1989, el 26 de noviembre de 1994, el 8 de diciembre de 1996 y el 31 de octubre de 2004. Disponible en: <<https://parlamento.gub.uy/documentosleyes/constitucion>> Acceso en: 25/06/2018.

**SANTOS, Maria Helena Pires; CAVALCANTI, Maria do Couto.** Identidades híbridas, língua(gens) provisórias - alunos “brasiguaios” em foco. **Revista trabalho linguística aplicada online**, Campinas, SP, v.47, n.2, p. 430-446, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v47n2/a10v47n2.pdf>>. Acesso em: 05/06/2011.

**SILVA, Thaís Cristófaro. Fonética e Fonologia do Português.**  
Roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto,  
2007.

**SOUZA, L. M. T. M. de.** Para uma ecologia da escrita indígena:  
a escrita multimodal Kaxinawá. In: Signorini, I. (Org.).

**Investigando a relação oral/escrito.** Campinas, SP: Mercado  
de Letras, 2001.

**SURINAME, Constitution of Suriname, 1987.** Disponível em:  
<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21391-21392-1-PB.htm>> Acesso em 22/11/2018.

**TROTSKY, Leon (1930). A Teoria da Revolução  
Permanente.** Balanços e Perspectivas. A revolução  
Permanente. São Paulo: Sunderman, 2011.

**SVARTHOLM, Kristina.** 35 anos de educação bilingue de  
surdos – e então? **Educar em Revista.** Curitiba, Brasil: Editora  
UFPR, Edição Especial, n. 02, 2014, p. 33-50. Disponível em:  
<<file:///C:/Users/user/Downloads/37228-139482-1-PB.pdf>>  
Acesso em 27/11/2017.

**UNESCO. Atlas of the World's Languages in Danger,** 2011.  
Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001924/192416e.pdf>> Acceso en 25/06/2018.

**VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de  
Venezuela.** 1999. Disponible en: <[http://www.inea.gob.ve/marco/pdf/1legislacion\\_nacional/1Constitucion\\_dela\\_Republica\\_BolivarianadeVenezuela/Constitucion\\_de\\_la\\_Republica\\_Bolivariana\\_de\\_Venezuela.pdf](http://www.inea.gob.ve/marco/pdf/1legislacion_nacional/1Constitucion_dela_Republica_BolivarianadeVenezuela/Constitucion_de_la_Republica_Bolivariana_de_Venezuela.pdf)> Acceso en 25/06/2018.

**VIGOTSKI, L.S. A construção do Pensamento e da Linguagem.** Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**VYGOTSKI, Lev. S. (1933).** Pensamiento y Lenguaje. Obras Escogidas II. Madrid: Visor, 1983.

**VYGOTSKI, Lev. S. (1931).** Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores. Obras Escogidas III. Madrid: Visor, 2000.

Выготский. Л.С. (1933) Собрание Сочинений. Том Второй. **Проблемы Общей Психологии.** Москва: Москва Педагогика, 1982.

Выготский. Л.С. (1931) Собрание Сочинений. Том Третий. **Проблемы Развития Психики.** Москва: Москва Педагогика, 1983.

**WILD, Henry Cecil. The historical study of the mother tongue.** An introduction to philological method. New York: E. F. Dutton and Company, 1906.

## SOBRE OS AUTORES

**ALEJANDRO ITURBE** é argentino radicado no Brasil, 62 anos. 46 anos de militância na corrente morenista do trotskismo (31 na Argentina, 15 no PSTU-Brasil). Foi dirigente sindical ferroviário. Formado como professor de Economia em 1996. Atualmente é Editor Responsável da revista *Correio Internacional* da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional).

**ANTONIO RODRIGUES BELON**, 69 anos, Graduado em Letras (1976) e Pedagogia (1991) e Especialista em Metodologia de Pesquisa de Problemas Educacionais (1992); Mestre (1993) e Doutor em Letras (Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001); e, pós-doutor em Literatura Brasileira Contemporânea no Programa de Pós-Graduação em Literaturas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília. De 1996 a 2010 foi professor (assistente, adjunto e associado) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo atuado na graduação e na pós-graduação. Organizador e autor de vários capítulos de livros. Colaborador e colunista de publicações jornalísticas e midiáticas.

**AUREA C. COSTA** é docente do Departamento de Educação/IB/UNESP campus Rio Claro e do Programa de pós-graduação em educação da UNESP Rio Claro. Editora da revista *Educação Teoria e Prática*. Coordenadora do Grupo de pesquisas e estudos Marxismo, educação e cultura.

**DANIEL HENRIQUE RODRIGUES** é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), seção da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) no Brasil.

**JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES** é militante do PSTU-LIT-QI, graduado em História, mestre em História e Doutor em Ciências Sociais.

**MARCELO RIBEIRO DE MENDONÇA** é militante do PSTU\_LIT\_QI, graduado e mestrando em geografia na linha de Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo pela UFMS – CPTL, Agente de Pesquisa e Mapeamento pelo IBGE agência de Três Lagoas-MS.

**NATALIA ESTRADA** de nacionalidade argentina, residente no Brasil, 60 anos. Militância: Ingressou às fileiras da corrente morenista em 1975, no interior do seu país, mas com o golpe militar de 1976 ficou praticamente isolada até que em 1980 foi viver em Buenos Aires e retomou contato com a corrente. Nesses anos de isolamento partidário participou como ativista e dirigente no Sindicato do Vestido (SOIVA) de sua cidade. Foi operária do vestido em fábrica, desde 1971 a 1980. Já em Buenos Aires e como militante do PST argentino, foi trabalhadora do transporte, e depois, já no MAS da Argentina, foi bancária, funcionária administrativa em uma petroquímica, trabalhou no jornal *Diário Popular*, foi operária gráfica e, mais tarde, editora de livros, até sua residência em São Paulo. Atualmente milita nas fileiras do PSTU brasileiro e é tradutora e editora das publicações da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

**NATALY BATISTA DE JESUS** ajuda a construir o PSTU, LIT-QI. Psicóloga pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Paranaíba; mestrandna em Psicologia na linha de Desenvolvimento humano, processos educativos e psicologia histórico-cultural pela Universidade Estadual de Maringá - PR.

**TAMARA CARDOSO ANDRÉ** é Pedagoga, doutora em Educação, professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Foz do Iguaçu no curso de Pedagogia, no Mestrado em Ensino e no Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteira. Milita no PSTU desde 2017

**VITOR WAGNER NETO DE OLIVEIRA** é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, curso de Licenciatura em História. [vitorwagnern@yahoo.com.br](mailto:vitorwagnern@yahoo.com.br)

Editora  
**Φilhos**

[www.editoraphilos.com](http://www.editoraphilos.com)